UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ROSILENE RIBEIRO DE OLIVEIRA

Os critérios e estratégias utilizados por Assistentes Técnicos
Judiciários Psicólogos na avaliação de pretendentes à adoção.
“Versão Corrigida”

SÃO PAULO

2014

ROSILENE RIBEIRO DE OLIVEIRA

**Os critérios e estratégias utilizados por Assistentes Técnicos
Judiciários Psicólogos na avaliação de pretendentes à adoção.
“Versão Corrigida”**

Dissertação de Mestrado apresentado como exigência para
obtenção do grau de Mestre em Psicologia no Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Clínica.

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Orientadora Prof.^a Titular Isabel Cristina Gomes

SÃO PAULO

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Oliveira, Rosilene Ribeiro de.

Os critérios e estratégias utilizados por assistentes técnicos judiciais psicólogos na avaliação de pretendentes à adoção / Juliana Sano de Almeida Lara; orientadora Isabel Cristina Gomes. -- São Paulo, 2014.

172 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Adoção (Criança) 2. Família 3. Processos legais 4. Atuação do Psicólogo I. Título.

HV875

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rosilene Ribeiro de Oliveira

Os critérios e estratégias utilizados por Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos, na avaliação de pretendentes a adoção.

Dissertação de Mestrado apresentado como exigência para obtenção do grau de Mestre em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica.

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. e Titular Isabel Cristina Gomes

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Inicialmente, aos meus pais, Noemilton e Cicera, pelo amor e por todo incentivo, apoio ao estudo ao longo de minha vida e ao meu irmão Jaemilton, pelo carinho e importância nesta caminhada.

À minha ex-professora da Graduação Márcia Regina da Silva, que sem ela o projeto desta dissertação nem seria escrito. Agradeço-a em especial pelo apoio, por todos os auxílios ao longo dos anos e acima de tudo por acreditar em mim!

Ao meu esposo, Marcelo, pelo amor e compreensão em todos os momentos do desenvolvimento desta dissertação e pelo companheirismo durante a nossa história conjugal.

À professora Isabel Cristina Gomes, pela orientação, paciência e pela forma singular de ensinar seus alunos. A sua presença foi inestimável em minha formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

Aos professores Gustavo Ferraz de Campos Monaco e Gina Khafif Levinzon, que participaram da Banca do exame de qualificação, cujas contribuições foram extremamente valiosas ao desenvolvimento deste trabalho.

As participantes desta pesquisa, que gentilmente me concederam informações preciosas da profissão do Assistente Técnico Judiciário Psicólogo.

À minha amiga-irmã Mariany, sempre presente em minha vida, de uma forma muito especial, oferecendo-me compreensão, incentivo, carinho e ajuda. Agradeço-a também, por conceber o meu sobrinho amado, o Miguel.

Aos meus primos, companheiros e amigos Viviane, Fabiana, Gil, Debora, Rodolfo, Reinaldo e Reginaldo.

As minhas amigas da pós-graduação, em especial a Laura, pelo auxílio e disponibilidade que foram fundamentais no desenvolvimento desta pesquisa. E a Cinthia, Carmen, Verônica, Brunella, Sandra e Maria, pelo carinho, companheirismo em congressos e trabalhos.

Aos queridos do projeto de adoção, Livia, Flávia, Yara, Paulo, Elisa e Carla.

A Aline e Edenizia, profissionais do Colégio da Polícia Militar, que compreenderam a importância da minha pesquisa, auxiliaram-me sempre que possível e entenderam a minha opção pelo desligamento desta instituição de ensino.

Aos meus amigos, que sempre ficam felizes com as minhas conquistas, Lilian, Juan, Sérgio, Fernanda, Ana, Cleber, Cristiane, Daiana e Rodrigo.

Aos meus pais do coração, Clodoaldo e Maria, pelo carinho e amor que depositam em mim.

Aos meus sogros, Polybio e Fátima, bem como o meu cunhado Ricardo, por serem tão atenciosos e carinhosos comigo.

Aos meus vizinhos Geraldo e Dora, tão cuidadosos... Eu os agradeço pelas guloseimas oferecidas nos momentos em que eu estudava e escrevia esta dissertação, pelo cuidado de receberem as minhas correspondências e acima de tudo por expressarem bons exemplos de honestidade e amor ao próximo.

A professora Simone, Coordenadora do curso de Psicologia na Unicsul, que sempre ficou contente ao me encontrar em congressos e orgulhosa com a minha opção pela carreira acadêmica.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, o agradecimento!

*As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo
melhor. Aprendemos palavras para melhorar os olhos.*

Rubem Alves

RESUMO

OLIVEIRA, R. R. *Os critérios e estratégias utilizados por Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos na avaliação de pretendentes à adoção*. 2014. 172 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

O interesse em desenvolver esta pesquisa surgiu da experiência com pretendentes à adoção em Grupos de Apoio à Adoção. Eles expressam os medos e anseios quanto à avaliação dos Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos. O “temor” dos pretendentes quanto à avaliação da adoção instigou-nos a conhecer o “outro lado”, a atuação de profissionais Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos, para não ter uma visão parcial do processo de adoção. Esta pesquisa expressa a versão do profissional que intermedeia um procedimento burocrático o qual interfere na história de pretendentes à adoção. Pretendeu-se conhecer quais os critérios e estratégias foram utilizados por eles, na avaliação e seleção de pretendentes, investigando-se como esses profissionais incluem, nesta avaliação, os diferentes modelos de família: o exercício parental a casais homoafetivos, pessoas solteiras e estrangeiras, uma vez que a família é um tema amplo e complexo, em meio a diversas transformações que vêm ocorrendo em suas diferentes configurações, na história da sociedade e de indivíduos. A metodologia utilizada refere-se à pesquisa clínico-qualitativa, na qual os sentidos e as significações dos fenômenos são o foco principal do pesquisador. A amostragem foi formada por seis profissionais, Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos, atuantes em São Paulo, nas Varas da Infância e da Juventude, sem distinção de gênero, idade e tempo mínimo de trabalho na área. Os contatos com tais profissionais aconteceram por telefone, e aqueles que aceitaram participar da pesquisa, de forma voluntária, tiveram conhecimento do teor da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram coletados através de entrevistas semidirigidas, previamente autorizadas, que foram gravadas e transcritas para maior fidedignidade das informações colhidas. Foram realizados no máximo dois encontros, com duração média de duas horas cada, em um local previamente escolhido pelo(a) entrevistado(a). A análise qualitativa das entrevistas foi organizada em categorias e feita a partir do referencial psicanalítico, acrescentando-se os aportes da Psicologia Jurídica. Conclui-se que, para esses profissionais, não há um constructo harmônico de melhor pai e/ou melhor mãe. As participantes da pesquisa priorizam, em suas avaliações, a qualidade do vínculo estabelecido entre os pretendentes e a criança e/ou adolescente, independentemente da configuração familiar. Embora exista pouca literatura nacional quanto aos critérios e estratégias de Avaliação de Pretendentes à Adoção, essas profissionais empregam técnicas e estratégias próximas às detalhadas na literatura estrangeira. As avaliações têm ocorrido em diversas formulações, pois acompanham as transições na legislação e, conseqüentemente, cada Fórum, de forma peculiar, vem conduzindo mudanças nas atribuições dessa ocupação, além da diversidade prática e teórica de cada profissional.

Palavras-Chave: Adoção (Criança). Família. Processos legais. Atuação do Psicólogo.

SUBTRACT

OLIVEIRA, R. R. The strategies and criteria used by psychologist justice workers to evaluate adoption applicants. 2014. 172 p. Dissertation (Psychology master degree) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The interest to develop this research appeared from the experience with adoption applicants in a support group for adoption. They set out their fears and concerns about the psychologists justice worker appraisement for the adoption process. The "fear" of those who want to adopt a child made us interested to understand the "other side", the job of psychologist justice workers, to have a non-partial vision of the adoption process. This research express the side of the professional who mediates a bureaucratic process that interfere in the history of the adoption applicants. Was pretended to understand what were the criteria and strategies used by the psychologist justice worker, to appraise the selection of adoption applicants, researching how those professions include, on their appraisal, the different family models: the paternity for homosexual couple, single and foreigner people, once that family is a wide and complex subject, amid to several changes that have been happening in several ways, in the society and individuals history. The adopted methodology refers to a clinical-qualitative research, in which the senses and meanings of phenomena are the main focus of the researcher. The sampling was made of six professionals, psychologist justice worker, from São Paulo, on children and juvenile courts, regardless of gender, age or minimum work time in area. The contacts with such professionals happened by phone, and for those who agreed to participate on a voluntary basis, had the knowledge of the content of the study and signed an informed consent form. The data were collected through semi-directed interviews, previously authorized, that were recorded and transcribed for greater reliability of the collected information. Were made a maximum of two meetings, with the average of two hours each, at a place previously selected by the interviewee. The qualitative analysis of the interviews were organized into categories from psychoanalytic framework, adding the contributions of Justice Psychology. We conclude that, for those professionals, there isn't an ideal or better father or mother. Those professionals prioritize, on their evaluation, the quality of the bond between children and/or teenager, instead of the familiar model. Even though with feel national literature about criteria and strategies for appraise adoption applicants, the professionals employ technics that are close to those detailed on foreign literature. The appraisement have been happening on several formats, because they accompany the legislation transitions and, consequently, each court, peculiarly, have been conducting changes in the duties of this occupation, apart of the practical and theoretical diversity of each professional.

Key-Words: Adoption (Child). Family. Legal processes. Psychologist performance.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	17
2.2 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NOS PROCESSOS DE ADOÇÃO.....	19
2.2.1 A atuação do Assistente Técnico Judiciário: Assistente Social.....	21
2.2.2 A atuação do Assistente Técnico Judiciário: Psicólogo.....	23
2.2.3 A atuação do Promotor de Justiça da Infância e Juventude.....	26
2.2.4 A atuação do Juiz da Infância e Juventude.....	27
2.3 O TRABALHO DO ASSISTENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO PSICÓLOGO COM A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, REDE DE APOIO SOCIAL E PSICOSSOCIAL.....	29
2.3.1 A Rede de Atenção à Saúde, Rede de Apoio Social e Psicossocial.....	30
2.3.2 Rede Apoio Social: a Instituição acolhedora.....	32
2.3.3 Rede de Apoio Social: O Conselheiro Tutelar.....	33
2.3.4 Rede voluntária de Apoio Social: O Grupo de Apoio à Adoção.....	35
2.4 O SOFRIMENTO GERADO PELA PRÁTICA PROFISSIONAL NA INSTITUIÇÃO JUDICIÁRIA.....	38
2.5 ASPECTOS DA ADOÇÃO.....	39
2.5.1 Adoção.....	39
2.5.2 Adoção internacional.....	41
2.5.3 Família.....	45
2.5.4 O parental na adoção.....	46
2.5.5 O desejo do par conjugal pela adoção.....	47
2.5.6 A adoção se faz em três gerações.....	49
2.6 CRITÉRIOS E ESTRATÉGIAS INTERNACIONAIS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO.....	50
2.6.1 No México.....	51
2.6.2 Na França.....	53
A escuta.....	54
As motivações que levam os candidatos a recorrer à adoção.....	54
O Casal e cada pessoa individualmente.....	55
O luto da esterilidade.....	55
A escolha do sexo da(s) criança(s)/adolescente(s).....	55
O adotado deve saber da adoção.....	56
Os avós na opção por adoção.....	57
2.6.3 Na Itália.....	57
3. JUSTIFICATIVA.....	60
4. OBJETIVOS.....	61
Geral.....	61
Específicos.....	61

5. MÉTODO.....	62
5.1 Procedimentos.....	62
5.2 Descrições dos Fóruns.....	63
5.3 Delimitação da amostra.....	65
5.4 Participantes.....	66
5.5 Entrevista semidirigida.....	66
6. FORMAS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	68
6.1 Análise e tratamento dos dados.....	68
7. ANÁLISE DOS ASPECTOS ÉTICOS.....	69
8. ANÁLISE DE DADOS.....	70
Categoria 1: A profissão do Assistente Técnico Judiciário Psicólogo.....	70
Categoria 2: Quais os critérios e estratégias utilizados por Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos, na avaliação de pretendentes à adoção?	70
Categoria 3: Família e adoção.....	70
8.1 Breve apresentação das participantes.....	71
8.2 Análise das categorias.....	72
8.2.1 A profissão do Assistente Técnico Judiciário Psicólogo.....	72
8.2.2 Quais os critérios e estratégias utilizados por Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos, na avaliação de pretendentes à adoção?	76
8.2.3 Família e adoção.....	80
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	88
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	94
Anexo A – COEP (Comitê de Ética em Pesquisa).....	98
Anexo B - Cadastramento de Pretendentes à Adoção.....	99
Apêndice A – Entrevista semidirigida.....	100
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	101

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu durante a Graduação em Psicologia e da experiência no estágio com Grupos Reflexivos de Apoio à Adoção. A prática pautou-se em conduzir um período de reflexão com pretendentes à adoção. Na Clínica-escola da Universidade, havia uma lista com nomes de pretendentes que procuraram no serviço a possibilidade de falarem sobre a adoção. A partir do interesse da pesquisadora, na época graduanda, formatou-se um projeto de estágio em Psicologia Comunitária - Prática reflexiva com pretendentes à adoção. Foram seis encontros, em grupos, com no máximo dez pessoas, sem vínculos com o Poder Judiciário e sem o cunho avaliativo. Os encontros possibilitaram aos pretendentes falar sem “medo de serem avaliados” sobre o “anseio de o(s) filho(s) adotivo(s) não chegar(em)”, além de solucionar dúvidas sobre as etapas e os procedimentos próprios da adoção, permitindo-lhes conversar sobre as motivações que os levaram a recorrer à adoção (OLIVEIRA, 2009 p. 66)¹.

Os Grupos Reflexivos com pretendentes à adoção, desvinculados do Poder Judiciário, representaram o lugar onde esse “temor” pode ser acolhido:

Eu me sinto espremida pelos Assistentes Técnicos Judiciários... (Sabrina – Pretendente à adoção).

Eu ainda não sei como os Psicólogos do Judiciário avaliam se eu tenho aptidão para adotar!? Como devo me comportar? O que devo dizer? ... (Cátia – Pretendente à adoção).

Nós já somos pais de dois meninos e adotaremos agora uma filha e ser avaliados pelos Assistentes Técnicos Judiciários nos faz perguntar: - Somos preparados para sermos pais? Será que eles conseguem ver que já somos uma família? ... (Ester e Eduardo – Pretendentes à adoção).

A avaliação de profissionais do judiciário nos deixa confusos. Será que não saberemos ser pai e mãe? ... (Rodolfo e Rafaela – Pretendentes à adoção).

Os pretendentes expressavam os medos e anseios quanto à avaliação dos Assistentes Técnicos Judiciários, pois consideravam que esses profissionais pareciam *Juizes* (OLIVEIRA, 2009, p. 63- 64; 66). Para Groeninga (2003), em alguns casos, a dinâmica processual pode contaminar as funções de profissionais da Justiça, ao ponto de os Assistentes Técnicos Psicólogos repetirem, até inconscientemente, o papel de advogado ou de Juiz. O temor dos pretendentes quanto à avaliação da adoção instigou-nos a conhecer o outro lado, a atuação de profissionais Assistentes Técnicos Psicólogos.

Para Levinzon (2004), quando a adoção ocorre pelos meios legais, “[...] os pais adotivos se veem no papel de precisar provar que estão capacitados para serem bons pais” (LEVINZON, 2004, p. 26). Isto se dá de uma forma diferente dos pais biológicos, porque estes não precisam de intermediários

¹ Os relatos são fragmentos retirados do relatório final de estágio, escrito durante a graduação da pesquisadora. OLIVEIRA, R. R. *Relatório final de estágio supervisionado em Psicologia Comunitária*. Supervisora: Profª Doutora Márcia Regina da Silva. Curso de Psicologia. Universidade Cruzeiro do Sul, 2009.

para se tornar mãe e/ou pai, enquanto os pretendentes à adoção necessitam da ação e escolha de profissionais atuantes de um órgão público (no Brasil, o Poder Judiciário).

Sabemos que os profissionais Assistentes Técnicos Judiciários de Serviço Social e Psicologia atuam no Poder Judiciário de formas bastante abrangentes, mas nos interessa conhecer e descrever o ponto de vista do profissional Assistente Técnico de Psicologia, atuante na Vara da Infância e da Juventude, e como esse profissional avalia os pretendentes aptos ou não à adoção. Quais os critérios e estratégias que são usados na avaliação de pretendentes? Como eles veem as possibilidades do exercício parental, frente aos novos modelos de família?

O modelo de vida e de família vem-se colocando em transformações, promovendo redirecionamentos individuais e novas interações, em contextos sociais. A família espelha um contexto amplo: um desses arranjos é a família adotiva, que é legitimada por mediação do poder da autoridade jurídica. Para Pierre e Marinopoulos (2010), o campo da família adotiva é perturbado pelas modificações do meio cultural, social e legislativo.

No Brasil, os Assistentes Técnicos Judiciários produzem documentos que auxiliam na decisão do Juiz, de modo que eles são os primeiros mediadores nos processos de habilitação de pretendentes à adoção. Segundo Shine (2009), o Assistente Técnico Judiciário Psicólogo, enquanto produtor de pareceres e/ou laudos, auxilia o Juiz a ter acesso à visão interdisciplinar de uma suposta verdade. Foucault (2001) pontua que os profissionais da Justiça assumem a posição de “operadores da verdade”. A fim de refletir sobre esse assunto, a amostragem desta pesquisa é composta por seis Psicólogos, Assistentes Técnicos Judiciários, profissionais que atuam com avaliação de pretendentes à adoção em três fóruns do Estado de São Paulo, sendo dois profissionais de cada fórum.

Esta investigação está pautada no referencial metodológico clínico-qualitativo tal qual proposto por Turato (2008), empregando conceitos fundamentais da Psicanálise e procurando conhecer as leis das reações do homem diante das condições ou decisões ambientais.

Utiliza-se também de entrevistas semidirigida (Apêndice A), como instrumento para a coleta de dados. Ou seja, as perguntas foram pensadas e colocadas pelo entrevistador, mas as respostas e conteúdos foram organizados pelos entrevistados. Para Turato (2008), a entrevista semidirigida é uma técnica de observação – simultânea e de auto-observação – é um dos componentes do trabalho de campo, quando o sujeito entrevistado deverá ter seu comportamento global capturado pelo entrevistador, e todo o curso da relação estabelecida se constitui em dados/achados a serem devidamente considerados no estudo.

Por meio de levantamentos nas bases de dados de literaturas nacionais e estrangeiras, nota-se pouca ênfase sobre a dinâmica laboral dos Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos que atuam com adoção, igualmente expressa em ausências de referências dessa prática após a Lei Nacional de Adoção

(BRASIL, Lei 12.010/09).

Na França, a avaliação de pretendentes à adoção ocorre em uma formatação diferente das atuações no Brasil. Segundo Hamad (2002), o trabalho com pretendentes à adoção é conduzido por uma equipe interdisciplinar de médicos, psicólogos, educadores e assistentes sociais, em instituições de Ação Social para Crianças (Action Sociale à l'Enfance - ASE). Essas instituições são financiadas pelo Ministério da Saúde e administradas pelo Departamento de Saúde e dos Assuntos Sociais (Direction Départementale des Affaires Sanitaires et Sociales), mais conhecido pela sigla DDASS, e intervêm no campo de prevenção à saúde e implementação de políticas sociais. As adoções internacionais são gerenciadas por Agências de Adoção² que prestam serviços ao Ministério da Justiça (Ministère de la Justice Française³), as quais também são mantidas pelo Ministério de Saúde francês.

No México, o psicólogo e médico Alejandro Tamez Morales (2004) trabalha em um comitê de adoção e em uma instituição que se dedica à saúde da mulher e da criança. Relata suas experiências com candidatos à adoção, enfatizando a necessidade de avaliação de pretendentes à adoção.

Para Valbusa (2004) e Ghesti-Galvão (2008), na Itália, os pedidos de adoção são tramitados no Tribunal da Infância e Juventude de cada Estado. Logo, as avaliações na Itália são desenvolvidas em diversas formatações e etapas, dependendo das regras atribuídas ao serviço de Justiça do Estado em que o requerente solicita o pedido de adoção.

Considera-se que as práticas internacionais podem contribuir para reflexões de estratégias e critérios, com adaptações necessárias à realidade histórica, cultural e legislativa brasileira, nas avaliações de pretendentes à adoção. Para o francês Hamad (2002), os profissionais que fazem a acolhida dos pretendentes à adoção precisam “[...] dispor de meios para melhor conhecer os candidatos à adoção e suas motivações conscientes e inconscientes” ao exercício parental (p. 24). É atribuído a esses profissionais a possibilidade e/ou a necessidade de utilizar-se de uma escuta ou técnicas da Psicologia capazes de compreender o “desejo parental via adoção”. O autor ainda complementa que, com muita frequência, o pretendente à adoção “[...] nem sempre sabe o que exatamente recobre o desejo de adotar” (HAMAD, 2002, p.45).

Nesse sentido, ainda há muito que se pensar sobre a atuação dos Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos, no Brasil. No contexto do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Serviço Social iniciou a atuação no Judiciário a partir dos anos 1940, e a Psicologia, de forma voluntária, começou sua trajetória e trabalho na Justiça em 1956, dado que será mais bem explorado no capítulo “2.1 A inserção do Psicólogo no Tribunal de Justiça”. Esses “[...] profissionais vêm construindo práticas

²Agence Française de l'Adoption dans les pays d'origine. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/CarteOAA_cle87e331.pdf> Acesso em: 14 jul. 2013.

³Ministère de la Justice. Disponível em: <<http://www.vos-droits.justice.gouv.fr/adoption-11956/>> Acesso em: 14 jul. 2013.

e conhecimentos, ora focados em uma única ciência, ora buscando articulação de diversas áreas como forma de possibilitar o acesso à justiça”. Assim, gradativamente, esses profissionais vêm estruturando estratégias de intervenções com pretendentes à adoção na Justiça da Infância e Juventude (FRANCO; MELÃO, 2007, p.13).

No Brasil, essa profissão encontra-se em um período de transição; essas práticas, todavia, ainda são pouco sistematizadas, embora repletas de conteúdos, significados e possibilidades. “Práticas com pretendentes à adoção ainda são minimamente compartilhadas, conhecidas e discutidas mesmo entre os próprios profissionais que atuam no mesmo fórum” (FRANCO; MELÃO, 2007, p.14). Em 2009, ocorreram alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e foi depositada na equipe Técnica, da Justiça da Infância e da Juventude, a necessidade de “orientação” precedente à adoção - um período de “preparação psicossocial e jurídica”, preferencialmente “com apoio” dos Assistentes Técnicos responsáveis (BRASIL, 2009, art. 50). Desde então, esses profissionais têm encontrado diversas maneiras para desenvolver a “preparação psicossocial”. Esse período de preparação tem acontecido em diversas formatações, devido às transições na legislação e, consequentemente, nas atribuições dessa ocupação, além da diversidade teórica e prática de cada profissional.

Segundo o Caderno Temático 10 do Conselho Regional de Psicologia (CRP/SP, 2010), o trabalho do Psicólogo Judiciário merece atenção, em função da relevância social e das questões que aponta e/ou da necessidade de consolidar práticas inovadoras e/ou reconhecer as práticas da Psicologia Jurídica, para efetivamente dar voz à categoria e refletir sobre as questões e posições, na direção da construção coletiva de um projeto de Psicologia o qual garanta o reconhecimento social e a importância dessa ciência e profissão.

No Poder Judiciário, o Psicólogo ganha uma especificidade, pois aquilo que ele escuta e avalia transforma-se em um documento o qual é inserido no processo e ganha a prova da verdade, que a formalidade do direito busca. Hamad (2002) afirma que a “escuta” do profissional de adoção está à frente de qualquer outro critério burocrático, não o contrário. O autor também enfatiza que, no momento atual, a família adotiva expressa diversos arranjos, par heterossexual, pessoas solteiras, famílias estrangeiras e, mais recentemente, os pares homoafetivos. São muitas as histórias que surgem nas seleções de pretendentes à adoção, e estas suscitam reticências quanto à sequência que se dará aos pretendentes. Portanto, o autor considera que o Psicólogo, na entrevista, precisa trazer o “[...] projeto de adoção, a dinâmica do par conjugal e o lugar dos avós adotivos” (HAMAD, 2002 p.45).

Por fim, pretendemos conhecer quais critérios e estratégias são utilizadas por esses profissionais na avaliação e seleção de pretendentes aptos ao exercício parental. Em acréscimo, como eles lidam com as alterações legislativas, com a responsabilidade de “orientação e apoio” à “preparação psicossocial”, em um momento de transição quanto às atribuições do cargo que exercem (BRASIL, Lei 12.010/2009,

Art. 50). Percebemos, por conseguinte, a relevância social que a pesquisa em questão apresenta.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O levantamento bibliográfico realizado em periódicos nacionais e estrangeiros (*Psycinfo; Web of Knowledge; Psycodoc; Biblioteca Digital; P@psic; Pubmed; BTCapes; Revista USP; Redalyc, Scielo e Sciverse Scopus*) nos ofereceu poucos artigos que descrevessem o trabalho do psicólogo, profissional da justiça, com pretendentes à adoção. Em função dessa situação, fez-se necessário observar práticas estrangeiras com candidatos à adoção, delimitar o início da Psicologia Jurídica, no Brasil, descrever a prática desses profissionais em São Paulo e escrever sobre a família, parentalidade e adoção, como forma de mapear o caminho percorrido por esses profissionais no Tribunal de Justiça e refletir como eles iniciaram as avaliações com pretendentes à adoção.

2.1 A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Esse profissional se utiliza de legislações na atuação e presta serviços ao Poder Judiciário. Por tal motivo, vale observar que a descrição dessa profissão também acompanha as mudanças legais e de adequação do profissional à instituição judiciária quanto a medidas que levem a Proteção Integral à Criança e ao Adolescente.

Destacaremos aqui o Psicólogo, Assistente Técnico Judiciário, em seu exercício nos processos de adoção. Altoé (2010) comenta que a primeira aproximação da Psicologia com o Direito se deu no final do século XIX e fez surgir o que se denominou Psicologia do testemunho. Ocorreu na área criminal, enfocando estudos acerca de adultos criminosos e adolescentes infratores da Lei. Esta tinha como objetivo verificar através do estudo experimental dos processos psicológicos a fidedignidade do relato do sujeito envolvido em um processo jurídico. Sobretudo por meio da aplicação de testes, buscava-se a compreensão dos comportamentos passíveis de ação jurídica.

Tal inserção profissional deu-se de forma gradual e lenta, muitas vezes de maneira informal, por meio de atuações voluntárias. Paiva (2004) salienta que a inserção informal dos psicólogos no Tribunal de Justiça aconteceu em 1956, quando estes começaram a realizar avaliações e diagnósticos em questões referentes à menoridade. Para Miranda (1998), o diagnóstico psicológico servia para melhor classificar e controlar os indivíduos. Os psicólogos eram chamados a fornecer um parecer técnico (pericial) em que, através do uso, não crítico, dos instrumentos e técnicas de avaliação psicológica, emitiam um laudo informando à instituição judiciária, via seus representantes, um mapa subjetivo do sujeito diagnosticado.

Segundo Altoé (2010), no Brasil, em particular no eixo Rio - São Paulo - Belo Horizonte, nos anos 1980, junto com a abertura política, após longo período de regime militar, intensificou-se uma importante discussão sobre a cidadania e os direitos humanos, impulsionada pela votação da nova

Constituição brasileira. As mudanças que nos interessam aqui se referem às leis as quais tratam dos direitos e deveres das crianças e adolescentes. Para Rizzini (2000), a lei que veio substituir o Código de Menores (1927-1990) e foi promulgada em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marca uma diferença fundamental no trabalho do profissional da Justiça. Na opinião de Uziel (2007), o “Código de Menores” dava ênfase à proteção jurídica do menor e negligenciava a proteção social, internacionalmente reconhecida. O contrário acontece no o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que leva em consideração o próprio menor (a criança é a prioridade). No ECA, surge a primeira caracterização da atuação da equipe de Assistentes Técnicos Psicólogos no Poder Judiciário, que passou por nova reformulação em 2009, com a Nova Lei de Adoção (Lei 12.010/09).

Dar relevância a esse dado histórico é importante para desenvolvermos uma reflexão sobre a prática profissional de Psicologia, no Tribunal de Justiça (TJ), antes apenas regida por profissionais do Direito. Para Paiva (2004), somente em 1981 houve a primeira contratação de psicólogos para o Poder Judiciário. Em 1984, um Projeto de Lei possibilitou a criação de cargos para psicólogos no Tribunal de Justiça e assim, no ano seguinte, ocorreu o primeiro concurso público para psicólogos no Judiciário.

Em São Paulo, o exercício profissional do Psicólogo oficialmente acontece em 1985. Cabe ressaltar que, em nível federal, no âmbito do Poder Judiciário, a implantação dos cargos de Assistentes Técnicos de Psicologia e Serviço Social inicia-se somente após a Lei Federal nº 8069/90, que criou o ECA (BRASIL, 1990).

Nos editais de concursos do Estado de São Paulo, até mesmo no último, realizado em 2012, e na Lei Complementar 1.111/2010, descrevem-se sinteticamente as atribuições do cargo e provimento dessa profissão. Cabe citar que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1980, foi a pioneira em construir os primeiros esboços teóricos da atuação de Psicólogos na Justiça, quando, no Curso de Especialização em Psicologia Clínica, instaurou-se a disciplina denominada Psicodiagnósticos para fins jurídicos. Conforme Altoé (2010), em 1986, a disciplina passou a fazer parte do Departamento de Psicologia Social. Como pode ser evidenciado, o Direito e a Psicologia se aproximaram em razão da preocupação com a conduta humana.

Depois de quase três décadas da inserção oficial do Psicólogo no Judiciário, no país, ainda não são todos os cursos de formação de Psicólogos que oferecem a disciplina de Psicologia Jurídica. Quando o fazem, são em geral disciplinas optativas, com carga horária reduzida. Esse fato acarreta uma deficiência na formação acadêmica de muitos profissionais, pois, ao lidarem com questões entre a Psicologia e a Justiça, sentem-se sempre “correndo atrás do prejuízo”, discussões que normalmente mostram que esses psicólogos deveriam ter tomado contato antes de chegar à instituição judiciária (LAGO et al., 2009, p. 485). Embora, aos poucos, essa realidade tenha se modificando, muitos Psicólogos ainda tomam conhecimento das atribuições do Psicólogo Jurídico quando optam por

conhecer essa especialidade em cursos de pós-graduação em Psicologia Jurídica, o que vem acontecendo em diversas Universidades e em vários Estados brasileiros.

O Psicólogo Jurídico atua basicamente nas áreas da Infância e juventude (VIJ), Varas da família (VF) e sucessões. Descreveremos apenas o trabalho dos profissionais Assistentes Técnicos Psicólogos da VIJ e aspectos relacionados à avaliação de pretendentes à adoção.

Para encaminharmos a nossa reflexão junto ao trabalho da equipe de Assistentes Técnicos Psicólogos, no que permeia a adoção, é importante esclarecer que o ECA “[...] confere à criança e ao adolescente a condição de sujeito, também reconhece e consolida a necessidade de equipes interprofissionais das Varas de Infância e da Juventude, promoverem a revisão do diálogo entre Psicologia e o Direito, possibilitando uma nova articulação entre o sujeito e a Lei” (PAIVA, 2004, p. 69). Em 1993, foi cunhada a denominação “Psicólogo Judiciário” e essa função-atividade passou a ser reconhecida no quadro de funcionários e servidores do Tribunal de Justiça (TJ), contexto no qual se iniciou o trabalho com famílias (PAIVA, 2004, p. 69).

Somente em 09 de junho de 2005 surgiu o Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça de São Paulo, criado pela Portaria n.º 7243/2005 e subordinado diretamente à Corregedoria Geral da Justiça. Esse grupo oferece a normatização e orientação dos procedimentos técnicos realizados nas Varas da Infância e da Juventude e nas Varas da Família e Sucessões.

Segundo o *Manual de Procedimentos Técnicos da Infância e da Juventude – TJ/SP* (2007), o exercício profissional psicólogo está regulamentado pelos Provimentos do Conselho Superior da Magistratura n.º 838/04 e Corregedoria Geral da Justiça n.º 07/2004. O texto legal ressalta a autonomia dos profissionais e que estes deverão ter total liberdade para expressar suas conclusões e sugestões técnicas, por meio de documentos que auxiliarão o juiz na resolução dos processos.

No Estado de São Paulo, os profissionais estão distribuídos nos fóruns da capital – Fórum Central (Vara de Infância e Juventude e Varas de Família e Sucessões) e 10 Fóruns Regionais (Vara de Infância e Varas de Família e Sucessões). Há também quatro Varas Especiais, em cinquenta e seis Circunscrições Judiciárias, compostas por Comarcas e Fóruns Distritais nas diversas regiões do Estado de São Paulo. Cabe ainda lembrar que detalharemos apenas as atuações de Psicólogos da VIJ que avaliam pretendentes à adoção. Portanto, convém esclarecer que a avaliação de pretendentes também acontece via adoção internacional; nessas avaliações, esse profissional trabalha conjuntamente com o Psicólogo da CEJAI (Comissão Judiciária de Adoção Internacional). Desde 2002, os psicólogos do CEJAI e da VIJ elaboram instrumentos de registro e controle das adoções realizadas, bem como manifestam, nos autos, os pretendentes habilitados à Adoção Internacional. Aspectos sobre a Adoção Internacional serão mais bem discutidos no Capítulo “2.5.2 Adoção Internacional”.

2.2 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NOS PROCESSOS DE ADOÇÃO

Para Suannes (2011), são muitas as funções atribuídas aos profissionais Assistentes Técnicos Judiciários. A autora relata que o trabalho na instituição judiciária não se limita apenas à avaliação de pretendentes à adoção, supondo igualmente o contato com processos judiciais, devendo ler e escrever (laudos, relatórios e pareceres) até que aconteça a sentença judicial. Recorrentemente, esse profissional fará referência a outros profissionais, pois essa prática é interprofissional e interinstitucional. O trabalho interdisciplinar se dá entre Promotores, Juiz, Assistente Técnico de Serviço Social, Advogados e/ou profissionais da Defensoria, profissionais atuantes nas Redes de Atenção a Saúde, Psicossocial e de Apoio Social (Instituição Acolhedora, Conselhos Tutelares, escolas, creches, Secretaria de Cultura, Secretaria da Habitação, o trabalho e outras).

Cada área de atendimento deve elaborar seu laudo e anexar no processo, preferencialmente dentro do prazo de 45 dias. Não obstante, “[...] caso isso não tenha sido possível de se concretizar, deve ser informado no processo e solicitado dilação para o devido término” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p. 165).

O trabalho realizado em equipes interdisciplinares utiliza técnicas de análise de diferentes ramos do saber, com a finalidade de integração. Essa equipe busca uma superação de fronteiras disciplinares e epistemológicas, com a construção de uma linguagem interdisciplinar consensualmente elaborada entre os integrantes. Cada membro amplia seus referenciais específicos e desenvolve ação colaborativa com os demais (BRUSCATO et al., 2004; NINA, 1995). Logo, numa equipe interdisciplinar, “[...] a avaliação é feita em colaboração, de forma interdependente e complementar”, mas não se trata de uma “fusão” dos diferentes campos de conhecimento. São observadas as relações entre os campos do saber, sem negligenciar as especialidades, ou seja, “[...] todos os profissionais envolvidos atuam ampliando seu referencial e agindo em colaboração com os demais, mas têm identidade profissional e domínio de uma técnica específica.” (BRUSCATO et al., 2004, p. 35).

Normalmente, os Assistentes Técnicos Judiciários (Psicólogos e Assistentes Sociais) iniciam a intervenção com encontros no próprio fórum. Principiam com orientações legislativas sobre adoção. De acordo com Vieira (2004), algumas vezes são convidados a participar desses encontros de esclarecimento jurídico, profissionais envolvidos no trabalho com a adoção, como Advogados, Juízes, Psicólogos e Assistentes Sociais. Cabe também aos profissionais Assistentes Técnicos (Psicólogos e Assistentes Sociais) os esclarecimentos sobre as etapas do processo ao qual essa realidade contempla, além de informações de documentos ou procedimentos quanto ao período de “preparação psicossocial” (BRASIL, 2009, Art. 50). Alguns fóruns fazem ainda parceria com Grupos de Apoio à Adoção, quer dizer, direcionam as pessoas inscritas ou a serem inscritas no Cadastro de Habilitação de Pretendentes à

Adoção, bem como aquelas que estão adotando ou em vias de adotar. Os Grupos têm a finalidade de estimular os pretendentes à adoção a refletir sobre o que os levou a recorrer à adoção, aspectos psicossociais, legais e outros relacionados à questão.

Para principiar a inscrição de adoção, é fundamental que o pretendente tenha a idade de 18 anos, e há de ser, “[...] pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotado” (BRASIL, 1990, Art. 42, § 3).

Esses postulantes precisarão seguir algumas etapas para adquirir a habilitação para adoção, as quais são detalhadas no Art. 197 A, B, C, D e E da LEI 12.010/09:

Art. 197- A Os postulantes à adoção, domiciliados no Brasil, apresentarão petição inicial na qual conste:

I - qualificação completa;

II - dados familiares;

III - cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável;

IV - cópias da cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;

V - comprovante de renda e domicílio;

VI - atestados de sanidade física e mental;

VII - certidão de antecedentes criminais;

VIII - certidão negativa de distribuição cível.

Art. 197-B. A autoridade judiciária, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dará vista dos autos ao Ministério Público, que no prazo de 5 (cinco) dias poderá:

I - apresentar quesitos a serem respondidos pela equipe interprofissional encarregada de elaborar o estudo técnico a que se refere o art. 197-C desta Lei;

II - requerer a designação de audiência para oitiva dos postulantes em juízo e testemunhas;

III - requerer a juntada de documentos complementares e a realização de outras diligências que entender necessárias.

Art. 197-C. Intervirá no feito, obrigatoriamente, equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, que deverá elaborar estudo psicossocial, que conterà subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos requisitos e princípios desta Lei.

§ 1º É obrigatória à participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

§ 2º Sempre que possível e recomendável, a etapa obrigatória da preparação referida no § 1º deste artigo incluirá o contato com crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar ou institucional em condições de serem adotados, a ser realizado sob a orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, com o apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento familiar ou institucional e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

Art. 197-D Certificada nos autos a conclusão da participação no programa referido no art. 197-C desta Lei, a autoridade judiciária, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, decidirá acerca das diligências requeridas pelo Ministério Público e determinará a juntada do estudo psicossocial, designando, conforme o caso, audiência de instrução e julgamento.

Parágrafo único. Caso não sejam requeridas diligências, ou sendo essas indeferidas, a autoridade judiciária determinará a juntada do estudo psicossocial, abrindo a seguir vista dos autos ao Ministério Público, por 5 (cinco) dias, decidindo em igual prazo.

Art. 197-E deferida a habilitação, o postulante será inscrito nos cadastros referidos no art. 50 desta Lei, sendo a sua convocação para a adoção feita de acordo com ordem cronológica de habilitação e conforme a disponibilidade de crianças ou adolescentes adotáveis.

§ 1º A ordem cronológica das habilitações somente poderá deixar de ser observada pela

autoridade judiciária nas hipóteses previstas no § 13 do art. 50 desta Lei, quando comprovado ser essa a melhor solução no interesse do adotando.

§ 2º A recusa sistemática na adoção da criança ou adolescente indicados importará na reavaliação da habilitação concedida.

Somente após a “avaliação psicossocial” e a conclusão do processo de habilitação, com sentença proferida pelo Juiz, transitada em julgado, será efetuada a inclusão dos pretendentes no Cadastro Estadual e/ou Cadastro Nacional de Adoção (CNA), por magistrado ou servidor autorizado.

Com a inclusão dos pretendentes habilitados na comarca e/ou no Cadastro Nacional de Adoção, os mesmos passarão automaticamente a estar habilitados no Estado e nacionalmente, podendo ser contatados por qualquer comarca que possua criança(s) com o perfil por eles definido. Assim, aguardarão a possibilidade de adoção. Os pretendentes passam por uma reavaliação sobre a disponibilidade de adoção, no momento em que são convocados para se reapresentar no fórum.

2.2.1 A atuação do Assistente Técnico Judiciário: Assistente Social

Os pretendentes passam por uma triagem inicial, realizada por um Assistente Social plantonista, “[...] na qual recebem todas as informações e orientações necessárias ao cadastramento.” Nessa ocasião, também preenchem uma ficha de inscrição com seus “[...] dados de identificação, como nome, idade, sexo e posição dos filhos quando existentes, estado de civil, nível de escolaridade, situação econômico-financeira, ocupação profissional dos membros da família e etc.” Nessa ficha, escolhem também o perfil da criança desejada para adoção, que pode ser alterado pelos pretendentes, ao longo do processo (PAIVA, 2004, p. 101).

Escolhem a idade, sexo da(s) criança(s)/adolescente(s) desejado(s); se desejam adotar irmãos; cor da(s) criança(s)/adolescente(s); se optam por criança(s)/adolescente(s) com problemas físicos, psicológicos, soropositivo, soropositivo negativado, pais drogaditos, pais alcoolistas, vítima de maus-tratos, vítimas de atentado violento ao pudor⁴, etc. (PAIVA, 2004, p. 101).

Segundo o *Manual de Procedimentos Técnicos da Infância e da Juventude* – TJ/SP (2007), no estudo social, considera-se adequado que os Assistentes Sociais se aproximem da realidade sociofamiliar

⁴ Código Penal - TÍTULO VI - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL - Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). § 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). § 2º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009).

do(s) requerente(s) e, dentre outros aspectos, se sugere abordar as seguintes particularidades:

- a) História de vida do (s) interessado (s): Individual e de interação familiar; perceber os papéis desempenhados.
- b) Constituição familiar: Membros que compõem a constelação familiar; dinâmica das relações familiares e relações afetivas.
- c) Identificação de valores e conceitos: Relação com a Rede Psicossocial, Rede de Apoio Social e Rede de Atenção à Saúde; vida cultural e Rede Social representativa.
- d) Inserção no mundo do Trabalho e vínculos empregatícios.
- e) Situação socioeconômica e habitacional: Infraestrutura para cuidar da criança.
- f) A criança pretendida: Idade, gênero, etnia, cor e etc.
- g) Disponibilidade para buscar orientação e ajuda externa; a existência de casos de adoção na família ou de pessoas próximas e como se dá a aceitação dos familiares quanto à adoção. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p. 164-165).

Considera-se importante que o Assistente Social proceda a visitas domiciliares, assim como realize quantas entrevistas forem necessárias. Essas etapas podem se “[...] dar individualmente e em alguns momentos com o casal, ou ainda quando houver, com os filhos, todos devem ser incluídos no processo” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p. 165).

No Anexo B, há uma tabela ilustrativa das etapas do Cadastro de Pretendentes à Adoção.

2.2.2 A atuação do Assistente Técnico Judiciário: Psicólogo

Normalmente, os Assistentes Técnicos Psicólogos Judiciários iniciam a intervenção com os pretendentes a adoção no próprio fórum, cada encontro oferece orientações legislativas sobre adoção. Para Vieira (2004), cabe também aos profissionais Assistentes Técnicos Psicólogos e Assistentes Sociais os esclarecimentos sobre as etapas do processo, a “preparação psicossocial” que essa realidade contempla, além de informações sobre os documentos necessários para dar início ao cadastro para a habilitação de adoção.

Farias e Maia (2009) salientam que os profissionais Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos, na avaliação de pretendentes no processo de adoção, utilizam as entrevistas como procedimento geral e, algumas vezes, empregam testes projetivos.

De acordo com Bleger (1995), o entrevistador tem ampla liberdade para perguntar ou para intervir, permitindo-se toda a flexibilidade necessária em cada caso particular; segundo ele, “[...] esse instrumento permite uma investigação ampla e profunda da história, emoções e escolhas do entrevistado” (BLEGER, 1995, p. 1-2).

Para Paiva (2004), as entrevistas, “comumente de quatro a seis”, devem considerar “[...] as especificidades regionais e a subjetividade ligada a cada caso”; aponta que o uso de “entrevistas, escuta e

orientações” são estratégias comuns assumidas por Assistentes Técnicos Psicólogos no trabalho com pretendentes à adoção. Quanto ao emprego dos testes psicológicos, são comumente utilizados os projetivos, por facilitarem a expressão, mas apenas em alguns casos (PAIVA, 2004, p. 101). De acordo com o Manual de Procedimentos Técnicos da Infância e da Juventude TJ/SP (2007), “[...] os testes são recomendados quando utilizados enquanto complementação à coleta de dados e nunca isoladamente” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p. 163).

Para Farias e Maia (2009), a observação também é uma atitude constante tanto na avaliação de pretendentes à adoção quanto em crianças a serem inseridas em uma família substituta. A oitiva é o princípio fundamental nos processos de avaliação, tem o intuito de escutar e perceber aspectos psicológicos e sociais do requerente, além de avaliar as motivações para a adoção. A orientação se apresenta ainda como um procedimento: depois da escuta, geralmente surge a necessidade de encaminhamentos; em alguns casos, são solicitados exames médicos, avaliação psicológica ou atestados de insanidade física e/ou mental previstos em Lei (BRASIL, 2009, Art. 197 A).

Ainda de acordo com Paiva (2004), muitos profissionais se servem igualmente de contribuições da Psicanálise:

O profissional não se fixa no método psicanalítico, mas permite que o campo de cada entrevista se configure a partir dos sentidos e da articulação da demanda apresentada pelo candidato pai e/ou mãe. O discurso dos pretendentes pode revelar o funcionamento psíquico, encadeando o pedido manifesto e os desejos inconscientes a ele subjacentes. (PAIVA, 2004, p.100).

Esses profissionais lidam diretamente com o desejo parental, seus aspectos conscientes, afetivos, ambivalentes etc. Portanto, coordenar a avaliação dos pretendentes às condições da realidade apresentada pela adoção é “[...] um constante desafio para os profissionais que lidam com a adoção, pois ao mesmo tempo, um arranjo de adoção irrefletido pode ter sérias consequências” (LEVINZON, 2004, p. 22). Para a autora, o campo de reflexão sobre aquilo que contribui para uma adoção bem-sucedida parece útil, pois abre espaço para maior acuidade na consideração do que é importante na escolha do pretendente que busca o exercício parental.

Segundo o Manual de Procedimentos Técnicos da Infância e da Juventude TJ/SP (2007), é necessário conhecer os pretendentes à adoção, para “[...] identificar conceitos e preconceitos, sentimentos, expectativas receios que fazem parte de seu universo pessoal e familiar” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p.161).

Conforme Paiva (2005), “[...] desejar um filho é muito diferente de querer um filho.” É possível que, dentre os pretendentes que não “[...] conseguem gestar uma criança, pois não encontram reações médicas para tal, as solicitações de adoção revelam apenas um querer” (PAIVA, 2005, p. 83). A autora

comenta que, na perspectiva freudiana (FREUD, 1914), as escolhas humanas, embora possam ser tomadas pelo ego como decisões racionais, sofrem efeitos inconscientes.

Freud (1914) considera que a origem dos sentimentos paternos está no narcisismo dos próprios pais, e que um filho é visto como a possibilidade de concretizar o que eles não puderam realizar, tornando-se narcisicamente uma extensão deles, os filhos como continuidade da existência dos pais. Para Paiva (2005), os casais que não conseguem elaborar o luto pela infertilidade podem encontrar mais dificuldade para revelar ao filho a sua condição de adotivo, porque isso “[...] implica a reatualização de suas incapacidades, da impossibilidade de procriar e da trajetória de tentativas frustradas” (PAIVA, 2005, p. 96). Segundo a autora, em certo sentido, é importante que “[...] os adotantes que não conseguem gerar filhos sejam assessorados na realização do luto do filho imaginário antes mesmo de começarem a se vincular com os filhos adotivos na realidade” (PAIVA, 2005, p. 94).

Ainda para a autora, o trabalho avaliativo deve buscar “[...] compreender a história do casal ou da pessoa individualmente, a história da família e da demanda por um filho adotivo, demarcando, se possível seus significados” (PAIVA, 2005, p.92).

O próprio *Manual de Procedimentos Técnicos da Infância e da Juventude* – TJ/SP (2007) sugere que o estudo psicológico com os pretendentes aprofunde os temas que foram dados acima, ou seja:

- a) Motivações para adoção: Nesta etapa levam-se em consideração as dificuldades dos pretendentes à adoção conceber o filho biológico; esterilidade – reação e elaboração; se a busca por adoção aparece como o “meio de salvar o relacionamento conjugal” ou por um espírito altruísta; se não há precipitação dos pretendentes quanto à opção por adoção e se refletiram sobre sua intenção de adoção; análise da estabilidade afetiva do relacionamento conjugal e a maturidade emocional dos avaliados, verificando se o ideal de adoção é compartilhado mutuamente; pesquisar como enxergam a adoção, casos na família, o que imaginam sobre a família de origem da criança, o que pensam de uma criança que é colocada em lar substituto; identificar e refletir sobre a postura, conceitos e sentimentos do casal ante a revelação da adoção; como os pretendentes imaginam a vida com a criança; observações de padrões rígidos de comportamento dos pretendentes e a disponibilidade de buscar orientações e ajuda externa.
- b) A criança pretendida: idade, gênero, etnia, projetos e expectativas que possuem sobre a criança. O que imaginam sobre a história da vida da criança que adotarão e sobre a família biológica, o nome pretendido (sugere-se que o prenome seja mantido nos casos que a criança atendida se identifique com ele).
- c) Constituição familiar: a aceitação dos familiares quanto ao projeto de adoção; membros que compõem a constelação familiar; verificar a dinâmica das relações familiares, interpessoais e papéis desempenhados. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p. 162-164).

A equipe Técnica de Psicologia utiliza, como normas gerais imprescindíveis, as determinações especificadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei 12.010/09, a Constituição da República Federativa do Brasil e, dependendo do caso, o Código Civil, de sorte a obedecer aos princípios legais (SUANNES, 2011, p. 31).

O ECA também determina a obrigatoriedade de os pretendentes serem avaliados - preparação “psicossocial”. Paiva (2004) enfatiza que não há critérios e padrão de estratégias no período de preparação psicossocial, pois esse pode variar quanto “[...] à diversidade da formação e teorias utilizadas pelos profissionais psicólogos”; para ela, essa diversidade acaba favorecendo posturas diferentes na avaliação de pretendentes à adoção, entre aqueles que atuam nas diversas Varas da Infância e da Juventude do Estado de São Paulo (PAIVA, 2004, p.99).

A mesma autora, em outro artigo (2005), comenta que muitos profissionais dos Fóruns de São Paulo têm discutido a possibilidade de unificar as estratégias e critérios de avaliação dos pretendentes à adoção. Apesar dessas tentativas, constata-se que há distintas formações de profissionais da mesma ciência e as abordagens teóricas utilizadas acabam favorecendo “[...] posturas tão diferentes como contraditórias entre aqueles que atuam no setor técnico do Estado.” Até os itens considerados pela autora “[...] aparentemente objetivos, como o nível socioeconômico acaba perpassando por questões subjetivas dos profissionais e das autoridades com poder decisório.” Isto sem desconsiderar “as especificidades regionais e a subjetividade inerente a cada caso” (PAIVA, 2005, p. 76).

Em 2007, alguns profissionais Assistentes Técnicos Psicólogos atuantes no Estado de São Paulo elaboraram o *Manual de Procedimentos Técnicos da Infância e da Juventude* – TJ/SP. No Capítulo 5, são apresentadas algumas considerações sobre as práticas com adoção. Entretanto, cabe enfatizar que esse *Manual* merece atualizações, na medida em que houve modificações nos critérios que especificam as práticas desses profissionais, previstos em Lei (BRASIL, 2009).

Segundo determinação do Tribunal de Justiça, todos aqueles que aguardam no cadastro do banco de adoção há mais de dois anos devem ser entrevistados novamente pela equipe técnica, a fim de manter atualizados os dados dos pretendentes à adoção. 36,8% dos pretendentes, antes de serem chamados para conhecer a criança/adolescente, desistem de dar sequência ao processo de adoção. Dentre as razões apresentadas para a desistência, encontra-se “[...] o fato de terem adotado em outra Comarca; terem refletido sobre as motivações que recorreram à adoção e perceberam que não desejavam adotar ou ainda há casais ou mulheres que engravidam” (PAIVA, 2005, p. 93).

2.2.3 A atuação do Promotor de Justiça da Infância e Juventude

No Brasil, o promotor é membro do Ministério Público, está incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. É o profissional responsável pela questão legal, ou seja, abre processos para habilitação de pretendentes à adoção. O Promotor de Justiça também tem outras atribuições, como a aplicação e a manutenção dos direitos da

criança e do adolescente previstos no artigo 201 do ECA, na Lei Orgânica Nacional (Lei 8.625/93)⁵ e nas Leis Orgânicas pertinentes ao Ministério Público. Nos processos judiciais, é competente para atuar como fiscal da lei, sendo o guardião da correta aplicação da legislação e respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes.

Segundo o *site* oficial do Ministério Público de São Paulo⁶, o Promotor de Justiça da Infância e da Juventude atua na defesa judicial e extrajudicial dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes (pessoas de até 18 anos incompletos), contemplados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, como, por exemplo:

Vida; Saúde; Alimentação; Educação; Convivência Familiar e Comunitária; Lazer; Profissionalização; Cultura; Dignidade e respeito e Liberdade. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO, 2006).

Para tanto, pode adotar diversas providências, como propor ações

[d]e destituição ou suspensão do poder familiar; pedidos de guarda, tutela ou adoção; investigação de paternidade; para obter vagas em creche, pré-escola, ensino fundamental; para obter remédios, tratamento de saúde; colocação em programas de apoio à criança e sua família; complementação de renda, apoio social e psicológico, tratamento do alcoolismo e drogadição. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO, 2013).

Além de tratar de direitos individuais (de cada criança ou adolescente), o Promotor de Justiça promove a defesa dos direitos fundamentais, no âmbito coletivo (família das crianças acolhidas), através da ação civil pública e outros instrumentos, como o inquérito civil. Nos processos judiciais que envolvem os direitos de crianças e adolescentes, o Promotor de Justiça sempre atua na defesa desses direitos, mesmo quando não é sua a iniciativa da ação.

2.2.4 A atuação do Juiz da Infância e Juventude

O Juiz analisa todas as provas trazidas ao processo, sendo que a principal fonte vem a ser o estudo psicossocial, inclusive pareceres e/ou laudos realizados por profissionais que julgam e/ou defendem as partes, e pela equipe Técnica. Cabe ao juiz homologar os pedidos de habilitação para adoção aos interessados em ingressar com o pedido de Habilitação no Cadastro de Adoção, bem como autorizar (decidir) todas as etapas que envolvem o processo de adoção.

Conforme Diniz (2001), a decisão, sentença final de um processo exige rigor técnico, sensibilidade e boa dose de autoconhecimento, já que valores pessoais não devem interferir nas

⁵ LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Lei 8.625/93). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18625.htm> Acesso em: 12 ago. 2013.

⁶ Ministério Público de São Paulo. *O que faz o Promotor de Justiça da Infância e Juventude?* Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/home/interna/infancia_juventude#resp1> Acesso em: 12 ago. 2013.

avaliações das partes envolvidas. Conforme Prado (2003), o ato de julgar é muito difícil, porque pressupõe a capacidade de colocar-se na posição do outro, sendo que o acerto de sua decisão depende dessa capacidade. Acrescenta:

A imparcialidade, bem como, a suspeição do Juiz está regulada pela lei processual, tendo assim, contornos bem traçados pelo direito, logo a decisão da demanda busca atender o objetivo da lei, assim o julgador deve se preocupar com a integridade do devido processo legal, que representa a proteção e segurança das partes. (PRADO, 2003, p. 308).

Para Melchior (2013), é importante pensar sobre o lugar do discurso do julgador em sua relação com a manipulação da prova e demanda. Segundo o autor, para que o Juiz forneça uma sentença adequada é fundamental o trabalho interdisciplinar com a Equipe Técnica e outros profissionais envolvidos em cada processo.

Nos casos de adoção, há intervenções interprofissional e interinstitucional entre os profissionais do Poder Judiciário, a Rede Psicossocial, Rede de Apoio Social e/ou de Atenção a Saúde, tendo em vista a preservação dos interesses do adotado e/ou do grupo família.

O ECA prevê que a adoção “[...] será precedida do Estágio de Convivência” (BRASIL, 1990, Art. 46). Paiva (2005) ressalta que, no Estágio de Convivência⁷, “[...] o Juiz concede primeiramente aos adotantes um termo de guarda e responsabilidade provisória e determina a realização de estudos psicossociais”, para verificar as vicissitudes do período de adaptação, convivência e como se dá a constituição do vínculo parental e de afiliação. Porém, em primeira instância, “[...] é o próprio Juiz que, respaldado pela legislação, estipula a duração do Estágio de Convivência ou até mesmo dispensa o acompanhamento se o adotado tiver menos de um ano de idade, ou se há muito tempo a criança/adolescente já convive na companhia dos adotantes” (PAIVA, 2005, p. 105). Para a autora, o propósito da Lei, ao impor o período de convivência, é regulamentar o termo provisório de guarda, sendo permitida não apenas a adaptação da criança ao novo contexto familiar, mas também a possibilidade de os adotantes vivenciarem o exercício parental.

O Estatuto da Criança e Adolescente estabelece, nos seus artigos 145 e 148, parágrafo 1º, inciso III, que a competência para conhecer e julgar os pedido de adoção é conduzido pelos Juízes da Infância e da Juventude. Essa decisão deve ser analisada e precavida, considerando que a adoção é um ato irrevogável. É através da sentença proferida pelo Juiz que o ato da adoção é firmado.

Assim, o Juiz faz um pedido para o Ministério Público ou ao Juiz de primeira instância, que tem seis meses para entregar o julgamento da adoção plena. Conforme o Art. 47 do ECA, o nome da família

⁷ O Estágio de Convivência tem início a partir do momento em que o(s) postulante(s) à adoção da(s) criança(s)/adolescente(s) obtiveram o Termo de Guarda e Responsabilidade (TRG) sobre essa(s) e, com isso, passam efetivamente a assumir todos os seus cuidados de proteção, estabelecidos no art. 46 do ECA.

de origem é removido a partir do certificado (certidão) de nascimento e substituído pelo nome do(s) adotante(s); o(s) adotado(s) poderá (rão) modificar o prenome (ECA, Art. 47 § 5). Segundo o Art. 48 da Lei 12.010/09, “[...] o adotado tem o direito de conhecer a sua origem biológica, bem como obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar dezoito anos.” O conhecimento da origem biológica se dá por meio da ação investigatória de ascendência genética. Fixa o parágrafo único da Lei 12.010/09, Art. 48: “O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de dezoito anos, a seu pedido, assegurado orientação e assistência jurídica e psicológica.”

Tanto na adoção nacional quanto na estrangeira, a criança toma a nacionalidade e o sobrenome da família adotiva e tem exatamente o mesmo *status* de um filho legítimo, incluindo a herança.

2.3 O TRABALHO DO ASSISTENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO PSICÓLOGO COM A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, REDE DE APOIO SOCIAL E PSICOSSOCIAL

Segundo Teixeira (2009), no Brasil, a política pública esteve tradicionalmente voltada, como no caso dos seguros sociais, ao “indivíduo-trabalhador” e a cada membro da família (trabalhador, criança e mulher), como dependentes, reproduzindo o modelo tradicional de família, baseado nos papéis do homem/provedor e mulher/cuidadora e, no caso específico da política de assistência social ao “indivíduo-problema” ou a “situações específicas problemáticas”, fundadas apenas no indivíduo, não há políticas de assistência à família (grupo), apenas aparecendo como estereótipo no paradigma da família adequada, irregular (desestruturada) ou incapaz (TEIXEIRA, 2009, p. 256).

Depois da Constituição Federal de 1988, deu-se visibilidade a diversos sujeitos de direito (Tipos Jurídicos) que antes estavam invisíveis no cenário público (a criança, o adolescente, mulher, o índio, o negro, o soropositivo, o deficiente, o homossexual etc.), porque todos não eram sujeitos de direito, não havia leis que os amparassem, assim como também não se tinham Políticas Públicas que os atendessem. O primeiro passo, após a edição da Constituição, foi tirá-los da invisibilidade.

Sempre vimos no cenário urbano o menino e a menina de rua; se eram sujeitos sociais, no entanto, eles se tornaram sujeitos jurídicos há pouco tempo. O sujeito jurídico é aquele cujo direito está protegido, logo, se torna obrigação do Estado formar Políticas Públicas, projetos e ações para atendê-lo.

Até o presente momento, não há uma norma para atender ao coletivo, por exemplo, não há o Estatuto da Família. Há um recente Projeto de Lei (PL 6583/13), apresentado em 16 de outubro de 2013, todavia, ele tem causando discussões acerca do conceito de família, visto que a definição de família no Art. 2 desse PL é a mesma de 1988, na Constituição Federal, artigo 226.

O Assistente Técnico é um profissional que precisa trazer uma visão mais contextual e global do problema, ou seja, construir, em seus pareceres, laudos e/ou relatórios, uma visão da família para quem tem a responsabilidade de decidir (o Juiz). São esses profissionais que dão unidade aos serviços prestados por políticas setoriais no atendimento e na destinação de recursos à criança e ao adolescente. Nesse contexto, compreende-se a tamanha dificuldade de tais profissionais em sistematizar uma visão ampla sobre o conjunto dos problemas apresentados em um processo, em que muitas vezes a melhor decisão será no sentido de favorecer o coletivo-família, que não é um Tipo Jurídico.

O grupo familiar é um tipo sociológico inserido no cenário urbano, ainda invisível, sem Lei, dado que revela a ineficácia das políticas em unificar os atendimentos, uma vez que as abordagens são dirigidas a diferentes sujeitos. Surge a pulverização dos direitos, o que também resulta na fragmentação das Redes de Apoio Social, Psicossocial e de Atenção à Saúde. Para Reis (2000), a administração pública, os tipos de dominação, o conceito de patrimonialismo e de racionalismo, a fragmentação da sociedade em esferas diferenciadas e tensas, cada uma com sua lógica, correspondem ao indivíduo pertencente ao grupo social. Para o autor, a lógica da esfera familiar não é a mesma da esfera política. “No Estado mora o cidadão, indivíduo público, com deveres e direitos, submetidos a leis abstratas, impessoais, racionais, gerais. Na família mora o indivíduo privado, corpóreo, afetivo e com necessidades atribuídas ao coletivo” (REIS, 2000, p. 451).

Pelas Diretrizes para Organização das Redes de Atenção à Saúde (2010), embora nos últimos anos sejam inegáveis e representativos os avanços alcançados na legislação e nas Políticas Públicas (Rede Psicossocial, Rede de Apoio Social e de Atenção à Saúde), torna-se cada vez mais evidente a necessidade de superar a intensa fragmentação das ações e serviços sociais e de saúde, para se lidar com o grupo-família.

2.3.1 A Rede de Atenção à Saúde, Rede de Apoio Social e Psicossocial

A Rede de Atenção à Saúde⁸ (RAS) surge como forma de garantir o artigo 196 da Constituição Federal:

A saúde é um dever de do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, Art. 196).

⁸ BRASIL. A Rede de atenção a saúde - Portal da Saúde – SUS. Disponível em: < http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=35699&janela=1 > Acesso em: 31 ago. 2013.

A Rede de Apoio Social prevê garantir o direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (BRASIL, 1990, Art. 53-59); para tanto, é importante compreender os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), os quais são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco, na população.

Segundo Buss e Pelegrini Filho (2007), há várias abordagens para o estudo dos mecanismos através dos quais os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) provocam o Poder Público a dispor de serviços para sanar as iniquidades de saúde e do bem-estar social, decorrentes de processos econômicos e de decisões políticas. Tais enfoques buscam analisar as relações entre a saúde da população brasileira, as desigualdades nas condições de vida e o grau de desenvolvimento da trama de vínculos e associações entre indivíduos e grupos. Os fatores psicossociais, explorados nas relações entre percepções de desigualdades sociais, mecanismos psicobiológicos e situação de saúde, provocam *stress* e prejuízo para aqueles que não têm acesso à saúde e às políticas sociais. A Rede Psicossocial é composta por CAPS/NAPS (Centros/ Núcleos de Atenção Psicossocial), que são serviços da Rede de Saúde, parte de uma Rede Comunitária, e visam à substituição dos hospitais psiquiátricos – antigos hospícios e manicômios – e de seus métodos, por meio da Portaria/SNAS Nº 224/92. Essa Rede pretende “[...] oferecer serviços capazes de responder às necessidades das pessoas com sofrimento psíquico respeitando sua cidadania e o cuidado em liberdade” (CFP, 2013, p. 27).

De acordo com o Parâmetro para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social – CFP (2007), a Rede (Atenção à Saúde, Psicossocial e de Apoio Social) assume a função de organização baseada na cooperação, trabalho coletivo na divisão de responsabilidades de atores sociais (pessoas) e forças (instituições) não hierárquicas. Visa a interromper o ciclo de violência, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prover a não revitimização, assegurar a proteção imediata às crianças e adolescentes em situação de violência, bem como fortalecer os vínculos familiares e que esse grupo seja capaz de refletir e desempenhar decisões que favoreçam o coletivo.

O Poder Público, nos termos da lei, dispõe e é responsável pela “[...] regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado” (BRASIL, 1988, Art. 197). Percebemos que nenhum dos serviços da Rede de Atenção à Saúde, Rede de Apoio Social e Psicossocial dá conta da complexidade das demandas sociais. A dificuldade de as políticas públicas atenderem toda a demanda social dá-se devido à fragmentação de sujeitos jurídicos e à invisibilidade de alguns Tipos Sociais, como, por exemplo, a família que existe no cenário urbano e ainda não é um Tipo Jurídico. Além disso, há a própria fragmentação epistemológica das ciências (não há ciência que se ocupe do ser humano por inteiro), fatos que seguem uma lógica do funcionamento do indivíduo, e os direitos individuais tendem a

prevalecer sobre os direitos coletivos.

A equipe técnica, justamente, assume uma função de contribuir para a melhor decisão visando ao coletivo, à família em seus diferentes arranjos, seja organizada por laços consanguíneos, seja de afiliação/família substituta; logo, lida diariamente com interferências que impactam diretamente no desenrolar da sentença jurídica. Esse profissional precisa ter uma visão ampla da complexa organização social, conhecer a diversidade de Tipos Jurídicos (criança, adolescente, mulher, homossexuais etc.), além da legislação para conduzir uma intervenção mais eficaz. Para os atendimentos serem destinados ao grupo familiar, será necessário surgir o Tipo Jurídico (família), capaz de unificar as diversas demandas de atendimentos e abordagens destinadas a diferentes sujeitos os quais compõem o mesmo grupo, com seus diversos arranjos, quer consanguíneos, quer reconstituídos ou adotivos.

Superar os desafios e avançar na qualificação da atenção e da gestão, em Redes Psicossociais, de Apoio Social e de Atenção à Saúde, requer decisão que envolve aspectos técnicos, éticos, culturais, mas, principalmente, implica o cumprimento do pacto político cooperativo entre as instâncias de gestão capazes de garantir os investimentos e recursos necessários às mudanças. Assim, também, se apresenta na formação de profissionais, neste caso, Psicólogos Jurídicos, a prioridade de propiciar conhecimento dos diversos Tipos Jurídicos e legislativos, fazê-los conhecer a complexa demanda social.

2.3.2 Rede Apoio Social: a Instituição Acolhedora

Os profissionais da instituição acolhedora têm exercido funções que, antes da Lei 12.10/09, eram exercidas pela equipe de Assistentes Técnicos. Atualmente, os profissionais de instituições acolhedoras, especificamente os Assistentes Sociais e Psicólogos, fazem o acompanhamento da criança até o retorno familiar e/ou o acompanhamento inicial da criança, em família substituta.

Deve haver ou espera-se que haja diálogo entre profissionais da instituição acolhedora e equipe de Assistentes Técnicos Judiciários. A Rede de Acolhimento Institucional constitui-se como importante parceira para o sucesso da adoção de criança(s)/adolescente(s). Para tanto, os profissionais da instituição acolhedora preparam as criança(s)/adolescente(s), destituídos do poder familiar, para ser(em) inserido(s) em família substituta.

Quando as tentativas de retorno familiar não são bem-sucedidas, o Promotor abre um processo para destituição do poder familiar e a equipe Técnica Judiciária avalia as possibilidades de destituição ou não desse poder. A Defensoria e a Promotoria também atuam nessas avaliações e formulam seus pareceres, para contribuírem para a decisão final do Juiz.

Segundo o Manual de Procedimentos Técnicos da Infância e da Juventude TJ/SP (2007), na adoção, o processo também vem acompanhado de seções da equipe Técnica, que, após ter detalhes

sobre a criança, consulta o livro de registro de Pretendentes habilitados à adoção, seguindo a ordem de inscrição, buscando a família substituta que atenda às necessidades da criança e ou/ adolescente, ou seja, “[...] uma família para a(s) criança(s) e/ou adolescente(s)” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p.135).

A aproximação com os pretendentes à adoção, no Manual de Procedimentos Técnicos da Infância e da Juventude TJ/SP (2007), “[...] deve ocorrer no ambiente onde a criança sinta-se mais protegida, frequentemente na Instituição Acolhedora. Os profissionais da instituição acolhedora serão comunicados da visita do(s) pretendente(s) e este(s) deve(m) viabilizar o contato com a(s) criança(s)/adolescente(s)” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p.136). O tempo de aproximação pode variar de acordo com as características da(s) criança(s), adaptação, idade, seu histórico de vida, entre outros motivos, e esse período pode ser mais longo ou não.

Os profissionais da Instituição acolhedora devem ainda monitorar as visitas da família substituta e o grau de dificuldade ou de incapacidade dos pretendentes à adoção ao exercício parental. A forma como se procederá à aproximação deve ser o motivo de a reflexão desses profissionais narrar as observações e intervenções ao Judiciário no Plano Individual de Atendimento (PIA), discutindo como os pretendentes lidam com a história, o comportamento e as características dos adotandos.

De acordo com o Manual de Procedimentos Técnicos da Infância e da Juventude TJ/SP (2007), os profissionais da Instituição Acolhedora fornecerão elementos importantes, “[...] como a evolução da aproximação da(s) criança(s)/adolescente(s) com o(s) habilitado(s) a adoção”. Esses profissionais precisam reconhecer o momento adequado para a saída da(s) criança(s)/adolescente(s), seja para passar um final de semana, seja na possibilidade de guarda provisória (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ SP, 2007, p.136).

As informações e a descrição da evolução da intervenção no (PIA) são de extrema importância para os Assistentes Técnicos formarem um dossiê sobre a história da(s) criança(s) e/ou adolescente(s), durante o estágio de convivência e em outros momentos do desenvolvimento do processo de adoção.

Em alguns casos, quando não ocorre o entrosamento e a adaptação entre a família substituta e o(s) adotando(s), os profissionais da Instituição Acolhedora devem preparar a criança para retornar ao acolhimento institucional, “[...] a fim de serem tomadas todas as medidas que possibilitem novas perspectivas para que, no futuro, possam ser integrados a uma nova família substituta” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p. 140).

2.3.3 Rede de Apoio Social: O Conselheiro Tutelar

O Conselho Tutelar (CT) é um órgão público criado pela Lei 8069 de 1990 (Estatuto da Criança e do adolescente - ECA), composto por conselheiros indicados pela sociedade civil e eleitos pelo voto popular. É um órgão municipal autônomo, vinculado aos movimentos sociais que participam da luta pelos direitos da criança e do adolescente e, portanto, judicialmente, não é subordinado ao Poder Executivo ou Judiciário, mas é um órgão que interfere nas histórias de vidas e em ações que podem gerar processos e futuras decisões do Poder Judiciário. Na perspectiva de Nascimento e Scheinvar (2007), o CT tem autonomia política e redimensiona o papel do Estado, no que se refere às medidas preventivas, verificatórias e protetivas dirigidas à(s) criança(s)/adolescente(s).

O Conselheiro, no Estado de São Paulo, deve ter idade superior a vinte e um anos, possuir ensino médio completo e ter residido em São Paulo, nos últimos dois anos.

Para o exercício dessa função, segundo a redação dada pela Lei n. 12.696/2012, há uma remuneração obrigatória, a qual deve constar em lei orçamentária do Município, além de ser garantido o recolhimento da contribuição previdenciária. Após a nova reformulação no ECA, o Conselheiro passou a fazer o pedido de formalização da denúncia e verificar de qual medida de proteção a(s) criança(s)/adolescente(s) necessitam; fazer encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de promoção à criança(s) e/ou adolescente(s); incluir a(s) criança e/ou adolescente(s) e membro da família em programa de tratamento a alcoólatras e toxicômanos; encaminhar para cursos ou programas de orientação e aconselhamentos; encaminhar para tratamento psicológico e psiquiátrico; obrigar os pais a matriculem o filho ou pupilo e acompanhar a frequência e aproveitamento escolar da(s) criança(s)/adolescente(s); encaminhar a(s) criança(s) e/ou adolescente(s) a tratamento especializado; intervir com uma escuta, orientações e, quando necessário, escrever advertências.

Percebe-se a importância do trabalho desse órgão autônomo, no entanto, conforme Nascimento e Scheinvar (2007), as práticas desses profissionais têm sido atravessadas pelo poder da decisão, adotadas de forma naturalizada, sem pensar no que estão produzindo, nem nos efeitos que geram. Para as autoras, são comuns os casos em que a atuação do conselho visa a definir: quais dos pais devem ficar com a guarda dos filhos (antes de uma decisão do Poder Judiciário); quem deve ser encaminhado à Justiça e quais situações serão dirimidas pelo conselho; o julgamento sobre o comportamento sexual dos jovens, de membros da família e a forma como esse grupo deve se comportar vem de parecer conservador e relacionado ao arranjo familiar tradicional. Acrescentam ainda que muitas vezes, além de definir essas condutas, os conselheiros apontam aos pais a possibilidade de perderem a guarda dos filhos, caso não obedeçam aos direcionamentos propostos, chegando a formular contratos em que as partes assinam como um compromisso de se comportarem adequadamente.

Conforme Scheinvar (2004), ainda é muito comum qualificar algumas famílias como desestruturadas, por não se enquadrarem dentro do modelo burguês (tradicional) tido como correto, pouco se discutindo sobre o exercício parental independente do arranjo familiar ou da possibilidade real de pais não desejarem exercer a parentalidade e serem a favor da destituição de seu poder familiar.

Nascimento e Scheinvar (2007) afirmam que o CT é revestido de certa autoridade, pois tem como fundamento a lei, de forma que os Conselheiros se assumem como um juiz, com o poder de julgar e determinar parâmetros para a vida de pessoas. Assim, quando um ato é considerado uma transgressão, segundo os conceitos morais do Conselheiro, não é o ato que fica qualificado, mas é a pessoa que recebe uma característica inadequada, sequenciando interferências diretas à vida dessa pessoa.

O CT surge associado a um conjunto de pressupostos legais que caracterizam a Doutrina de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente. A diversidade presente no ECA está também presente no que discorre a Lei sobre a atuação do CT, e o ECA coloca parâmetros mínimos de candidatura para uma função tão importante como o Conselheiro Tutelar e “[...] não legisla sobre a forma de funcionamento e estrutura do órgão, deixa espaço para que cada município legisle sobre estes e outros aspectos que considere necessário, dada a sua complexidade” (BRAGAGLIA, 2013, p. 8).

Para a autora acima, em síntese, a diversidade existente nos dispositivos legais do CT deixa em aberto condições sobre sua estrutura e organização. Essa realidade, que está associada à implantação e implementação do órgão, se materializa na forma de critérios de escolha do Conselheiro, além da falta de formação adequada a prática cotidiana desses agentes.

2.3.4 Rede voluntária de Apoio Social: O Grupo de Apoio à Adoção

No Brasil, o Grupo de Apoio à Adoção surge de forma voluntária, na década de 1990, de modo a contemplar o direito ao convívio familiar, garantido pela Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e toma força após a Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009.

Os pretendentes à adoção e os pais adotivos que desejavam compartilhar sofrimentos e questões envolvendo a adoção reuniam-se em diversas regiões do país. Maldonado (2001) entende que a adoção muitas vezes é encarada como um encontro de dores, o sofrimento dos pretendentes à adoção que não podem gestar, no corpo, uma criança, e as angústias suscitadas pela intervenção do Poder Judiciário, aquele que dará o consentimento ao exercício parental.

O trabalho do psicólogo clínico com questões da adoção já existe há muito tempo, no país; no entanto, a prática de Psicólogos com grupos de pretendentes à adoção é uma realidade que ainda vem se consolidando, no Brasil. Para Weber (2007), os profissionais da Psicologia iniciaram trabalhos com pretendentes à adoção como forma de conhecer as reais necessidades psicológicas que levam a pessoas a

constituírem a parentalidade via adoção.

Para Bion (1975), os fatores terapêuticos expressos nas relações entre o indivíduo e o grupo são indissociáveis e complementares. Essas considerações põem em relevo a importância de produzir conhecimento acerca do modo com que as pessoas interagem e convivem em diversos grupos sociais, especificamente, em Grupos de Apoio à Adoção. Os Grupos de Apoio à Adoção vêm contribuindo apenas como Rede de Apoio Social Voluntária, já que o Poder Público ainda não os reconhece como uma prática de Política Pública oficial passível de intervenção a ser executada com famílias substitutas.

Após a Lei 12.010/09, devido ao reconhecimento da “[...] inscrição de postulantes à adoção ser precedido de um período de preparação psicossocial e jurídica” orientado, mas não necessariamente conduzido pela “[...] equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude”, os “grupos de apoio à adoção” tem tomado força (BRASIL, 2009, Art. 50). Portanto, os profissionais de diversas Varas da Infância e Juventude têm se organizado para atender às novas regras de adoção. Alguns fóruns optam por parcerias com Grupos Reflexivos de Apoio à Adoção, realizados em Universidades e cursos de formação de Psicólogos. Esses Grupos, por fazerem parte de uma instituição de ensino universitário, têm também o intuito de construções teóricas e práticas para a ciência psicológica no campo de atuação com a adoção. Todavia, eles não prestam serviços diretamente ao Poder Judiciário e não têm o cunho avaliativo, frequentemente não fornecem relatórios dos encontros, só se permitindo ser um espaço que propicie a reflexão sobre o tema de adoção.

Segundo Levinzon (2004), quando nos aproximamos do universo da família adotiva, deparamo-nos com a complexidade e a riqueza de relacionamentos, com questões de intimidade, amor e perda, preocupação, paixão e comprometimento, apesar do luto. Por outro lado, a autora enfatiza que é importante o Psicólogo, neste caso os coordenadores do grupo, “[...] estar atento às diversas manifestações psíquicas dos integrantes da família adotiva, pois possibilita a criação de um espaço de prevenção de distúrbio afetivo” (LEVINZON, 2004, p. 13).

Ghirardi (2008) aponta que, na adoção, há expressões de violência, rejeição e frustração de todos os que estão ligados ao processo, e se essas emoções não forem acolhidas, trabalhadas ou elaboradas, pode acontecer o insucesso na empreitada. Por esses motivos, é importante que ocorram momentos de reflexão sobre a escolha por adoção e, no Grupo Reflexivo, os pretendentes à adoção discutem eventuais angústias as quais podem ser expressas durante todo o processo de adoção. Essa intervenção leva em consideração a “[...] garantia do direito à convivência familiar” substituta (BRASIL, 1990, Art. 19) e enfoca pontos que parecem essenciais ao universo da adoção, tais como:

a) A motivação para adoção: é essencial o pretendente à adoção refletir (Por que adotar?), uma vez que há variadas razões pelas quais uma pessoa recorre à adoção.

De acordo com Levinzon (2004), há diversos motivos para uma pessoa recorrer à adoção:

[...] a esterilidade de um ou o par conjugal; a morte anterior de um filho; o desejo de ter filhos quando já se passou da idade em que isso é possível biologicamente; a ideia que há uma criança necessitada e que estará ajudando e fazendo o bem à sociedade; o contato com uma criança que desperta o desejo da maternidade ou paternidade; o parentesco com os pais biológicos que não possuem condições de cuidar da criança; homens e mulheres que anseiam por serem pais, mas não possuem um parceiro amoroso; o desejo de ter filhos sem ter de passar por um processo de gravidez, pelo medo deste processo ou até por razões estéticas entre outros motivos. (LEVINZON, 2004, p. 16-17).

Por essas e outras questões, é eficaz o encontro de pretendentes à adoção em Grupos de Apoio à Adoção, no intuito de estes terem um espaço privilegiado de escuta e finalidade terapêutica.

Para Bion (1975), “[...] os grupos com uma finalidade psicoterapêutica” não são apenas aglomerado de pessoas reunidas com determinada finalidade comum, mas um conjunto de pessoas “[...] vinculadas entre si – é o que implica a existência de ligação específica entre os membros”, a qual engloba a identificação mútua, a tarefa comum a ser realizada e a influência das fantasias inconscientes, combinando em objetos específicos que buscam propiciar “[...] reorganizações internas e transformações duradouras” (BION, 1975, p.186).

Antes da Lei 12.010/09, já se compreendia que, se os “postulantes à adoção” passassem por um período de reflexão “precedido” ao da inscrição para adoção, isso provocaria no novo arranjo familiar posições menos conflitivas. Diante das pesquisas na área e das questões que envolvem o universo da adoção, considera-se importante a reflexão sobre a escolha por adoção antes que ela de fato ocorra. Segundo Oliveira (2009), a reflexão dos pretendentes sobre esse tipo de escolha, antes da efetiva adoção, expressa posições menos conflitivas quanto ao exercício de maternidade e paternidade e até de filiação, além de produzir prevenção à devolução de crianças, pois, algumas vezes, o processo de adoção deriva equívocos, prejuízos, devoluções e situações traumáticas nas vidas dos implicados, situações que merecem cuidados e estudos mais aprofundados.

Para Ferreira et al. (2004), a adoção coloca em cena questões relativas ao processo de formação de laços psíquicos de família e exercício parental como alternativa à ausência de vínculos consanguíneos. Dessa maneira, a adoção passa por um processo de reflexão sobre a opção pela adoção e pelo longo período de espera.

b) A espera para adotar é uma questão bastante complexa, pois, no Brasil, o Poder Judiciário intervém e decide se um pretendente é ou não apto ao exercício parental.

Na opinião de Levinzon (2004), é muito importante que os representantes do Poder Judiciário avaliem se o(s) pretendente(s) apresenta(m) condições para realizar uma adoção com sucesso, ao mesmo tempo, os longos entraves burocráticos criam situações extremamente penosas para os pretendentes à

adoção e principalmente para a criança que permanece na Instituição Acolhedora até que se conclua todo o processo de adoção, gerando assim “[...] focos de turbulência psíquica com consequências danosas” (LEVINZON, 2004, p. 21). O sofrimento dos pretendentes à adoção no período de espera gera questões como o medo da confirmação da esterilidade, pela possibilidade do consentimento de “inapto ao exercício parental”, através de uma decisão judicial; como se apresentar e o que dizer aos Assistentes Técnicos Judiciários? O que é a adoção? Como acontece a adoção? Expectativas da criança idealizada (perfeição narcísica)? Por que acontece uma avaliação capaz de decidir quem exercerá a parentalidade? – entre outras questões.

Os Grupos de Apoio à Adoção em Universidades, acompanhados por profissionais de Psicologia, acolhem os pretendentes em todo o processo de adoção, além de possibilitar aos membros do grupo refletir outras questões, como:

c) A idade da criança adotada; **d)** A criança adotada (separação da família biológica – o trauma); **e)** Há diferenças entre o filho adotivo e biológico?; **f)** A esterilidade dos pais biológicos como pano de fundo para recorrer à adoção; **g)** As expectativas e angústias dos pretendentes à adoção para o nascimento da família adotiva; **h)** A fantasia da rejeição e perda; **i)** A revelação; **j)** O comportamento provocativo da criança adotiva (o teste da aceitação); **k)** Adoção tardia; **l)** Os novos arranjos familiares; **m)** O lugar dos avós em todo o processo adotivo; **n)** A parentalidade e filiação (base para a adoção), entre outras questões.

Conclui-se que o Grupo de Apoio à Adoção, aos poucos, tem feito voluntariamente intervenções que priorizam o direito ao convívio familiar, previstos na Lei n. 8.069/90 e na Constituição Federal, tornando-se uma Rede voluntária de Apoio Social na avaliação de pretendentes à adoção, em parceria com diversos fóruns no Estado de São Paulo.

2.4 O SOFRIMENTO GERADO PELA PRÁTICA PROFISSIONAL NA INSTITUIÇÃO JUDICIÁRIA

Segundo Shine (2010), um profissional Assistente Técnico Judiciário de Psicologia sempre lidará com questões a serem respondidas, como, por exemplo, construto de família, melhor pai e mãe, em que não há um conceito harmônico e único.

Para Miranda (1998), a instituição judiciária é sempre um lugar de trabalho com o sofrimento, tanto para o profissional quanto para as partes que aguardam uma sentença judicial. O profissional que transita na instância Judiciária ocupa-se de uma profissão angustiante, por ser um representante da lei,

receber a função de decisão, por ter que apresentar um posicionamento ao caso a ele estipulado, ou seja, são profissionais “[...] que se ligam a própria relação do sujeito com a Lei”. O autor acrescenta que o profissional que trabalha com a justiça ocupa um lugar e paga um preço ao lidar diariamente com questões que suscitam angústias (MIRANDA, 1998, p. 3).

Outro sofrimento no trabalho relaciona-se ao número crescente de processos abertos diariamente no Poder Judiciário Brasileiro, uma vez que aumenta o número de tarefas a serem desenvolvidas pelo servidor, conforme Brito (1995), devido à incapacidade que tem demonstrado em atender às crescentes demandas sociais. Dallari (1996) enfatiza que há um descompasso no Poder Judiciário entre as necessidades de resoluções de processos e as exigências da sociedade contemporânea. Frente a tal panorama, os órgãos do Poder Judiciário caracterizam-se com uma grande carga de trabalho, considerada incompatível com o quadro de funcionários mantidos, o que resulta na lentidão, cobranças dos servidores quanto a prazos e resolução de processos, gerando prejuízo na prestação de serviço à comunidade (SADEK; ARANTES, 1994; BRITO, 1995).

Dallari (1996) pontua que os profissionais do Poder Judiciário, além do grande número de trabalho, realizam suas atividades em condições precárias, como a ausência de condições materiais, a carência de equipamentos e um péssimo espaço físico.

Quanto às repercussões na saúde dos funcionários, Tavares (2004) relata que há uma sobrecarga no trabalho de profissionais da Justiça e, de certa forma, alguma impossibilidade de planejamento de carreira. Para a autora, há uma comissão de promoções de cargos de confiança no Tribunal de Justiça, cujos critérios de promoções não são explícitos aos funcionários, além da presença marcante de “[...] desvios de função e poder excessivo centralizado na figura do Juiz” (TAVARES, 2004, p. 28).

Tavares (2004) ainda comenta que a instituição Judiciária, hierarquizada, expressa o poder excessivamente centralizado em magistrados, chefes e diretores, que frequentemente pressionam os seus subordinados com o autoritarismo e a cobrança. Os funcionários do Tribunal de Justiça muitas vezes se sentem injustiçados com o volume excessivo de trabalho, a pressão no trabalho, além de trabalharem em condições precárias, como inadequação de mobiliários e equipamentos, exposição a contínuos alérgenos (devido à grande quantidade de papéis).

O mesmo autor conclui que há necessidade de se reconhecer a relação entre aspectos do contexto do trabalho de profissionais do Judiciário e a saúde desses servidores, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais ampla de saúde, a qual se leve em conta o contexto onde o profissional está situado e que ele necessita de saúde para intervir em questões tão complexas e do trabalho, em seu dia a dia.

Recentemente, em São Paulo, foi sancionado pelo governador do Estado o Projeto de Lei Complementar nº 1.210, de 25 de setembro de 2013, que dispõe sobre a jornada de trabalho de

Psicólogo(a) Judiciário(a), alterando de 40 para 30 horas de trabalho semanais, igualando-se à jornada do Assistente Social Judiciário. A redução na jornada de trabalho reconheceu e visou primordialmente a preservar a saúde e a segurança do trabalhador, em função da "[...] maior exposição à fadiga física, mental e emocional, causada pelo exercício da profissão" (BRASIL, 2007).

2.5 ASPECTOS DA ADOÇÃO

2.5.1 Adoção

A adoção e as mudanças familiares são os temas que perpassam as discussões desta pesquisa. Como uma experiência humana básica, a adoção ocorre em todas as culturas e existe desde os tempos primordiais. Para Levinzon (2004), nem todas as famílias representam uma configuração na qual há uma continuidade biológica, e as relações parentais que se formam na família adotiva se baseiam mais especificamente nas interseções afetivas que caracterizam os membros.

Em sua opinião, os pretendentes à adoção são pessoas que buscam uma criança que nunca será de sua carne, mas o(a) filho(a) do desejo. A criança chega à família por um caminho diferente do usual. Em cada processo de adoção, há no mínimo três partes envolvidas: os pais biológicos, os pais adotivos e a criança, juntamente com instituição ou pessoas que atuam como intermediárias. Com a implementação do ECA, a criança passou a ter direito a uma família. Hamad (2010) ressalta que, além do direito da criança de ter uma família, é extremamente importante verificar os desejos inconscientes em jogo por aqueles que desejam o exercício parental e, acima de tudo, verificar detalhadamente os motivos de os requerentes recorrerem à adoção. O autor salienta que a família adotiva constitui uma nova história, uma vida que se vive no dia a dia.

Segundo Levinzon (2004), adotar perpassa pela necessidade de refletir sobre a motivação para adoção; a espera para adotar; a idade da criança adotada; o filho idealizado e o real; questões da hereditariedade; o trauma da separação da família biológica e o nascimento na família adotiva, que envolve expectativas e angústias, inclusive porque não estão submetidos ao real de um corpo que determina a chegada de um filho. Conforme a autora, essa reflexão se faz importante, uma vez que a chegada da criança sempre tende a cruzar elementos vivos da história de cada indivíduo, com sua problemática inconsciente, produzindo nele uma espécie de mutação que determina para a particularidade da função parental.

Os novos arranjos familiares também fazem parte das famílias via adoção. Para Almeida (2008), as mudanças ocorridas na família possibilitaram mudanças na legislação, de maneira que atualmente se observam adoções por casais heterossexuais, pessoas solteiras, famílias reconstituídas e homoafetivos.

Uziel (2007) assevera que o ECA prevê encontrar uma família para uma criança, e essa referência implica toda e qualquer pessoa que deseja o exercício de parentalidade. Nessa concepção, a adoção pode acontecer a qualquer arranjo familiar.

Para Hamad (2010), a adoção pode acontecer por pessoas sozinhas, ou seja, disponibiliza-se à pessoa solteira a função materna e/ou paterna, põe-se em jogo de modo particular o estresse, devido à assunção de decisões sobre as tarefas educativas, de convívio social etc., sem contar com o peso econômico de criar sozinho(a) uma criança. O autor destaca que estudos têm demonstrado que os laços familiares de pessoas sozinhas com seus filhos são fortes e a família monoparental tende a expressar uma comunicação aberta com menos tabus. Os pais sozinhos também tendem a exigir mais de suas crianças e a querer marcar todos os acontecimentos, tanto os maiores quanto os menores.

O autor também acompanhou casos de adoção por homossexuais; enfatiza que essa nova organização familiar suscita ainda alguns estudos, mas nota algumas particularidades. Percebe, por exemplo, que não é qualquer par homossexual que se dirige para a adoção: “[...] em sua maioria são casais masculinos”. No geral, ele os percebe prontos para sacrificar parte de seu gozo pela intensa gratificação que a vida doméstica e a paternidade lhes oferecem. Considera-os “[...] preocupados em tornar seus filhos cidadãos e de inseri-los na vida social e que há também um intenso desejo de serem reconhecidos socialmente e tendem a reconstruir seus lares à imagem do que se passa em sua volta, conservando valores da família de origem.” Contudo, o autor interpreta nessa necessidade um mal-estar profundo com relação à homossexualidade, vivida por estar em desacordo com os padrões religiosos e culturais valorizados (HAMAD, 2010, p. 120).

Almeida (2008) é um profissional Assistente Técnico Judiciário do interior do Estado de São Paulo; ele assinala que, no caso da adoção por homossexuais, o que mais se praticava era a adoção monoparental, ou seja, apenas uma das pessoas da parceria conjugal homoafetiva se tornava o requerente no processo de adoção, porque a união estável entre casais homossexuais não era permitida pela Justiça, de sorte que a família homoafetiva não era considerada uma possibilidade de família substituta.

Percebe-se que atualmente existem muitos arranjos familiares e estes fazem igualmente parte das novas constituições familiares via adoção. Na prática, há também exemplos de adoção que se efetivam unilateralmente. Para Nakagaki (2004), essa adoção acontece nos recasamentos, quando o novo cônjuge ou companheiro(a) do genitor do infante se habilita à prática da adoção. Para o autor, a adoção unilateral tem uma particularidade: é fundamental o consentimento do pai ou mãe biológica, pois a criança a ser adotada, geralmente, apresenta familiaridade com o fato do recasamento do pai ou mãe biológica e convive na mesma casa do(a) pretendente à adoção.

De forma geral, a família hoje deve ser concebida incluindo novos arranjos familiares, parceiros e filhos/irmãos agregados (GOMES, 2009). Há uma forte rejeição em face dos modelos do passado,

sem, contudo, termos solidificado a nova tradição, porém, os novos arranjos permitem uma liberdade maior sobre a construção e a desconstrução dos vínculos.

Para além das singularidades dos arranjos familiares possíveis, a adoção apresenta suas peculiaridades. É importante ressaltar que a relação entre cuidadores ou pais e filhos será sempre uma relação vincular humana, com todas as suas vicissitudes e paixões. Cada grupo é similar em alguns aspectos e se destaca por outros, em função do conjunto de pessoas ligadas por vínculos de adoção, mas o equilíbrio emocional depende de uma multiplicidade de fatores (LEVINZON, 2004). A autora enfatiza que a capacidade de comunicação, a honestidade e a confiabilidade são elementos importantes na boa dinâmica familiar adotiva, assim como os sentimentos amorosos e calorosos.

2.5.2 Adoção internacional

Segundo o *Manual de Procedimentos Técnicos da Infância e da Juventude* – TJ/SP (2007), em muitos casos, a Adoção Internacional se mostra como a única forma de garantir a convivência familiar para a criança e adolescentes que se encontram sob medida de proteção em instituição acolhedora. De acordo com a Lei 12.010/09 Art. 51 (BRASIL, 2009), considera-se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil, conforme previsto no Artigo 2 da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999:

§ 1º A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil somente terá lugar quando restar comprovado:

I - que a colocação em família substituta é a solução adequada ao caso concreto;

II - que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família substituta brasileira, após consulta aos cadastros mencionados no art. 50 desta Lei;

III - que, em se tratando de adoção de adolescente, este foi consultado, por meios adequados ao seu estágio de desenvolvimento, e que se encontra preparado para a medida, mediante parecer elaborado por equipe interprofissional, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei.

§ 2º Os brasileiros residentes no exterior terão preferência aos estrangeiros, nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro.

§ 3º A adoção internacional pressupõe a intervenção das Autoridades Centrais Estaduais e Federal em matéria de adoção internacional. (BRASIL, 2009, Art. 51).

A colocação em família substituta estrangeira só é possível mediante a adoção. Conforme aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção “[...] é uma medida excepcional e irrevogável” (depois de realizada, não se pode voltar atrás), que atribui a condição de filho ao adotado, o qual passa a ter os mesmos direitos e deveres de um filho, inclusive os sucessórios (transmissão de patrimônio), e desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes biológicos. Portanto, a Adoção Internacional,

muito embora busque garantir o direito à convivência familiar, é ainda, em alguns casos, a forma de se preservar o vínculo entre irmãos (BRASIL, 1990, Art. 41).

A Nova Lei de Adoção (Lei 12.010/09) prevê critérios rigorosos para a Adoção Internacional (BRASIL, 2009, Art. 52, 52 A, B, C e D). A adoção internacional observará o procedimento previsto nos Artigos 165 a 170 dessa Lei.

O *Manual de Procedimentos Técnicos da Infância e da Juventude* TJ/SP (2007) pontua que os pretendentes estrangeiros passam em seu país de origem por um extenso trabalho de orientação e preparo, inclusive, com a realização de cursos e formação com o foco nas necessidades da criança/adolescente e grupo de irmãos que vivenciam o acolhimento institucional.

O ECA (Lei nº 8.069 Art. 92, V) prevê “[...] o não desmembramento de grupos de irmãos”, porque se julga que eles tenham vínculos afetivos e o ideal seria que fossem adotados por uma única família. Nos casos em que a justiça autoriza separar, geralmente só se separa em último caso e quando as próprias crianças e a equipe técnica decidem que é o melhor caminho a ser tomado. Quando isso ocorre, é fundamental que “[...] os organismos internacionais que fazem a intermediação da adoção internacional realizem o compromisso dos pais que os adotam (residirem na mesma região) e de manterem os vínculos e o contato entre os irmãos” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p. 137).

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado de São Paulo (CEJAI) deve encaminhar o caso de Adoção Internacional ao Setor Técnico, formado por Assistente Social e Psicólogo, os quais, juntos, fazem o acompanhamento do Estágio de Convivência como prevê a Lei 12.010/09, § 3º do artigo 46. Para apresentação do relatório minucioso acerca da convivência do deferimento da medida, esses profissionais avaliam:

[o] histórico e características da(s) criança(s)/adolescente(s), que serão repassadas aos pretendentes estrangeiros e procedem com um novo estudo, partido das necessidades específicas de cada criança/adolescente para a análise do dossiê elaborado no país estrangeiro, pois seu objetivo é avaliar se o (s) requerente(s) é (são) adequado(s) para a adoção daquela determinada criança/adolescente sobre a qual estão solicitando adoção. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p 138).

Os organismos credenciados para a Adoção Internacional devem fornecer um dossiê com fotos e outras informações que facilitem o processo dos técnicos; a história dos pretendentes é utilizada durante o Estágio de Convivência e em outros momentos do desenvolvimento do processo de adoção para os adotantes e adotados.

Apesar de o(s) requerente(s) estar(em) habilitado(s), primeiramente em seu país de origem e, em seguida, pela Comissão Judiciária de Adoção Internacional, será igualmente da “[...] competência

jurisdicional do Juiz da Infância e da Juventude do domicílio da(s) criança(s)/adolescente(s) deferir ou não a adoção” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p 138). Quando o requerente já estiver instalado em solo brasileiro, será convocado para uma entrevista preliminar com os Assistentes Sociais e Psicólogos da Vara da Infância e da Juventude, antes de entrar em contato com a(s) criança(s)/adolescente(s).

Com relação à preparação da(s) criança(s)/adolescente(s) pelos profissionais da instituição acolhedora, sob supervisão de profissionais da equipe técnica da Vara da Infância e Juventude, ressalta o *Manual*: “Há de se priorizar a troca de diálogo entre estes profissionais e os da organização internacional que está intermediando, aquela que foi responsável pela preparação do requerente” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p.139).

O Estágio de Convivência de adoção internacional se “[...] dá no prazo mínimo de 30 dias cumprindo-se em território nacional” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p. 139). Nesse período, adotante e adotado(s) deverão ser acompanhados e avaliados. Utilizam-se alguns procedimentos técnicos, tais como:

Entrevistas, observação a interação da(s) criança(s)/adolescente(s) com o(s) requerente(s). Neste momento são interpretadas e trabalhadas as necessidades que vão surgindo até que se defina se esta adoção será possível ou não. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p 139).

Embora o prazo legal para o Estágio de Convivência seja reduzido, comparado com o período de convivência em adoção nacional, a legislação brasileira determina que sejam remetidos às autoridades nacionais relatórios periódicos “[...] no máximo a cada seis meses”, informando “[...] a situação de cada criança ou adolescente acolhido” e quanto à adaptação da família para fins de avaliação prevista no § do Art. 19 do ECA.

Toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado no seio de uma família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurando a convivência familiar e comunitária [...]. (BRASIL, 1990, Art. 19).

Segundo o Art. 52 da Nova Lei de Adoção, as Agências Internacionais de adoção deverão “[...] IV - apresentar à Autoridade Central Federal Brasileira, a cada ano, relatório geral das atividades desenvolvidas, bem como relatório de acompanhamento das adoções internacionais efetuadas no período, cuja cópia será encaminhada ao Departamento de Polícia Federal”. Em acréscimo, precisarão “[...] V- enviar relatório pós-adotivo semestral para a Autoridade Central Estadual, com cópia para a Autoridade Central Federal Brasileira, pelo período mínimo de 2 (dois) anos. O envio do relatório será mantido até a juntada de cópia autenticada do registro civil, estabelecendo a cidadania do país de

acolhida para o adotado” e “[...] VI - tomar as medidas necessárias para garantir que os adotantes encaminhem à Autoridade Central Federal Brasileira cópia da certidão de registro de nascimento estrangeira e do certificado de nacionalidade”. Desse modo, o vínculo com os organismos Internacionais ainda permanecerá, com a oferta de acompanhamento técnico (Psicológico e Assistente Social) especializado, o que garante o acompanhamento pós-adoção.

2.5.3 Família

Supõe-se que profissionais Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos expressem argumentos e decisões significativas sobre conjugalidade e parentalidade, uma vez que se pronunciam a favor ou contra o exercício parental. Daí a importância de se averiguar sobre o conceito de família contemporânea.

Para Benghozi (2010), família é um conjunto grupal particular construído em volta do vínculo de filiação, e o vínculo de afiliação é estruturado de acordo com as regras do grupo de pertencimento. Nesse sentido, “[...] a família está construída sobre o eixo filiativo ascendente e descendente (paterno e materno) e o vínculo de afiliação que corresponde à identidade grupal de pertencimento (adoção, parentescos da família natural ou do grupo comunitário)” (BENGHOZI, 2010 p. 162-163).

Apesar da dificuldade em definir família, essa instituição vai se mantendo “[...] como organizadora da sociedade ocidental contemporânea” (UZIEL, 2007 p. 19).

A autora assevera que, ao tentar definir família, frequentemente se apela para algo que se assemelha a uma descrição, mas que, na verdade, constrói a realidade social. Nessa definição, a família é um conjunto de indivíduos aparentemente ligados entre si, seja pela aliança (o casamento), seja pela filiação, mais excepcionalmente pela adoção (parental) ou pela vida sob o mesmo teto (coabitação).

Percebe-se uma “[...] revolução global em curso no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com outros. É uma revolução que avança de maneira desigual em diferentes regiões e culturas” (GIDDENS, 2007 p. 61). Com relação à família, o autor atribui algumas de suas mudanças à separação da sexualidade e da reprodução em relação ao casamento; à crescente aceitação da homossexualidade e ao efeito do entendimento de uma conjugalidade que deixa de ter uma única definição, dominada pela heteronormatividade.

Para Uziel (2007), a família nuclear, modelo inspirador da sociedade, é cada vez mais uma experiência minoritária. O conceito de “unidade doméstica” onde moram pai, mãe e filhos, local onde há certa divisão de trabalho e disponibilidade da mãe para se dedicar inteiramente aos filhos, cada vez menos faz parte da realidade de família contemporânea (UZIEL, 2007 p. 19). Fonseca (1995) alude à realidade de grupos familiares de trabalhadores e classes populares. Em sua opinião, a família com pais

trabalhadores não se apresenta na forma de uma unidade doméstica bem delimitada e autocontida. A cultura de pais trabalhadores também se faz presente em diversas classes sociais, alterando assim os cuidados dos filhos como frequentemente acontecia nas unidades domésticas no passado.

Entende que as mães de classes populares raramente tiveram o luxo de se dedicarem inteiramente aos seus filhos. Mesmo quando o casal é estável, a mulher muitas vezes trabalha, assim como o esposo, para auxiliar o sustento de seu lar. E o cuidado das crianças passa a ser exercido por pessoas da comunidade ou instituições escolares. A autora complementa que as extensas redes de parentesco em classes populares fazem com que a “[...] família biológica raramente tenha a necessidade ou a oportunidade de cultivar a intimidade entre pai, mãe e filho, pois há uma constante presença dos avós ou de outros parentes na vida do casal”, de maneira que a responsabilidade pelos cuidados cotidianos dos filhos não fica exclusivamente com os pais. Por fim, elucida, “[...] em classes populares há maiores possibilidades de filhos, pais e avós morarem no mesmo espaço”. Alguns fazem um “puxadinho” (um cômodo no mesmo terreno) e compartilham um único quintal com outros moradores. Ao que indica, nesses grupos populares, “[...] os fatores socioeconômicos ou unidades nucleares são diluídos nos grupos consanguíneos” (FONSECA, 1995 p. 52).

A não dedicação exclusiva do exercício parental se dilui em diversas classes sociais. De acordo com Rapoport e Piccinini (2004), a família com melhores condições econômicas também mantém uma vida profissional ativa, portanto, normalmente contrata uma babá para auxiliar nos cuidados da(s) criança(s) e, em algumas situações, a babá exerce, em parte, a função materna. Nesse sentido, muitos pais acabam não conseguindo dar o suporte necessário ao desenvolvimento de seus filhos. Com isso, a família vai transferindo algumas de suas funções básicas às instituições e à sociedade (VECINA; CAIS, 2002).

Muitos outros fatores, não apenas o econômico e o profissional, contribuem para os diversos modelos de estruturas familiares. Na visão de Roudinesco (2003), a família perdeu todo seu valor simbólico de outrora, tornando-se apenas um tipo de união, mais ou menos duradoura. Os filhos são cada vez mais concebidos fora dos laços matrimoniais e assistem às núpcias e divórcios de seus pais. Em lugar da divinização, a família contemporânea encontra-se frágil, consciente de sua desordem e assemelha-se a “[...] uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado” (ROUDINESCO, 2003 p. 155).

A despeito de todas essas mudanças, Roudinesco (2003) assegura que a família apresenta uma função importante, sob a condição de que saiba manter, como princípio fundador, o equilíbrio entre o um e o múltiplo de que todo sujeito precisa para construir sua identidade. Por conseguinte, “[...] a família do futuro deve ser mais uma vez reinventada” (ROUDINESCO, 2003 p. 199).

2.5.4 O parental na adoção

A adoção na maioria dos casos não ocorre por meio de relações de parentesco e/ou por uma atribuição de consanguinidade, mas por um reconhecimento legal e constituição de um vínculo parental. Segundo Benghozi (2010), o “parental” diferencia-se do exercício “paterno e/ou materno”. Ou seja, para o autor, “[...] a paternidade e maternidade não é parentalidade”. A noção de “paternidade e maternidade” se refere ao vínculo de “filiação”, genético, biológico, já que certamente o filho é de seus pais e se inscreve em uma ordem ascendente de gerações anteriores e descendentes (filhos e netos), é também genealógica em nível inter, e também transgeracional, ao passo que a “parentalidade” se liga à relação e evidencia as características e o exercício de ser-pais. Logo, a “filiação” ecoa a noção de que há “maternidade e/ou paternidade”, já a “afiliação” formula a noção de “parentalidade” (BENGHOZI, 2010, p.160).

Conforme Gomes e Levy (2009), a parentalidade é o exercício de serem pais, adotivos ou biológicos. Estes precisam ter um filho (adotivo ou biológico) que se inscreve numa cadeia de desejos, expectativas e fantasias. Para as autoras, vale lembrar que a criança adotiva se encontra entre duas parentalidades, uma simbólica e apoiada a um vínculo afetivo, e outra sustentada em uma realidade biológica igualmente infiltrada de fantasmas arcaicos.

Benghozi (2010) assevera que, embora existam diferenças entre “paternidade/maternidade e parentalidade”, todas são formas de nascimento de vínculos psíquicos, em virtude do “[...] reconhecimento de si mesmo e o reconhecimento do outro. É também grupal, familiar e de sociedade. É o nascimento de si por e para o outro” (BENGHOZI, 2010, p.160). Gomes e Levy (2009) indicam que um vínculo deve ser construído com os pais adotivos, em um registro psíquico, e uma reelaboração imaginária deve ser feita em relação aos pais biológicos. No caso da parentalidade adotiva, faz-se necessária uma experiência do vínculo familiar no qual a criança também desempenha um papel fundador, ao nomear seus pais e membros de sua família.

Ainda de acordo com Gomes e Levy (2009), com referência ao vínculo parental, é necessário que ele possa se constituir e se manter através de acordos inconscientes e uma complementaridade de interesses os quais assegurem a continuidade dos investimentos ligados a parentalidade e filiação. Para Schettini (1998), “[...] é o afeto dedicado a uma criança que faz dela um filho e constrói em nós postura de pais” (SCHETTINI, 1998, p. 48).

Na família adotiva, é comum dizer que o exercício parental surge ou é correspondente a um segundo nascimento, um nascimento psíquico ou um (re)nascimento. Esse nascimento se constrói na reciprocidade intersubjetiva, pois é “ser-os-pais desse filho” e o “ser-o-filho desses pais”. É o desejo de serem “pais” que o profissional da justiça deve levar em consideração (BENGHOZI, 2010, 161). Hamad

(2002) afirma que cabe aos profissionais que avaliam os pretendentes à adoção investigar o desejo da adoção pela adoção e não o desejo como paliativo de uma esterilidade. Para o autor, é oportuno interrogar os pretendentes à adoção sobre o que está em jogo, no momento em que buscam uma criança adotiva. Em sua experiência, muitos pretendentes não têm consciência dos motivos de suas procuras por adoção. Na perspectiva de Benghozi (2010), parece essencial assinalar e apreender os projetos parentais, distinguir o desejo de ter um filho ou de querer um filho.

Hamad (2002), por seu turno, assinala que o auxílio na elaboração do luto pela infertilidade é um dos trabalhos a ser feito por esses profissionais ou, na impossibilidade de fazê-lo, devem encaminhar os pretendentes a outros profissionais especializados.

2.5.5 O desejo do par conjugal pela adoção

É difícil tratar do processo de parentalidade sem levar em conta o conjugal. Para Gomes (2011), é importante conhecer a história do casal, para uma melhor compreensão do lugar da criança e/ou adolescente na fantasia de pais. A autora salienta que é também essencial “[...] ter uma abordagem histórica e antropológica do casamento, passando pela interferência dos movimentos sociais, principalmente pela influência do feminismo nas relações conjugais, até chegar ao complexo de Édipo, como um dos polos formadores da sociedade e da família” (GOMES, 2011, p. 22).

É imperioso observar a dinâmica conjugal para se planejar sobre o projeto familiar da adoção, além de contribuir para maior adaptação da criança e dos pais, em um arranjo parental. Isso aconteceria como forma de prevenção acerca do que a clínica psicanalítica atribui à “dinâmica familiar desestruturada que pode interferir negativamente no desenvolvimento das crianças, que por sua vez, num futuro serão geradoras de outras famílias” (GOMES, 2011, p. 18).

Segundo Hamad (2002), o profissional que avalia os pretendentes à adoção deve interrogar-se e interrogá-los sobre o projeto de adoção, enfatizando a importância de se perceber alguns aspectos fundamentais: a dinâmica conjugal e, quando a procura pela adoção é do casal, é necessário que o trabalho de escuta perpassasse pelo par conjugal; ouvir e observar o desejo dos dois, no exercício parental, não se dirigir ao casal como um conjunto que anula a diferença entre os cônjuges: “[...] sempre levo em consideração as duas pessoas que, apesar do que elas chamam de projeto comum, são regidas, cada qual, pela dinâmica de seu inconsciente” (HAMAD, 2002, p. 46).

É importante escutar cada um do par conjugal, porque uma “mulher” dirá sobre o luto da gravidez. Geralmente, “[...] o luto é feito ou está se fazendo no momento em que optou por adoção, e é possível que durante as entrevistas de avaliação de candidatos à adoção venha a explicitá-lo e exprimi-lo”. Quanto ao homem, é preciso atentar para “[...] a questão do desejo do filho, na medida em que ele

não tem que fazer o luto de uma gravidez, prioriza falar sobre a experiência não adquirida da transmissão geracional, dos bens materiais e do nome”. Hamad (2002) entende que a mulher carrega o luto da gravidez e o homem, antes, tem que carregar a impossibilidade da continuidade da linhagem. Na opinião do autor, somente quando se ultrapassam essas dificuldades surgirá a dimensão de situar o desejo de se ter uma criança adotiva.

A dificuldade, no que diz respeito ao casal estéril, é que o filho adotivo não vem “tamponar” esse imaginário para ajudá-lo em seu trabalho de luto. Ao contrário, o mesmo luto torna a vida possível com o filho da realidade via adoção, de sorte que se tornam “[...] pais da realidade, em que um filho não será à imagem de sua mãe, de seu pai, ou de seu suposto patrimônio genético, mas que terá seu lugar como sujeito na medida em que algo faz ruptura e dá ao laço familiar adotivo um valor simbólico” (HAMAD, 2002, p.79). Isso remete ao necessário encontro de três desejos, a que alude François Dolto (1985), a fim de que a criança advenha:

[...] desejar um filho de um homem que uma mulher ama; desejar o filho de uma mulher, aquela que um homem ama e o encontro dos dois desejos no sentido que isso se fala e que graças a esta fala, um filho já faz seu ninho no campo da linguagem de quem o acolherá”. O filho guardará a marca da forma que o desejo dos pais foi instaurado, seguirá pegadas sobre as quais virá a inserir seus próprios significantes. (DOLTO, 1985, p. 131).

Segundo a mesma autora (1988), o homossexual tem a possibilidade de vivenciar “[...] a paternidade e/ou a maternidade simbólicas que não podem se realizar no plano da genitalidade” (DOLTO, 1985, p.53).

Nenhum de nós tem necessidade de ser criado pelos pais biológicos, a partir do momento em que outros seres humanos permitem nosso desenvolvimento potencial libidinal e eduquem nossas capacidades para seu destino de troca linguageira, criativa e procriativa. O ser humano é fisicamente um mamífero e, psiquicamente, um ser de filiação linguageira e, portanto, de adoção. (DOLTO, 1988, p. 52).

Para Benghozi (2010), “[...] não se deve reduzir o projeto de adoção a uma função reparadora, e sim avaliar a sua dinâmica, verificar o lugar desse desejo de fazer família e se há uma economia psico-familiar” (BENGHOZI, 2010, p. 165).

Entretanto, é importante distinguir se “[...] a acolhida de uma criança seja ela biológica ou não, tem uma ressonância diferente no nível da mulher e no nível do homem” (HAMAD, 2002, p.46). Benghozi (2010) ressalta que “[...] adotar é a passagem ao ato de um processo complexo individual, conjugal consciente e inconsciente” (BENGHOZI, 2010, p.165).

Considera-se também relevante verificar os desejos inconscientes em jogo e a tomada de consciência com relação às consequências da adoção na dinâmica do casal, no exercício parental e na

vida de cada pessoa, individualmente.

2.5.6 A adoção se faz em três gerações

O lugar dos avós parece igualmente muito importante, pois frequentemente seguem como apoio aos filhos, no exercício parental.

Assim, Hamad (2002) reconhece o papel fundamental dos avós, em uma adoção. Os avós assumem uma posição de “[...] apoio ao pedido dos filhos ao exercício da parentalidade. Eles fazem uma benção e inscrevem a criança adotada na cadeia geracional.” Indaga sobre a postura do profissional que acompanha o processo de adoção em escutar com atenção o projeto de adoção, por parte dos requerentes, além do que têm a dizer os potenciais avós. A adoção geracional propicia a aceitação da esterilidade e a aceitação da criança adotada e, de alguma forma, esse laço geracional “[...] suspende o interdito do exercício parental” (HAMAD, 2002, p. 48-49).

Benghozi (2010) esclarece que, na adoção, acontece uma “remalhagem adotiva”, ou seja, a adoção de uma criança se inscreve como um acontecimento genealógico e, no nível psíquico, é uma remalhagem recíproca de continentes genealógicos tanto na história das famílias de pais adotivos quanto na história dos pais biológicos. Pode se tratar, também, inconscientemente, de reparar uma perda em consequência de uma esterilidade ou de outros lutos mais ou menos em suspenso, na história familiar.

Existe, por conseguinte, uma adoção administrativa legal e, por outro lado, uma adoção psíquica. “A adoção não é a apenas a dos pais de uma criança, mas também a da criança em relação aos pais e a família dos pais adotivos. É um trabalho psíquico de reconhecimento recíproco” (BENGHOZI, 2009, p. 167).

Por fim, é oportuno ainda verificar o conceito da família quanto à adoção e suas variações de estruturas e funcionamentos.

2.6 CRITÉRIOS E ESTRATÉGIAS INTERNACIONAIS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO

Em levantamentos nas bases de dados de literaturas estrangeiras, observamos que os autores são unânimes quanto aos critérios empregados, ou ao que é importante e que deve ser esclarecido com os pretendentes à adoção.

2.6.1 No México

Alejandro Tamez Morales (2004) trabalha com práticas de avaliação e aceitação de casais, pretendentes à adoção, considerando o desempenho e o exercício parental. Segundo o autor, é oferecida aos candidatos à adoção a possibilidade de participar em um programa psicoeducativo em uma escola para pais adotivos, no México.

Para o autor, “[...] no mínimo o que se pode fazer com as crianças que tiveram a infelicidade de serem rejeitadas por seus pais biológicos é lhes oferecer a melhor substituição possível” (MORALES, 2004, p.196). Na avaliação da parentalidade no casal que deseja adotar, seguem-se algumas etapas:

a) **“O desejo de cada membro do par conjugal”** – é importante avaliar a diferença do desejo pela adoção entre os cônjuges, “[...] o que pode nos assegurar que se trata de um casal que cuidará corretamente da criança” (MORALES, 2004, p. 196).

b) **“A aceitação da infertilidade”** –é preciso saber se o casal que buscou a adoção pôde aceitar a infertilidade, porque reconhece que há casais que podem aceitar a adoção sem ter aceitado a infertilidade. Em sua prática, encontrou casais os quais procuraram inconscientemente a adoção como “[...] o método capaz de ocultar à infertilidade”. Em sua opinião, “[...] esta situação impede que o casal seja aceito no programa, pois a criança seria unicamente desejada para resolver um problema psíquico do casal, o que desembocaria certamente em dificuldade de interação com ela” (MORALES, 2004, p. 196).

c) **“O relacionamento do casal”** – é imperioso que o casal seja um par conjugal “harmônico”. O autor complementa que se deve verificar se os casais realmente desejam exercer a parentalidade ou “[...] satisfazer uma pressão social, familiar, ou porque todos os amigos têm filho, etc.” (MORALES, 2004, p. 196).

d) **“A capacidade de imaginar um terceiro”** - “[...] é de grande importância avaliar a capacidade de o casal incluir terceiros em suas histórias”. Sugere que inicialmente se investigue se “há animais domésticos na família? O par conjugal estava de acordo quanto a isto? Quem toma conta do animal? Falando do futuro filho, imaginam como será a criança? Já lhe encontraram um nome?”. Esse é um ponto crucial, já que, assim como os pais biológicos imaginam um bebê durante a gravidez, na consulta terapêutica com pretendentes à adoção, da mesma forma, deve-se avaliar se eles imaginam o(a) filho(a). Segundo o autor, se não imaginarem a criança que desejam adotar, “[...] isto será problemático, pois poderá dizer que não aceitaram uma terceira pessoa em suas vidas e aceitariam menos ainda a adoção” (MORALES, 2004, p.196).

e) **“Quanto tempo o casal conversou sobre a adoção?”** – é relevante investigar se não há de fato nenhuma desavença na escolha de recorrer à adoção:

Puderam estar de acordo quanto ao sexo que eles preferiam? Falaram sobre isso com seus pais? Sentem-se mal se uma pessoa da família não está de acordo com a adoção? Conversam sobre sua educação e a escola onde a criança irá? Existe um espaço onde conversar sobre o futuro filho? Ou então só se falaram uma vez e não abordaram mais o assunto? (MORALES, 2004, p. 197).

f) **“O casal está convencido da necessidade de dizer à criança que ela foi adotada”** – é importante conhecer o grau de mitos e temores que os pretendentes à adoção têm sobre a revelação. Eles pensaram em dizer à criança que ela foi adotada? Qual “[...] é a idade que consideram importante revelar a adoção?” O fato de um casal não pensar em falar a seu filho que é adotado é um sinal de séria dificuldade em aceitar a adoção e um risco considerável para a futura interação com o filho adotivo.

g) **“A vergonha da adoção”** –é essencial avaliar se o casal tem vergonha de adotar, se eles incorporaram a ideia de que a criança não é filho natural, pois, segundo o autor, “[...] na realidade aqueles que têm vergonha estão rejeitando a adoção” (MORALES, 2004, p. 197).

Uma vez que o casal foi aceito no processo de avaliação, antes de conceder a adoção, durante um mês, os pretendentes visitarão as crianças no hospital e todas as visitas são gravadas em vídeo. Dessa forma, conforme o autor, “[...] é verificado se o processo de aproximação ocorre de maneira adequada e se há potencial de vinculação”. Durante essas entrevistas, os avaliadores “[...] atentam-se quanto à capacidade dos candidatos à adoção desempenharem o papel de ser pai e mãe, observa-se como eles seguram a criança, como a olham, a excitação por estar com a criança”. O autor comenta que as crianças que sofreram abandono têm experiências e dificuldades de interação precoce, logo, sugere que as pessoas que cuidam delas devem estar alertas e reflexivas para aumentar a possibilidade de conseguirem produzir um acolhimento tranquilizador, o qual, por sua vez, facilitará “[...] o desenvolvimento da mentalização da criança”. Ele ainda propõe que “a ideia de acolhimento tranquilizador oferece à criança a oportunidade de explorar o pensamento e conhecer o funcionamento das pessoas que cuidarão dela” (MORALES, 2004, p. 197).

O autor também pontua que “[...] frequentemente nota-se que o casal sente a avaliação exaustiva e sentem-se violados na sua intimidade por aqueles que os avaliam e julgam.” Para ele, “[...] os casais tendem a recorrer à mentira para obter um filho, o que o levou a considerar que, nesses casos, a mentira é um elemento normal e não um traço de psicopatia”. Por isso, aconselha que os pretendentes à adoção passem por psicoterapia ou por um período de reflexão, antes de recorrer à adoção, com o objetivo de explorar possíveis bloqueios quanto à dificuldade de viver o processo de luto por conta da perda de sua fecundidade, porque se trata de uma renúncia ao projeto biológico (MORALES, 2004, p. 199).

Após a criança ser concedida ao convívio em família substituta, uma vez por mês, em sessões que duram 90 minutos, a família adotiva passa por atendimentos obrigatórios no hospital em que adotou

a criança, durante os três primeiros anos em que esta foi inserida no novo lar. Isso significa que a família adotiva passará por no mínimo “[...] 27 reuniões e 45 horas de trabalho com profissionais especializados em adoção” (MORALES, 2004, p. 199).

Os pais adotivos também participam de um grupo de parentalidade adotiva, do qual fazem parte aproximadamente 10 ou 12 casais. Antes de iniciar as discussões de sua prática parental no grupo, recebem a tarefa de exercitar por escrito como irão falar sobre a adoção para a criança. O que eles pensam em dizer sobre as normas da casa? Escrever sobre as relações com os sogros, pais, inclusão de terceiros, temores de não serem pais suficientemente bons etc. Os grupos são operantes, estimulados pela comunicação entre os membros do grupo. Para Morales (2004), “[...] os casais mostram claramente sinais de dificuldades”, fato que os levou a seguir com a prática na escola de pais adotivos e auxiliá-los a pensar sobre o exercício parental. Não é suficiente apenas a seleção de pretendentes à adoção, mas é necessário chegar a diagnósticos que previnam as dificuldades de interação entre os membros os quais constituirão a família adotiva.

O autor conclui que ainda há outro campo possível de trabalho com os pretendentes à adoção, como o manejo dos pretendentes já aceitos e que aguardam a oportunidade da adoção, pois estes vivenciam uma espera que pode durar anos.

2.6.2 Na França

O psicólogo e psicanalista Nazir Hamad (1998) trabalhou com avaliação de candidatos à adoção na *Action Sociale à l'Enfance* (ASE). Segundo ele, no serviço de Assistência Social da Infância, o psicólogo recebe os postulantes geralmente depois do encontro com o psiquiatra. Em outra obra, Hamad (2002) esclarece que o psiquiatra trabalha como profissional liberal, aceito pela *Direction Départementale de l'Action Sanitaire et Sociale* (DDASS), enquanto a ASE fornece aos candidatos à adoção uma lista de psiquiatras, de modo que eles se dirigem ao especialista, no intuito de obter uma opinião favorável e necessária para dar sequência ao processo de adoção. O relato do psiquiatra “[...] trata-se de mais uma formalidade e de uma prova eliminatória, pela simples razão que o psiquiatra, pelo fato de seu pagamento, é convidado a não multiplicar excessivamente os encontros com os candidatos”; por conseguinte, não há tempo necessário para conhecer bem os pretendentes e aprofundar com eles as motivações que os levaram a recorrer à adoção, por isso, “[...] frequentemente os psiquiatras contentam-se com uma análise geral da história dos candidatos e só emitem opinião desfavorável quando a patologia do casal se mostra evidente” (HAMAD, 2002, p. 25).

Hamad (2002) percebeu que “[...] com muita frequência os candidatos à adoção não viam muita diferença entre o psiquiatra e o psicólogo” (HAMAD, 2002, p.26). Por esse motivo, considera que a

escuta dos candidatos à adoção é fundamental, visto que estes procuram por um lugar onde a sua queixa possa ser acolhida: “[...] alguém, em um lugar, deve, de seu lugar, escutar a injustiça que sofreram por não conceberem o filho biológico”. O avaliador tem que dispor de meios para melhor conhecer os candidatos e as motivações que os levaram a optarem pela adoção (HAMAD, 2002, p. 24).

O autor comenta que o psicólogo da ASE deve se pronunciar a favor ou contra e argumentar sobre a sua decisão, pois os candidatos têm o direito de contestar sua opinião e exigir uma contraprova. Na ASE, o psicólogo compõe uma equipe formada por assistentes sociais, educadores e funcionários administrativos, todos participando do processo de avaliação de candidatos à adoção. Pode ocorrer, “[...] não raro, que os diversos membros da equipe de avaliação não cheguem às mesmas conclusões”. Para o autor, algumas reuniões são bastante conturbadas, nesses casos, é fundamental conduzir novas entrevistas com os candidatos, antes da decisão. Conclui que “[...] dar uma solução nem sempre é fácil, simplesmente porque o fato de dizer sim ou não a uma candidatura a adoção se apoia em argumentos irrefutáveis” (HAMAD, 2002, p. 25).

A escuta

Hamad (2002) enfatiza que “[...] não é fácil fixar critérios que se constituam referências objetivas” (HAMAD, 2002, p. 29). A escuta é singular, em cada testemunho dos postulantes “[...] não se instaura uma grade de leitura universal, mas sim a possibilidade de conduzir uma interpretação a partir do que se pode ler ou ouvir nas entrelinhas. Não existem receitas”. Trata-se, na verdade, “[...] de apresentar algumas hipóteses que só se justificam pelas situações que se deixa abordar durante várias entrevistas” (HAMAD, 2002, p.71). Assim, sugere “[...] não esvaziar as entrevistas de toda originalidade e não rejeitar uma demanda sem dar tempo de ouvir os candidatos. A escuta de candidatos está à frente de qualquer critério, não o contrário” (HAMAD, 2002, p. 29).

As motivações que levam os candidatos a recorrer à adoção

Durante as entrevistas, Hamad (2002) propõe ouvir os candidatos, o projeto e as motivações que os levaram a recorrer à adoção. O autor pontua que, quando a opção pela adoção “[...] está muito vinculada ao desejo de atenuar um sofrimento”, ao luto cruel pela perda de um filho real e, por essa razão, os candidatos procuraram a adoção, é necessário um tempo de reflexão antes de dar sequência ao processo de avaliação. Por isso, propõe aos postulantes pensarem sobre o que os direcionou à adoção. E, se os candidatos “[...] estiverem prontos para conversar sobre o sofrimento, deve-se começar a trilhar com eles, uma reflexão que os levarão a perceber a necessidade de falarem profundamente sobre sua dor em outro lugar”, ou seja, convidá-los a voltar a formular o seu projeto de adoção em um momento futuro e orientá-los a procurar outra pessoa, outro psicólogo. “É importante, colocar os postulantes diante da

responsabilidade deles, não dispensá-los dessa responsabilidade ao delimitar, seu lugar, a questão que os torturam” (HAMAD, 2002, p. 67).

O Casal e cada pessoa individualmente

Hamad (2002) não se dirige ao casal como “[...] um conjunto que anula as diferenças entre os cônjuges” (HAMAD, 2002, p.46). Para ele, é importante escutar cada um do par conjugal, porque uma mulher dirá sobre o luto da gravidez. Já o homem projeta no filho a impossibilidade da continuação da linhagem do patrimônio genético, “[...] termo que vem com mais frequência da boca dos homens que das mulheres” (HAMAD, 2002, p. 77). O autor comenta que a palavra “filho” recobre o filho narcísico, o filho original ou cópia dos patrimônios genéticos. O filho que os pais queriam ter, “[...] aquele que se teria querido ser ou não ser, aquele que se desejara” ou, ainda, aquele de que a esterilidade os priva. Todas essas situações “[...] não são patológicas, mas em certos casos, se revela problemáticas para a criança e sua futura família” (HAMAD, 2002, p. 78).

Os detalhes sobre a importância da escuta de cada membro do par conjugal foi explorado no capítulo “2.5.4 O desejo do par conjugal pela adoção”.

O luto da esterilidade

O autor insiste na importância de ouvir como se deu o luto da transmissão genética, “[...] porque se trata, seguramente, de uma angústia que tem a ver, a um só tempo, com a morte real e com o apagamento do nome. Uma desapreciação de todos os traços que nos assinalam que ninguém mais portará o patrimônio genético de pais estéreis e ninguém perpetuará seus nomes” (HAMAD, 2002, p. 79). As entrevistas de profissionais que avaliam os candidatos à adoção tem como resultado ouvir e compartilhar como o homem faz no sentido da elaboração do próprio luto, a “[...] esterilidade é vivida na confusão entre o luto da transmissão e a castração real”. E como mulher efetua o luto da impossibilidade de gerar em seu corpo um filho (HAMAD, 2002, p. 78).

A escolha do sexo da(s) criança(s)/adolescente(s)

Hamad (2002) considera fundamental ouvir o que os candidatos também têm a dizer sobre a escolha do sexo da criança. Com efeito, a escolha do sexo da criança implica motivações ao mesmo tempo conscientes e inconscientes. “No entanto, o importante não são unicamente as características físicas escolhidas pelos candidatos à adoção, mas os argumentos que justificam a escolha”. O autor pontua que há candidatos que recusam escolher o sexo do filho: “[...] essa posição não é necessariamente menos complexa, posto que seja negar a especificidade da adoção, tentando torná-la equivalente a gravidez” (HAMAD, 2002, p. 70-71).

Na adoção, o discurso sobre o perfil da criança deve ser ouvido, a propósito das características da cor da pele, dos olhos, gênero etc., porque revela “[...] a região, religião, meio social, nível cultural e a solidez psicológica dos adotantes” (HAMAD, 2002, p.51). A tarefa do avaliador é difícil, na medida em que “[...] não existe nenhum critério científico para medir a quantidade do desejo em jogo no pedido de adoção”. O que ele aprecia e avalia é a “[...] maneira como a formulação desse projeto adotivo é inserida no discurso dos candidatos à adoção” (HAMAD, 2002, p.89). Na realidade, os candidatos a pais adotivos têm o direito de escolher o perfil da criança e de “[...] não querer adotar determinado perfil de criança, como uma criança negra ou uma criança com deficiência, por exemplo.” Para Hamad (2002), o avaliador “[...] não deve culpabilizar os candidatos; tem somente que ouvi-los quando eles se expressam em termos de mal-estar pessoal”.

Quando se permite a honestidade do candidato à adoção confessar assim seu mal-estar, isso significa que “[...] o inconsciente está operando e, nesse sentido, há um lugar para o avaliador receber esse mal-estar e retirá-lo de seu estado de simples observação e metamorfoseá-lo em questão” (HAMAD, 2002, p. 118). O avaliador não deve situar-se como juiz, mas pedir aos candidatos que pensem bem na questão da etnia, que não tomem uma decisão em nome de princípios religiosos ou filosóficos. Se os candidatos à adoção têm alguma resistência pessoal ou familiar quanto a alguns perfis de crianças e não conseguem superá-la, é fundamental que falem disso. E o avaliador não deve inabilitá-los por serem sinceros ou incentivá-los a adotar uma criança com o perfil indesejado, mas refletir que “[...] a criança sofrerá menos com eventual preconceito, mal estar, ou com um eventual racismo” (HAMAD, 2002, p. 119).

O autor conclui que

[...] a cor da pele é sentida de modo diferente de acordo com a região, o meio social, o nível cultura e a solidez psicológica dos adotantes. No fundo, a qualidade da identidade da criança adotiva, qualquer que seja a sua origem e, com mais forte razão, se ela é diferente, depende do modo como ela é inserida na linhagem psicológica dos pais adotivos. (HAMAD, 2002, p.51).

O adotado deve saber da adoção

Hamad (2002) sempre se certifica “[...] se os futuros adotantes concordam com a única coisa que, basicamente, é unânime entre especialistas: a criança deve saber que é adotada; é preciso que ela sempre tenha sabido”. Toda a informação sobre a criança deve passar pelos pais adotivos. Por isso, o avaliador precisa registrar e informar detalhes sobre as condições da adoção, do nascimento, do abandono e, eventualmente, tudo o que se pode saber sobre os genitores; esses registros “[...] são informações que fazem parte daquilo que todo ser humano tem direito: o conhecimento de suas origens” (HAMAD, 2002, p. 110).

O avaliador, antes do consentimento para adoção, precisa dizer algo essencial aos futuros

adotantes: “[...] que eles digam à criança que ela é adotiva.” Hamad (2002) enfatiza que é conhecida a importância de se contar “[...] o mais cedo possível, que foi adotada, justamente para evitar o caráter eventualmente traumatizante de uma revelação”. A transparência “[...] das condições do abandono deve ser regra, mas que as informações devem ser comunicadas com tato e discernimento. Mesmo que elas sejam dolorosas e penosas, um ser humano adotado ou não tem o direito de conhecer suas origens e sua história” (HAMAD, 2002, p.114).

Os avós na opção por adoção

O autor conclui e também considera importante o lugar dos avós adotivos. Segundo ele, é fundamental ouvir igualmente os avós e observar se a adoção é bem acolhida por eles. A avaliação dos avós será mais bem discutida no capítulo “2.5.6 A adoção se faz em três gerações”.

2.6.3 Na Itália

Na Itália, os pedidos de adoção tramitam pelo Tribunal da Infância e Juventude de cada Estado, e as avaliações no país são desenvolvidas em diversas formatações e etapas. Descreveremos a seguir as intervenções com pretendentes à adoção em alguns Estados da Itália, compiladas pela pesquisadora italiana Valbusa (2004) e por uma Assistente Técnica Psicóloga do Distrito Federal, Ghesti-Galvão (2008), começando por Lácio, cuja capital é Roma, região na qual o procedimento adotivo cumpre as seguintes fases.

- a) informações: para esta fase realizam grupos informativos com aproximadamente cinco ou seis casais, em que um Psicólogo e um Assistente Social buscam fornecer um quadro informativo tanto do ponto de vista procedimental quanto jurídico.
- b) Segue-se orientação, também realizada por meio de encontros grupais nos quais participam casais que já adotaram.
- c) Reflexão dos pretendentes a adoção dentro do prazo combinado com os agentes da Equipe de Adoção Italiana.
- d) Caso os pretendentes desejem dar sequência ao procedimento de adoção, inicia-se a avaliação do casal, sempre por um trabalho integrado do psicólogo e do assistente social, que coordenam sua atuação durante a primeira entrevista, a visita domiciliar e a entrevista final de devolução. Esta última fase, em geral chama-se *Estudo do casal* segue mais sistematicamente os seguintes passos: d.1) Primeira entrevista - realizada conjuntamente pelo psicólogo e pelo assistente social para encarregar-se do caso e formular o *contrato*; d.2) entrevistas individuais com o assistente social; d.3) visitas domiciliares realizadas em conjunto; d.4) duas entrevistas com o casal; d.5) Eventuais aprofundamentos; d.5) entrevista final de devolução do estudo do casal, realizada conjuntamente pelo psicólogo e pelo assistente social. (GHESTI-GALVÃO, 2008, p. 111).

Para Ghesti-Galvão (2008), apenas após esse percurso se procede à “Formalização da solicitação de adoção”, de maneira que o casal apresenta a documentação e a Declaração de Disponibilidade para adoção ao Tribunal da Infância e Juventude italiano, que solicitará à Equipe de adoção o envio da documentação, a qual faz parte do relatório elaborado com base nas intervenções listadas acima.

Segundo Valbusa, (2004) e Ghesti-Galvão, (2008), se os requerentes não forem reprovados na primeira avaliação, estes realizarão outro estudo psicossocial pela mesma equipe que realizaram o primeiro estudo do casal, caso contrário, eles ainda serão acompanhados por outras profissionais.

Ghesti-Galvão (2008) destaca que, em Vêneto, região do nordeste da Itália, o processo adotivo observa os seguintes procedimentos:

- 1) Curso formativo realizado junto à Equipe da Adoção;
- 2) Curso informativo realizado pelos Entes Autorizados, caso haja o interesse pela adoção internacional;
- 3) Apresentação da solicitação no T.M (o decreto de idoneidade obtido junto ao Tribunal de Justiça da Infância e da juventude, que na Itália chama-se *Tribunale per i Minorenni* (T.M)). Este decreto é encaminhado após 15 dias para a Equipe de Adoção;
- 4) Estudo psicossocial do casal e envio do relatório ao T.M devem acontecer dentro de quatro meses;
- 5) Encontro e Avaliação do casal pelo T.M, que, em caso positivo, tanto para adoção nacional ou internacional, inclui-se o casal no cadastro de casais disponíveis para adoção;
- 6) Para a Adoção Internacional o casal escolhe um Ente Autorizado, que recebe cópia da avaliação do T.M, o qual se dá um mandato para promover o encontro com uma criança adotável em um país estrangeiro. (GHESTI-GALVÃO, 2008, p. 112).

Ainda para essa autora, na região de Piemonte, o percurso adotivo se assemelha ao que é realizado na região de Vêneto. O curso mencionado se dá após uma atividade de acolhimento aos participantes e se inicia pela apresentação dos aspectos sociais do percurso adotivo, realizado por um Assistente Social que compõe a equipe de Adoção. Em um segundo momento, então conduzido por uma psicóloga, são apresentados vários aspectos psicológicos da adoção.

Essas apresentações se realizam com recursos de slides e por meio de uma comunicação voltada a aspectos concretos do momento vivido pelos participantes, buscando-se estabelecer uma relação o menos formal possível. Em outro momento, correspondente a outro turno, os candidatos são divididos em pequenos grupos e convidados a conversarem entre si sobre os aspectos que foram apresentados; cada subgrupo é acompanhado por atendentes psicossociais. Em outra data, são apresentadas questões específicas de adoção internacional. Este momento é conduzido por dois psicólogos que atuam junto a um Ente Autorizado de outra região do país. (GHESTI-GALVÃO, 2008, p. 113).

Em Gênova, região da Lugúria, a avaliação com pretendentes à adoção se aproxima dos procedimentos adotados na região de Vêneto, “[...] com uma diferença no que se refere a não realização de intervenções tão sistemáticas junto ao T.M, apenas se solicita a declaração de idoneidade.” Contudo, chamam a atenção os detalhes dos procedimentos nessa fase, pelos relatos da mesma autora:

- a) **Informações sobre a adoção:** uma vez por semana, no período vespertino, se disponibiliza um psicólogo ou assistente social da Equipe de Adoção junto ao Setor de Atendimento ao Público (*Ufficio di Relazione con il Pubblico* - URP) para prestar informações a quem comparece pessoalmente, ou via e-mail ou por telefone. O URP localiza-se no centro da cidade.
- b) **Grupos de preparação para adoção:** após receber o relatório do T.M, sobre os casos a

serem acompanhados, a Equipe do Serviço Sócio-Sanitário (ASL 3) convoca cada casal para participar de uma reunião em grupo, sempre junto ao URP. Com este procedimento se realiza um acolhimento e uma preparação para o início do processo a ser realizado para a adoção. Este grupo é conduzido por um (a) psicólogo (a) e um (a) assistente social e tem a duração aproximadamente de duas horas.

c) **Estudo do casal ou estudo psicossocial** (*studio di coppia*): após participar deste grupo de preparação, o casal interessado em adotar inicia os procedimentos para realização do estudo psicossocial. Os casos são distribuídos aos operadores psicossociais da zona de residência dos postulantes à adoção. A primeira intervenção é realizada pelo assistente social que por meio de entrevistas busca conhecer a história do casal por cada um dos cônjuges, a qualidade do seu relacionamento, as motivações e expectativas em relação ao projeto adotivo, as preferências à criança/adolescente desejado. Segue-se a isso uma visita domiciliar, que em caso de haver já uma criança no núcleo familiar estudado, é realizada conjuntamente com o psicólogo. Posteriormente, o casal inicia as entrevistas com o psicólogo, que faz o aprofundamento das questões iniciadas pelo assistente social com especial ênfase na análise e discussão dos recursos pessoais requeridos para o exercício da função parental. Isto realizado, o assistente social e o psicólogo discutem o caso e elaboram um relatório que é enviado ao T.M. Antes, porém se realiza a leitura do relatório junto com o casal, como metodologia de devolução do percurso realizado. Este trabalho é realizado em um prazo mínimo de quatro meses, havendo a possibilidade de solicitar prorrogação por igual período ao T.M.

d) **Encontro com a criança adotável**: no caso da adoção internacional, segue os mesmos procedimentos indicados para as demais regiões. No caso da adoção nacional, foi observado que quando há uma criança italiana disponível para adoção, convocam-se aproximadamente quinze casais habilitados, aos quais é apresentada em uma mesma reunião, a história, as características e a situação da criança adotável. Estes, então, confirmam sua disponibilidade para o acolhimento daquela criança e entre os manifestantes, os juízes honorários selecionam um dos casais, que é acompanhado no acolhimento da criança.

e) **O pós-adotivo**: uma vez concluído o estudo psicossocial (*studio di coppia*), que é encaminhado ao T.M., a atribuição seguinte da Equipe de Adoção é acompanhar os adotantes no percurso pós-adotivo. Para este propósito, as principais intervenções realizadas são: e.1) Grupos de pós-adoção; e.2) Apoio particular em casos de dificuldades específicas, a requerimento dos adotantes, para isto se realizam entrevistas, visitas, orientação e encaminhamento a outros serviços. O grupo Pós-Adoção é uma modalidade de acompanhamento por parte das Equipes de adoção que é oferecido facultativamente aos adotantes. Após o acolhimento da(s) criança(s)/adolescente(s), os casais são convidados por telefone ou por meio de uma carta a participar deste processo. Os grupos são organizados de forma homogênea, observando-se características comuns aos participantes, tais como o país de proveniência do adotado, o número e a idade da(s) criança(s)/adolescente(s) adotado(s). (GHESTI-GALVÃO, 2008, p. 114)

3. JUSTIFICATIVA

Há poucos estudos nacionais que abordam os Assistentes Técnicos Judiciários diante da atuação nos processos de adoção. Reconhece-se, por conseguinte, neste estudo, uma função de relevância social, ao descrever o exercício da Psicologia Jurídica e como esses profissionais influenciam nas transformações das dinâmicas familiares diretamente ligadas às escolhas e definições legais de parentalidade e filiação.

Cabe-nos conhecer os critérios adotados por esses profissionais: como se colocam frente à avaliação de pretendentes no processo de adoção e como dão sequência a pretendentes aptos ou não à adoção.

Acredita-se que os profissionais, os quais se pronunciam a favor ou contra a habilitação para adoção, expressam ainda argumentos e decisões significativas sobre conjugalidade e parentalidade.

4. OBJETIVOS

Geral:

Conhecer os critérios e estratégias que são empregados pelos profissionais Assistentes Técnicos Judiciários de Psicologia da cidade de São Paulo, na avaliação e seleção de pretendentes aptos ou não à adoção.

Específicos:

Investigar como esse profissional inclui, na avaliação e seleção de pretendentes à adoção, os diferentes modelos de famílias, enfatizando o exercício parental nos novos arranjos familiares.

5. MÉTODO

Esta pesquisa foi aprovada pelo COEP/364/11 (Comitê de Ética em Pesquisa). O protocolo da pesquisa nº 2293, em 17 de out. 2011 (Anexo C), está em andamento e será pautada pelo referencial metodológico clínico-qualitativo, utilizando-se conceitos básicos colhidos da teoria psicanalítica para o uso na pesquisa clínico-qualitativa.

O método clínico-qualitativo proposto por Turato (2008) procura conhecer as leis das reações do homem em face das condições ou decisões ambientais. Para o mesmo autor, alguns conceitos básicos psicanalíticos (inconsciente, desejo, transferência, contratransferência, mecanismos de defesa, ganho secundário, perdas e lutos e atos falhos) são ferramentas importantes na construção e aplicação dos instrumentos auxiliares de pesquisa, usando-se rotineiramente a coleta de dados e discussão de resultados da pesquisa, procurando-se assim fazer interpretações (a fase das inferências) dentro do que costumamos chamar de uma perspectiva psicodinâmica.

Para Rios-Lima (2012), o método clínico qualitativo diferencia-se, entretanto, dos métodos clínico e psicanalítico, porque, para que se use a metodologia clínico-qualitativa, não é necessário que se realize algum tratamento psicológico no sujeito, configurando-se apenas uma aproximação com uma população que se pode dizer "não clínica", na qual o olhar do pesquisador é permeado pelas atitudes da clínica psicanalítica. "A entrevista semidirigida aparece como instrumento por excelência dessa metodologia" (RIOS - LIMA, 2012, p. 54).

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semidirigidas. Rios (2007) sublinha que a utilização de entrevistas semidirigidas permite não apenas um alcance informativo, mas representa uma possibilidade de acessar conteúdos inconscientes e conscientes ou pode desempenhar uma função terapêutica, sendo um espaço que possibilita a reflexão acerca do fenômeno pesquisado. De acordo com Turato (2008), a entrevista de pesquisa consiste em um processo interativo moldado pela articulação entre pesquisador e sujeito de pesquisa, enfatizando a transferência, contratransferência e associação de ideias.

É oportuno esclarecer que esta pesquisa não constitui uma investigação psicanalítica no sentido estrito dessa concepção, mas de uma investigação clínico-qualitativa que usa a Psicanálise, a fim de extrair alguns elementos no contexto investigativo e se debruçar sobre a escuta do sujeito pesquisado (TURATO, 2008).

5.1 Procedimentos

Os contatos iniciais com tais profissionais aconteceram por telefone, localizados no *site* de cada

Fórum. A amostragem é formada por profissionais (em número de 6) Assistentes Técnicos Judiciários, Psicólogos das Varas da Infância e da Juventude que atuam nos casos de adoção, sem distinção de gênero, idade e tempo mínimo de trabalho na área. As entrevistas foram realizadas em três Fóruns (1, 2 e 3) da capital paulista, com duas profissionais de cada um. Para a não identificação do local de trabalho, os fóruns foram nomeados em sequência numérica.

5.2 Descrições dos Fóruns

Neste item, será feita a descrição dos Fóruns, segundo algumas observações pessoais da pesquisadora, uma vez que esta transitou nos três espaços, Fóruns 1, 2 e 3.

Cada fórum tem uma característica, remetendo-nos a determinada dinâmica de trabalho e infraestrutura. As questões que surgem assumem um formato peculiar, em cada um deles, o que interfere no andamento das várias práticas profissionais lá exercidas.

Fórum 1

Caracterização do espaço:

Neste tópico, serão explicitados aspectos de observação e aspectos contratransferenciais da pesquisadora, juntamente com algumas impressões das participantes da pesquisa.

No Fórum 1, há corredores com bebedouro, utilizados tanto pela população atendida como por visitantes e todos os profissionais do local.

Há banheiros grandes e higiênicos.

Nos corredores e local de espera, as cadeiras são estofadas.

Ao entrar no Fórum, há uma recepcionista e profissionais os quais acompanham o visitante até a sala de procura (o seu destino).

As divisórias de setores são de concreto, cada setor do Fórum tem a sua sala. Nela, há uma distribuição de mesas e computadores para cada profissional.

No setor de Psicologia, há computadores modernos, com tela plana. Ao lado, há uma sala de arquivos de processo.

A Equipe Técnica, além da sala pessoal, usa uma sala grande, com três saletas para seus atendimentos. As divisórias são feitas com paredes de gesso. Tanto a sala grande quanto as saletas têm porta privativa, uma mesa e algumas cadeiras estofadas. No entanto, não há sigilo, pois as paredes de gesso possibilitam a violação acústica.

Público atendido:

Os pretendentes à adoção:

Segundo a ABEP⁹ (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) e Critérios de Classificação Econômica do Brasil, em 2010, os pretendentes atendidos neste Fórum pertencem às Classes A1, A2, B1 e B2, em poucos casos, C1.

Parcerias com redes de apoio:

Há parcerias com Redes de Apoio Social, Psicossocial e Rede de Atenção à Saúde.

Fórum 2

Caracterização do espaço

Há uma sala grande do setor de Psicologia; nessa sala, existem algumas subdivisões, com sala de reunião grupal e algumas saletas.

As saletas são muito pequenas, com uma média de dois metros quadrados, as divisórias são de vidro e sem porta, logo, há uma acentuada ausência de privacidade. É possível ouvir nitidamente, de uma sala para outra, o que outras pessoas atendidas relatam. Em cada saleta, há uma pequena mesa, parecida com carteira escolar, e algumas cadeiras estofadas, mas antigas e com certos remendos.

Não há sala de espera, porém, nos corredores, encontram-se bancos de madeira nos quais os visitantes os quais serão atendidos podem se sentar.

Os banheiros coletivos localizam-se em andar diferente do Setor Técnico, com bebedouros nos corredores. No entanto, no andar do Setor Técnico, há banheiros privativos, utilizados apenas por profissionais do Fórum.

Há detector de metal na entrada do Fórum.

Público atendido:

Os pretendentes à adoção, pertencentes à Classe A1, A2, B1 e B2.

Parcerias com redes de apoio:

Há parcerias com Redes de Apoio Social, Psicossocial e Rede de Atenção à Saúde.

Fórum 3

Caracterização do espaço

No Fórum 3, não existem bebedouros nos corredores para os visitantes ou população a ser atendida. Os profissionais têm um bebedouro no Setor de Psicologia.

Não há sala de espera; nos corredores, encontram-se bancos de madeira nos quais os visitantes que serão atendidos podem se sentar.

⁹ ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa). Disponível em: <<http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=301>> Acesso em: 14 ago. 2012.

O Fórum fica em um grande galpão com divisórias de madeira e três mezaninos, classificados como andar 1, 2 e 3; não há paredes de concreto; todas as divisórias são de madeira de, no máximo, três metros de altura; as paredes são vazadas, logo, há uma grande poluição sonora. Lá, o barulho é tão grande que todas as conversas se misturam.

Não há uma recepção para orientar onde os visitantes ou postulantes irão ser atendidos, normalmente essas orientações acontecem através da segurança, na portaria.

Há detector de metal na entrada do Fórum.

No setor Técnico de Psicologia, existem apenas três computadores antigos, com monitores grandes. Os profissionais fazem rodízio para utilizar o computador, ou usam seus computadores móveis pessoais. Há algumas saletas, sem portas e divisórias de madeiras. Nessas saletas, há uma mesa pequena e algumas cadeiras de plástico e/ou madeira, para os profissionais e a população atendida se sentarem.

O local provoca uma agitação em todos os diretamente envolvidos, público e profissionais. Talvez a poluição sonora cause essa agitação e cansaço. A própria pesquisadora saiu cansada, após a realização das entrevistas.

O banheiro localiza-se apenas no 3º mezanino, local onde fica a sala do Juiz. Tanto a população em geral como os profissionais do Fórum precisam deslocar-se até esse andar, para irem ao banheiro. Nesse mezanino, há bebedouros.

Público atendido:

Os pretendentes à adoção pertencentes à Classe B2, C1, C2, D e E.

Parcerias com redes de apoio:

Há uma expressiva ausência de Redes de Apoio.

5.3 Delimitação da amostra

A escolha para a delimitação do número de até seis profissionais a serem entrevistados surgiu em função dos profissionais que trabalham junto ao Judiciário serem arredios quanto à participação em pesquisa (houve contatos com profissionais de cinco Fóruns – 1, 2, 3, 4 e 5). Destes, em um, os profissionais não aceitaram participar (Fórum 4). E outro, em que havia apenas dois profissionais da Vara da Infância e Juventude atuantes na avaliação de pretendentes, devido à grande demanda de trabalho, justificaram as impossibilidades para entrevistas (Fórum 5). Também se apresentou um número reduzido de profissionais atuantes em cada fórum na especificidade aqui proposta, percebendo-se certa homogeneidade no material coletado com esse número de participantes. Assim, não houve a necessidade de novos informantes, para não tornar a coleta de dados expressamente repetitiva. Esses foram os motivos para a delimitação de seis profissionais. Segundo Turato (2008), quando o pesquisador tem a

possibilidade de fechar o grupo, após as informações coletadas com certo número de sujeitos, e estes passam a apresentar uma quantidade de repetições em seu conteúdo, esse fato é denominado “amostragem por saturação”.

5.4 Participantes

Os participantes são profissionais atuantes na cidade de São Paulo, pertencentes aos Fóruns 1, 2 e 3. As participações dos colaboradores foram voluntárias, não havendo necessidade de contatar o Juiz, visto que esta pesquisa apenas descreve a atuação da equipe técnica de Psicologia, nos casos de adoção. Os dados foram coletados através de entrevistas semidirigidas, previamente autorizadas, após conhecimento do teor da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento, gravadas e transcritas para maior fidedignidade das informações colhidas.

Foram realizados, no máximo, dois encontros com duração máxima de duas horas cada. A delimitação de dois encontros ocorreu, pois se notou que, durante as entrevistas, houve eventuais ganhos emocionais, viabilizado fato de os entrevistados poderem falar sobre o assunto em pauta. A fim de não fugir do objetivo da pesquisa nem torná-la um atendimento psicológico ao sujeito, estipulou-se apenas a quantidade já citada, no máximo dois encontros, em um local previamente escolhido pelo(a) entrevistado(a), o consultório do(a) profissional ou o Fórum (local de trabalho). Acredita-se que a escolha do local trouxe dados relevantes ao entendimento do tema pesquisado.

5.5 Entrevista semidirigida

O modelo de entrevista semidirigida foi escolhido como forma de organizar o pensamento do pesquisador. Conforme Trivinos et al. (2003), na entrevista semidirigida, a atenção é dada à formulação de perguntas que são básicas e apoiadas em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema a ser investigado. A familiaridade do pesquisador com as questões da entrevista semidirigida permitiu o cuidado em respeitar o livre discurso dos entrevistados. Houve sujeitos a quem poucas perguntas foram feitas, pois eles mesmos construíram o discurso e nenhum dos sujeitos respondeu às questões pontualmente. Quando necessário, a pesquisadora voltava ao roteiro da entrevista e questionava aquilo que o livre discurso havia deixado de lado, diante dos dados que eram relevantes para atender ao objetivo da investigação.

Apenas um dos sujeitos participou de uma segunda entrevista, porque, ao respeitar o livre discurso e o tempo disponível das profissionais para entrevista inicial, faltaram ser respondidas questões fundamentais ao tema pesquisado.

O contato com os sujeitos permitiu não apenas um alcance informativo, mas também desempenhou uma possibilidade de acessar conteúdos inconscientes e conscientes, podendo desempenhar uma função terapêutica. Surgiu um espaço que propiciou a reflexão acerca do fenômeno pesquisado, de sorte que o processo de construção do conhecimento aconteceu de forma conjunta.

Turato (2008) salienta que a entrevista semidirigida faz com que a direção do livre discurso seja dada alternadamente e que elementos relevantes possam ser explorados no decorrer da mesma. Nessa entrevista, são utilizados alguns conceitos psicanalíticos básicos, como estabelecimento do *setting*, valorização da transferência e da contratransferência, além da livre-associação de ideias.

6. FORMAS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1 Análise e tratamento dos dados

Após a coleta de dados em campo, junto a informações secundárias, foi feita a análise/tratamento dos dados, por meio da elaboração de categorias de conteúdo propostas por Bardin (1977), tais como: Categoria 1: A profissão do Assistente Técnico Judiciário Psicólogo; Categoria 2: Quais os critérios e estratégias empregados por Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos, na avaliação de pretendentes à adoção?; Categoria 3: Família e adoção. Por fim, foi efetuada uma interpretação geral, levando-se em consideração a singularidade de cada caso.

A figura do Juiz, ao longo deste estudo, será referida somente no masculino, para não ocorrer a identificação do Fórum e pelo número reduzido desses profissionais do sexo feminino.

A análise das categorias será realizada a partir do referencial psicanalítico e de forma qualitativa.

Para Turato (2008), a análise de pesquisa qualitativa não é uma ideia; por outro lado, é a ideia sobre certo ponto de pesquisa e obviamente a concepção pelo olhar do pesquisador, logo, as ideias científicas acontecem através de nossa subjetividade e do processo de transferência e contratransferência. Segundo Freud (1912), a transferência designa um modo de deslocamento em que o desejo inconsciente se exprime e se disfarça, através do material fornecido pelos restos pré-conscientes, de maneira que nossas atividades mentais perseguem um objetivo, aquilo com que estamos lidando são juízos intelectuais, preparações para a ação ou a transmissão de informações a outras pessoas. Para Eiguer (1995), a contratransferência constitui o conjunto de emoções, representações ou atos do pesquisador se manifestando em resposta à transferência.

Ainda em Turato (2008), a análise não é somente teórica, mas também e, sobretudo, prática e concreta união seletiva, tanto nas relações interpessoais, como historicamente no campo da prática, isto é, aqui, o pesquisador percebe, em si, angústias e ansiedades de âmbito pessoal, deixa-se mover deliberadamente por elas, a fim de buscar a compressão profunda das questões humanas e, identificando-se com o outro (sujeito-alvo de estudo), acolhendo as angústias e ansiedades deste. Dessa forma, tem sido construída a análise dos resultados.

7. ANÁLISE DOS ASPECTOS ÉTICOS

Precedendo a realização desta pesquisa, o projeto foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Saúde Pública da USP, para a sua apreciação. Em relação aos sujeitos da investigação, após estes terem sido contatados segundo os dados aqui explicitados, foi realizado um encontro preliminar para apresentação dos objetivos do trabalho e leitura da carta de informação. Posteriormente, os Assistentes Técnicos Judiciários de Psicologia concordaram em participar da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), bem como a pesquisadora se comprometeu em empregar os dados apenas em publicações científicas, preservando a identidade dos mesmos.

A pesquisa segue os princípios básicos em Ética, descritos por Turato (2008), para quem primeiro é necessário ter autonomia, referente à participação voluntária dos sujeitos, sem coerção institucional ou psicológica. Segundo, beneficência, demonstrando a obrigação moral da pesquisa de agir em benefício dos outros. Terceiro, não-maleficência, garantida ao entrevistado. Quarto, justiça, lidando com os sujeitos de pesquisa de forma justa e apropriada.

Na disponibilidade e no exercício da informação e verbalização, o entrevistado aumentou sua consciência sobre a própria situação de vida, trabalho e *insight*. No gesto voluntário e altruísta de colaboração para o conhecimento científico, tal ato pode levá-lo a refletir sobre a sua própria prática profissional, aquilo que considera fundamental para se pronunciar a favor de um pretendente para constituir família. Refletir sobre a possibilidade de diminuir o índice de devolução, aumentar a sua autoestima frente ao pesquisador, fazer a sua catarse, além de contribuir com a construção de argumentos capazes de compreender como a Psicologia pode ajudar na atuação com casos de adoção.

8. ANÁLISE DE DADOS

No Apêndice C, apresentamos a transcrição das seis entrevistas realizadas com profissionais Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos, atuantes nas Varas da Infância e Juventude (VIJ), em Fóruns do Estado de São Paulo, denominados por nós como Fórum 1, 2 e 3.

Para o melhor delineamento da análise, os dados coletados foram incluídos em categorias. Consideramos os discursos emergentes das participantes sem, necessariamente, apresentar repetição no conjunto do material, mas que, na ótica da pesquisadora, constitui uma fala rica na temática estudada.

Ao coletar os dados, foram-nos trazidas informações complementares, além dos objetivos desta pesquisa, os quais ajudarão o leitor a compreender melhor o trabalho e possíveis interferências nas atuações dessas profissionais na avaliação de pretendentes à adoção. A seguir, a descrição das categorias.

Categoria 1: A profissão do Assistente Técnico Judiciário Psicólogo

Nessa categoria, será examinada a escolha da profissão; a atuação profissional; como são percebidas as mudanças na função; as dificuldades e sofrimentos enfrentados; o público atendido; o trabalho interdisciplinar na avaliação com pretendentes à adoção (a relação entre o Assistente Técnico e o Juiz, com profissionais da Rede de Apoio Social, Saúde e com a equipe técnica de Assistentes Sociais) e o que se consideram melhorias para o desempenho profissional.

Categoria 2: Quais os critérios e estratégias utilizados por Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos, na avaliação de pretendentes à adoção?

Analisar quais os instrumentos, estratégias e critérios são escolhidos para embasar a avaliação de pretendentes aptos ou não à adoção.

Categoria 3: Família e adoção

Analisar o que se considera como modelo ideal de família, incluindo-se os novos arranjos familiares, na decisão de pretendentes aptos ou não à adoção. Como se entende o exercício parental dentro da família adotiva.

8.1 Breve apresentação das participantes

<i>Técnica</i>	<i>Idade</i>	<i>Tempo de trabalho no TJ¹⁰</i>	<i>Tempo de trabalho com adoção na VIJ¹¹</i>	<i>Casos de adoção atendidos</i>	<i>Fórum em que trabalha</i>	<i>Local da entrevista</i>	<i>Estudou Psicologia Jurídica na Graduação</i>	<i>Profissão antes de atuar com adoção na VIJ</i>	<i>Também atua como Psicóloga Clínica</i>	<i>Estado Civil</i>	<i>Filhos</i>
<i>Amanda</i>	50	24 anos	24 anos	Média 1000	1	Fórum	Não	Estudante de Psicologia.	Sim	Casada	2 filhos
<i>Beatriz</i>	44	05 anos	05 anos	Média 100	1	Consultório da Profissional	Não	Psicóloga escolar e coordenadora em um abrigo.	Sim	Casada	2 filhas
<i>Clara</i>	46	13 anos	03 anos	Média 100	2	Fórum	Não	Psicóloga Hospitalar em um ambulatório infantil de saúde mental e Psicóloga Clínica. Iniciou a carreira no TJ atuando com intervenções menores infratores.	Sim	Casada	2 filhos
<i>Manuela</i>	45	12 anos	01 ano	Não sabe	2	Fórum	Não	Psicóloga Hospitalar em um ambulatório infantil de saúde mental e Psicóloga Clínica. Iniciou a carreira no TJ atuando com intervenções menores infratores.	Interrompeu os atendimentos clínicos temporariamente para exercer a maternidade.	Casada	1 filha
<i>Sueli</i>	35	05 anos	05 anos	Não sabe	3	Fórum	Não	Psicóloga da educação era orientadora educacional de crianças com distúrbios globais do desenvolvimento. Também atuou com moradores de rua e como Psicóloga na saúde mental.	Não	Casada	-----
<i>Helena</i>	45	05 anos	05 anos	Não sabe	3	Fórum	Não	Psicóloga Clínica.	Sim	Casada	1 filha

8.2 Análise das categorias

8.2.1A profissão do Assistente Técnico Judiciário Psicólogo

A respeito da escolha profissional, observa-se que nenhuma das participantes demonstra uma efetiva escolha pela profissão. Todas relatam que os motivos que influem nessa decisão são questões pessoais, como a proximidade entre o trabalho e a moradia, ofertas salariais, incentivos vindos de relações interpessoais (amigos, professores e funcionários de instituições de ensino) e estabilidade econômica e profissional. A ausência de uma escolha genuína sobre a atuação como Assistentes Técnicas Psicólogas produz dificuldades no manejo da prática profissional e sofrimento emocional.

Os relatos apontam a ausência de experiências profissionais anteriores e formação acadêmica na área jurídica, o que dificulta o exercício profissional do cargo no Tribunal de Justiça, devido à diferença do trabalho exercido anteriormente e a ausência de formação específica para a prática.

O início do exercício profissional foi permeado por sofrimento psíquico em função da ausência de referências para a atuação, gerando desamparo emocional e questionamentos a propósito do papel profissional. Além disso, o trabalho se depara com diversas questões institucionais, as quais permanecem presentes em todo o percurso profissional das participantes, mobilizando angústias frente à identidade ocupacional e prática profissional.

Tal prática profissional sofre influência da hierarquização institucional do Poder Judiciário e das consequentes diferenças de atuação entre as funções dessas Assistentes Técnicas, do Juiz e do Promotor. As participantes apontam que, em alguns casos, o Juiz e o Promotor são a favor da adoção, outros solicitam várias tentativas ao retorno familiar e, em outros casos, o Juiz autoriza a adoção sem a avaliação dos pretendentes. Essas diferenças impõem às Assistentes Técnicas Psicólogas a necessidade de adequar as suas práticas profissionais à vontade do Juiz e/ou Promotor, fazendo com que abandonem a sua avaliação e a concepção do que seria melhor para os pretendentes e para a criança. Isso provoca um sentimento de desvalorização profissional, o que também dificulta a efetiva atuação de uma equipe interdisciplinar.

É assim, nós dançamos conforme a música. Dependendo do Juiz, a gente dança de um jeito, se mudar o Juiz, a gente dança de outro. (Sueli – Fórum 3).
Enfim, a gente vai atuando conforme a gente vai “sacando” o lugar e o espaço que nos é dado. (Manuela- Fórum 2).

O processo de avaliação de adoção abarca a intervenção de diferentes profissionais. O trabalho é

realizado por uma equipe interdisciplinar que utiliza técnicas, esquemas conceituais e de análise diferenciadas, mas com a finalidade de integração, possibilitando ao Assistente Técnico Psicólogo exercer a função de juntada¹²; entretanto, alguns pareceres podem apresentar divergências, o que dificulta essa integração.

Observa-se, no relato das participantes, que há uma indisponibilidade dos outros profissionais para discutir e pensar a respeito dos casos. Uma das entrevistadas pontua que “[...] pode haver dificuldades para alguns profissionais se ajustarem a uma abordagem de equipe”. Os profissionais atuantes no Tribunal de Justiça trabalham em uma instituição com uma doutrina em que o Estado cria uma lei, cria uma verdade. E, como tal, essa verdade deve ser defendida até que outra verdade, muitas vezes oposta, tome seu lugar e assim surja uma nova atividade legislativa estatal (DIMOULIS, 2006). Nisso, a norma prevalece, ou o conjunto delas, excluindo da ciência jurídica a efetiva valorização dos fenômenos sociais, políticos e psicológicos, de forma que se incentiva a fragmentação nas ciências, em que cada profissional fica imbuído de um saber.

A cultura hierarquizada e a fragmentação nas ciências não facilitam o diálogo entre profissões vizinhas, que, em muitos momentos, possuem temáticas comuns, mas se mantém a especificidade de cada ciência, e somente se toma conhecimento da intervenção do outro profissional na leitura do processo. Nesse sentido, são despertadas nas Assistentes Técnicas Psicólogas angústias ante a necessidade de elaborar um parecer.

Além disso, muitas outras dificuldades se fazem presentes nessa profissão. As participantes também apontam para a dificuldade quanto ao tempo reservado para a avaliação, que é definido pelo Juiz em função da legislação, não levando em conta a necessidade real para avaliação dos dados subjetivos envolvendo cada caso.

As maiores dificuldades são pensar rapidamente, decidir na urgência. O tempo jurídico é diferente do psicológico, mas o tempo jurídico me obriga a decidir em um tempo (dias), nós trabalhamos com prazos. (Sueli – Fórum 3).

Em acréscimo, o trabalho dessas Assistentes Técnicas Psicólogas depende da Rede de Atenção a Saúde, de Apoio Social e Psicossocial, que, em muitas regiões, é precária, dificultando o exercício profissional, provocando o desamparo tanto nas participantes da pesquisa quanto nos pretendentes que

¹² *Juntada* é um termo utilizado na Nova Lei da Adoção (Lei 12.010/09 Art. 197-B, I e III). Segundo Saldanha (2010), é pela juntada de documentos e do estudo psicossocial que se constrói uma gama de informações da vida pregressa dos interessados em adoção, bem como para demonstrar que a adoção para esses pretendentes, de fato, representará reais vantagens ao futuro adotado.

necessitam dessa Rede.

Pois é... O meu trabalho, frequentemente, fica amarrado. Eu paro com os atendimentos e gasto horas ligando para os hospitais, UBS [*Unidade Básica de Saúde*], ambulatorios médicos, CAPS [*Centro de Atenção Psicossocial*] e procuro vagas para as pessoas que eu atendo, só assim consigo agilizar o processo. Seria ótimo se a Rede fosse eficaz!

[...] eu comecei a me posicionar melhor, justifico que não dou sequência no processo, pois não consigo encaminhar, devido à falta de serviço de saúde e de apoio social na região. (Sueli – Fórum 3).

Eu sei que aqui, nós ficamos em uma luta, não conseguimos encaminhar para o serviço de saúde, não conseguimos abrigar, pois não há vagas em instituição de acolhimento, não temos uma Rede eficaz de Apoio Social ou de Saúde.

[...] os meus processos ficam cheios de justificativas, fica difícil a avaliação e a conclusão do caso. (Helena – Fórum 3).

As profissionais também pontuam que há diferenças em infraestruturas e de recursos dos Fóruns; apesar de variáveis, todas relatam que o local de trabalho não propicia as condições básicas para o exercício profissional, muitas vezes desrespeitando o Código de Ética Profissional do Psicólogo. O espaço determinado a elas não favorece a prestação de serviços psicológicos de qualidade, por atenderem em condições inapropriadas à natureza do ofício, não propiciando o sigilo, provocando diversas interferências no processo de avaliação, novamente gerando desgaste emocional e sentimento de desvalorização ante o exercício profissional.

A diferença de público, que varia de acordo com a região em que se localiza o fórum, impõe ainda dificuldades ao trabalho dessas profissionais, devido à existência de um discurso racionalizado por parte dos pretendentes, em alguns casos até onipotente, ligado à própria condição econômica. Essas questões comprometem uma prática neutra no processo de avaliação.

[...] eu me lembro de uma moça que eu avaliei. E ela me dizia assim: “A adoção é uma garantia que o filho vem!” Entre outras coisas absurdas que ela falava. Ela tinha boas condições econômicas e acreditava que o fato de ela ter uma condição econômica bacana garantiria a adoção do filho desejado. Para ela, o filho viria de qualquer jeito. (Clara – Fórum 2).

Para o aumento do desempenho profissional, as participantes sugerem a necessidade de mais investimento financeiro do Poder Judiciário, possibilitando a melhoria na infraestrutura e recursos, facilitando a prestação de serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à profissão, na organização e busca dos processos, bem como a atualização do *software* de Cadastro Estadual e Nacional de Adoção, para assim agilizarem as suas funções e diminuïrem o desgaste emocional envolvido. Por outro lado, propõem um efetivo trabalho interdisciplinar com relações mais próximas e maior

diálogo entre os profissionais envolvidos no caso. Além disso, sugerem mais e melhores parcerias com profissionais da Rede de Atenção Psicossocial a Saúde e de Apoio Social.

Em relação à atuação específica do Assistente Técnico Psicólogo, relatam a necessidade de análise pessoal e supervisão clínica, ficando evidente a insegurança e a existência de sofrimento psíquico, o qual pode ficar encoberto pelo discurso institucional do Judiciário e do Legislativo. O trabalho das participantes é atravessado por problemas sociais, como violência e o abandono, claramente geradores de sofrimento humano.

A respeito das mudanças em suas atribuições, de acordo com a Lei 12.010/09, a avaliação com os pretendentes à adoção e a família adotiva são o ponto de partida para um novo exercício profissional. Elas foram liberadas do acompanhamento dos processos verificatórios, o que diminuiu a quantidade de atividades exercidas antes da Lei, abrindo a possibilidade de um aprofundamento maior na avaliação de pretendentes e nos casos de adoção, permitindo o exercício de um processo mais humanizado com uma preocupação em garantir às crianças e/ou adolescentes, em acolhimento institucional e em adoção, o direito a preservação das suas histórias de origem e antecedentes geracionais.

As participantes declararam dispor de mais tempo para reflexão sobre os casos, bem como para a escuta dos pretendentes e das crianças e/ou adolescentes em acolhimento institucional. Quando a Lei exerce seu poder e retira as Assistentes Técnicas Psicólogas desse lugar de verificação, torna-se possível pensar sobre a prática dessas funções, propiciando a análise crítica sobre o novo papel do Conselheiro Tutelar e dos profissionais que atuam na Instituição Acolhedora.

Ainda com a mudança da Lei, surgiram as Audiências Concentradas, as quais contam com a presença de diferentes profissionais (o Juiz, o Promotor, o Defensor Público, a Equipe Técnica, o Poder Público, os profissionais da Rede de Apoio Social, Psicossocial e de Atenção à Saúde) e são definidas como um ato administrativo e processual para decidir o retorno ou não da(s) criança(s) e do(s) adolescente(s) em acolhimento institucional para as suas famílias, de modo a atender ao melhor interesse da criança. Esses profissionais atuam em várias abordagens com prioridades distintas, gerando discussões a propósito dos melhores encaminhamentos e decisões possíveis, que são vivenciados pelas participantes com dificuldades em função dos questionamentos sobre seu exercício profissional e contestações a respeito dos seus relatórios.

Embora as participantes não apontem aspectos negativos quanto à Lei 12.010/09, alguns pesquisadores a veem com pressupostos demasiadamente burocráticos. Enfatizam também que essa “[...] Lei perdeu uma grande chance de ser inovadora, uma vez que em seu texto não está claro a possibilidade de adoção a casais do mesmo sexo” (OLIVEIRA; SCHWARTZ, 2013, p.451). Todavia, pode-se observar que

muitos profissionais que interpretam essa Lei têm permitido que casais do mesmo sexo adotem

Em contrapartida, essas mudanças despertaram nas participantes uma maior identificação com o papel profissional do Psicólogo. Seus relatos expressam uma aproximação à escuta clínica, ao papel reflexivo indicando identificação com a prática clínica, que é a prática pela qual a maioria das participantes tem familiarização e apreço.

Ainda quanto às mudanças de suas funções, Amanda é a única profissional da amostra que acompanhou as mudanças na família. Como trabalha no Judiciário há mais de vinte anos, a possibilidade de adoção se aplicava prioritariamente a casais heterossexuais, casados e jovens. Segundo ela, aos poucos, a “família clássica” com os dois pais genitores de sexos diferentes tendeu a corresponder cada vez menos à realidade. Percebe-se, por meio de seu discurso, que ela nota diferenças importantes em seu trabalho de avaliação de pretendentes à adoção no que concerne ao passado e ao referencial atual de família.

Observou-se igualmente que o discurso das participantes é permeado pelo sentimento de abandono e ausência de referências para a prática profissional e de identificação com a atuação. As entrevistadas sentem-se desamparadas em função da ausência de critérios específicos para suas práticas, que envolvem a tomada de decisão de forma objetiva sobre um processo extremamente significativo e que interfere na vida das pessoas. Esse sentimento de desamparo é compensado pelo uso da legislação, do discurso em terceira pessoa e do relato da prática de outros profissionais. Acredita-se que esses mecanismos de defesa sejam utilizados como forma de aplacar a angústia gerada em função de uma identidade profissional enfraquecida.

Cabe também pontuar que Beatriz é a única participante que se disponibilizou a realizar a entrevista em seu consultório, justificando a sua escolha em função da falta de sigilo existente nos fóruns, indicando que determinados assuntos não poderiam ser tratados naquele espaço. Ao final da entrevista, Beatriz apresenta sentimentos persecutórios a respeito das informações disponibilizadas.

8.2.2 Quais os critérios e estratégias utilizados por Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos, na avaliação de pretendentes à adoção?

Quanto às estratégias para a avaliação dos pretendentes à adoção, existe um processo prévio à entrada do pedido de habilitação para adoção. Nos Fóruns 2 e 3, a participação dos pretendentes nos Grupos de Apoio à Adoção é obrigatória, sendo necessária a presença mínima a seis encontros. As Assistentes Técnicas Psicólogas afirmam que esses Grupos têm um papel importante e facilitador para o exercício de suas funções. As entrevistadas apontam que a participação no grupo promove aos pretendentes o

“amadurecimento” das questões concernentes à adoção, como os motivos que os levaram a recorrer à adoção, o lugar da criança em suas vidas e o papel da adoção, tanto para o par conjugal quanto para os indivíduos que compõem o casal e a família extensa. As mesmas acreditam que, após a participação no grupo, os pretendentes tornam-se mais conscientes de seus desejos e das questões que envolvem a adoção, ficando mais implicados nesse processo.

Inicialmente, esses Grupos eram realizados nos Fóruns pelas Assistentes Técnicas Psicólogas, entretanto, as participantes aqui entrevistadas referiram que a condução do Grupo feita por elas provocava uma interferência no processo de reflexão dos pretendentes à adoção, em função do caráter avaliativo implícito em sua presença. Já no Fórum 1, a participação nos Grupos de Apoio à Adoção é voluntária e sugerida pelas Assistentes Técnicas Psicólogas.

Ademais, esse processo prévio conta com um encontro de “Apoio Jurídico”, que se dá no próprio Fórum, com o objetivo de esclarecer as questões jurídicas e as etapas envolvidas no processo de adoção. Esse encontro é dirigido por diferentes profissionais em cada um dos Fóruns, de modo que a participação das Assistentes Técnicas Psicólogas ocorre nos Fóruns 1 e 2. As participantes do Fórum 1 afirmaram aproveitar esse encontro para o início da coleta de informações acerca dos pretendentes, sendo que, desde esse momento, uma avaliação sobre essas pessoas se inicia.

As participantes afirmam que o processo de avaliação dos pretendentes é realizado exclusivamente a partir de entrevistas, podendo estas variar quanto ao tempo e quantidade, dependendo do caso. Apenas Amanda se refere à utilização da técnica projetiva do HTP, em alguns casos, enquanto Manuela se preocupa em proporcionar aos pretendentes um processo de devolução a propósito da avaliação.

Nas entrevistas, as participantes avaliam os pretendentes acerca dos critérios que julgam importantes para a adoção. Os critérios descritos pelas sujeitas são semelhantes aos encontrados na literatura, como: os motivos que os levaram a recorrer à adoção, como lidam com a infertilidade, a fantasia da criança idealizada, os medos, angústias e resistências mobilizadas no desejo da adoção e o respeito à história pregressa da criança, tanto para o par conjugal quanto para os indivíduos que compõem o casal, bem como a dinâmica conjugal, a possibilidade de exercerem as funções parentais e os elementos que atravessam o grupo familiar. Observou-se que esses critérios são priorizados por cada participante, de maneira distinta, levando-se em conta as experiências pessoais, o aprendizado adquirido pela prática profissional e os conceitos de família internalizados.

Beatriz mostrou-se preocupada em avaliar os vínculos familiares estabelecidos pelos pretendentes à adoção e pelos membros das famílias de origem desses pretendentes. Aponta a necessidade da presença de

vínculos de afeto e de uma relação de respeito entre os indivíduos da família, pois acredita que, na adoção, seja fundamental o envolvimento de todo o grupo familiar. Para ela, o auxílio dos “parentes e amigos” é importante, porque, além de reconhecerem a criança como membro da família, estes últimos dão suporte ao estabelecimento de vínculos necessários entre a criança e sua família substituta.

Essa preocupação está relacionada às questões apresentadas em sua vida pessoal. Beatriz relatou dificuldades em estabelecer um vínculo afetivo com sua filha mais nova, afirmando que a mesma era um bebê “mais exigente”, demandando maior atenção e cuidados. Dessa forma, o processo de vinculação mobilizou sofrimentos e angústias os quais propiciaram a ela a concepção de que o vínculo “mãe-filha” deve ser construído independentemente de “o(a) filho(a) ser biológico ou adotivo”.

Na entrevista com Amanda, fica evidente o papel relevante que ela atribui ao lugar da criança adotada, na dinâmica familiar e conjugal. A participante preconiza, em suas avaliações, a disponibilidade dos sujeitos em serem pais afetivos e, ao mesmo tempo, fixarem limites para a criança, enfatizando a necessidade de a criança não ocupar um lugar estigmatizado em função de sua história pregressa. Amanda é uma profissional que acompanhou as mudanças de concepções da adoção, antes e após o Estatuto da Criança e do Adolescente; em consequência disso, lembra-se dos argumentos dos pretendentes de que a criança é uma “coitadinha” ou aquela que “tem um sangue ruim”, porém, ela reconhece que nesses argumentos são levantadas dificuldades imaginárias sobre as condições associadas à história pregressa das crianças/adolescentes disponíveis para a adoção, fato que a faz preocupar-se em encontrar pretendentes dispostos a exercer com qualidade os cuidados que a(s) criança(s)/adolescente(s) deve(m) receber, ao ser(em) adotado(s). Para ela, uma criança que sofre privação, por qualquer motivo, é afastada dos cuidados familiares e essa privação será relativamente suave, se a(s) criança(s)/adolescente(s) passar(em) a ser cuidada(s) por pessoas capazes de genuinamente a(s) enxergarem como filho(s) que portam uma história.

Clara dá ênfase a capacidade dos pretendentes em elaborar o luto da impossibilidade de ter um filho biológico. Entende que a elaboração do luto propicia aos mesmos “[...] a possibilidade de fazerem parte da história da criança, sem negar a origem dela.” A participante destaca a importância de os pretendentes serem capazes de facilitar o segundo nascimento da criança, através da adoção, sem denegrir sua imagem ou olharem para a história da mesma “de forma pejorativa”. Essa preocupação é justificada por Clara a partir de sua experiência profissional passada, na qual se sentia incomodada com a forma com que os adolescentes infratores eram vistos. Relatou que tais adolescentes eram “[...] marginalizados e desumanizados, não sendo vistos como sujeitos de uma história”.

Manuela considera essencial investigar, na avaliação dos pretendentes à adoção, o desejo de estes

serem “pai (s) e/ou mãe (s)”, a possibilidade de assumirem “[...] toda responsabilidade da parentalidade”. Salienta ser necessário que esse desejo “[...] esteja pautado no princípio da realidade”, distante de uma visão idealizada, tendo em vista todas as dificuldades inerentes à inclusão da criança na família substituta. Durante o processo de avaliação, Manuela procura reconstruir, com os pretendentes, situações difíceis da adoção, com o intuito de avaliar as respostas dos mesmos frente a essas questões, investigando a disponibilidade desses pretendentes ao exercício parental, já que a participante acredita “[...] que ser pai ou mãe não é para qualquer um”. Essa ênfase de Manuela a propósito do desejo de ser pai e/ou mãe e do exercício parental é justificada por sua experiência pessoal como mãe adotiva.

Já Sueli apresenta uma preocupação a respeito da capacidade desses pretendentes em se colocarem no lugar da criança a ser adotada. A participante sublinha o fato de essas crianças terem “histórias dolorosas”, envolvendo violência e abandono, portanto, considera fundamental a necessidade de os pais adotivos serem capazes de exercerem a parentalidade e propiciarem novas possibilidades de relações familiares à criança, como a ausência de violência e daquilo que levou à violação dos direitos da criança. Para esse exercício parental, Sueli acredita ser imperioso que esses pais sejam “pessoas flexíveis”, com capacidade de “enxergar o outro da relação”, considerando a existência de desejos e necessidades distintas.

Quando aparece uma pessoa que só deseja realizar o seu sonho, sem olhar a quem, é capaz de passar por cima de tudo e todos, não dá para habilitar! (Sueli – Fórum 3).

Na entrevista de Helena, verificou-se grande preocupação sobre as devoluções de crianças, apontando a necessidade de, durante o processo de avaliação dos pretendentes, focar o desejo parental como forma de tentar diminuir a possibilidade de devolução e vivência de um novo abandono, por parte da criança. Helena preocupa-se em avaliar a existência de um desejo parental dissociado do sentimento de benevolência ou de tentativa de substituição de um filho biológico perdido. Nos casos de adoção por casais, acha fundamental investigar como o par conjugal se estrutura, porque acredita que tal estruturação traz reflexos ao processo de se tornarem pais adotivos.

Nesse sentido, percebeu-se que a avaliação dos pretendentes à adoção consiste em um processo complexo e difícil, uma vez que envolve critérios subjetivos e não apresenta uma estruturação pré-definida. Em função disso, o processo de avaliação desperta mal-estar nas Assistentes Técnicas Judiciárias Psicólogas, bem como, em alguns casos, sentimentos de culpa a respeito do lugar de “julgamento” implícito no exercício da função. Entretanto, devemos refletir se há a possibilidade de construir um único conceito sobre o que é ser “pai e/ou mãe”, visto que estes são conceitos relativos e abrangentes.

8.2.3 Família e adoção

No que tange ao modelo ideal de família, Amanda a concebe hoje muito mais “abrangente” do que em épocas passadas, em função da abertura gerada pelos novos arranjos familiares. Contudo, ela salienta:

O termo família ultimamente é muito abrangente, diferente da nossa família, da família das nossas avós, as quais se casavam legalmente, bonitinho, tinham descendentes e tudo mais... O conceito de família hoje é muito mais abrangente do que era naquela época. (Amanda – Fórum 1).

Entretanto, a participante parece manter dúvidas sobre a legitimidade dessa “abrangência” envolvendo o conceito de família, na interface do que era tido como família, antigamente. Aparentemente, vive uma crise de conceitos, em que o modelo internalizado e vivido na infância é contrastado com um modelo moderno e diferenciado. Em seu discurso, notou-se que considera “bonitinho” a família em que os pais se casavam “legalmente” e deixavam descendentes, refletindo um conflito, uma dúvida sobre a existência de um conceito mais “abrangente” de família.

Em seu longo percurso de trabalho, novos processos de pedido de adoção foram aparecendo, fazendo com que ela se deparasse com novas demandas, solicitando a necessidade de modernização. Dessa forma, sua concepção de família parece sofrer um processo de “modernização reativa”, conceito apresentado por Figueira (1987), concernente ao “[...] processo de modernização das famílias”, que, para ele, “[...] insere-se num contexto de tensão entre esses ideais, nem sempre nítidos, ou seja, uma tentativa de solucionar a desorientação que condensa modelos arcaicos e novos”, algo que pode representar uma “verdadeira modernização” ou o perigo de nunca se chegar lá (FIGUEIRA, 1987, p. 92). Há visivelmente uma busca por solucionar esse conflito a respeito dos modelos arcaicos e novos, o que, no caso dela, parece representar um passo em direção à “verdadeira modernização”. Sua efetiva permanência nesse campo profissional ajudou-a a perceber que essas mudanças são possíveis e necessárias:

Eu concedia, no passado, adoção de casais; papai e mamãe que queriam um filho. Atualmente, eu estou fazendo um processo de um casal de duas moças e tem dado muito certo! Mas, estes casos de casais constituídos por duas mulheres e dois homens não faz muito tempo que aparecem no Fórum. O primeiro que eu atendi aconteceu há dois anos, eles estão em estágio de convivência agora. Então, esta família que antigamente tínhamos em mente, aquele tipo de composição tradicional que eu atendia não é mais assim, pois existem novos conceitos de família... Nós, profissionais do Fórum, tivemos que modernizar nossa cabeça, pois atualmente temos famílias com dois pais, duas mães, só mãe ou só pai. Tive que modernizar a cabeça, pois a família clássica (pai-masculino e mãe-feminino) corresponde cada vez menos à realidade. [...] Agora eu tenho um outro conceito de família. Eu vejo tudo de uma forma mais modernizada. (Amanda – Fórum 1).

Ou seja, trata-se de um “processo normal”, segundo Figueira (1987), que pode tender ou não para a “verdadeira modernização” (FIGUEIRA, 1987, p. 92). A partir do relato de Amanda, nota-se que essa mudança de percepção ocorreu ao longo do seu exercício profissional, quando a participante percebeu que não bastava um “pai-masculino” e uma “mãe-feminina,” num modelo “clássico” de família, para que essas adoções fossem bem-sucedidas, mas o desejo de ser pai e ser mãe. Amanda passou a refletir acerca da questão da parentalidade, da relação do casal com essa nova criança e, principalmente, sobre a importância de se construir e como é construído o vínculo entre eles. Assim, ela conclui:

Eu acho que a gente teve que modernizar a nossa forma de pensar sobre as organizações de família. Quando os pretendentes querem ser pais ou mães, a adoção dá certo. Adoção de casais homoafetivos dá certo, também. Adoção de pessoas sozinhas também dá certo. Então, aquela imagem da família que era um perfil, um padrão único determinado judicialmente como o adequado para adoção, em que a gente só podia habilitar aqueles pretendentes que fossem um casal, um homem e uma mulher, já não é o perfil atual. A opção por casal heterossexual era algo discriminatório, hoje, a família é organizada de várias maneiras. Com o passar do tempo, eu e alguns profissionais antigos da Justiça entendemos que família é muito mais do que apenas um único perfil “um casal heterossexual”. Um único cuidador que assuma os cuidados por uma criança pode ser uma família. [...] A gente não pode acreditar que dois homens ou duas mulheres não dão certo como casal. O que a gente tem que observar não é como esta família é organizada, mas as motivações para adoção. As motivações para exercerem a função de ser pai e ser mãe, que não é uma tarefa fácil. (Amanda – Fórum 1).

Compreende-se que a trajetória profissional de Amanda acompanhou as mudanças e questionamentos sobre a instituição familiar que aconteceram na contemporaneidade, enquanto as profissionais que iniciaram o trabalho com pretendentes à adoção, na Vara da Infância e Juventude, após o ano 2000, já foram inseridas em um contexto em que a família substituta não era mais garantida apenas a um casal heterossexual. Hoje, com mais frequência, iniciam-se processos com configurações diferenciadas de família, incluindo-se aqui as famílias estrangeiras, o casal homoafetivo e pessoas solteiras.

Esse processo de modernização não aparece no relato das outras participantes, as quais abordam as questões sobre os novos arranjos familiares de modo mais natural, em função de provavelmente terem convivido com modelos diferenciados dessa organização e, por isso, demonstram uma concepção de família mais flexível e distante do tradicional. Beatriz, discorrendo acerca do modelo ideal de família, aponta:

Falando de modelo. Em termos de composição, eu acho que não existe um modelo ideal. Não importa se é uma família nuclear, ou com dois homens ou duas mulheres, pai ou mãe solteiro. Não existe modelo de família ideal, o que realmente existe são pessoas que se encontram. A criança deseja estar com pessoas que considera família e que ela pode contar. Ter uma família é não se sentir sozinho no mundo...

Aos meus olhos, não tem um grupo familiar ideal, se é um casal de homem ou mulher, ou casal

hetero... É isto que eu estou lhe falando, como os grupos se organizam, não há um modelo ideal. (Beatriz – Fórum 1).

Clara, ao falar da importância de se ter uma família, aborda a questão dos novos arranjos familiares, fazendo referência à obra de Roudinesco, *A família em desordem*:

Então, uma família não é necessariamente composta por um pai, uma mãe e uma criança. Uma família pode ser uma tia que assumiu um sobrinho, de repente... Independente de como se forme a família, a criança precisa sentir-se parte e ter um lugar especial nesta relação familiar que ela estabelece. E que ela tenha essa atenção, carinho e em uma situação de proteção [...] O ser humano precisa sentir-se em um lugar de pertencimento, ou seja, pertencer a uma família. Cabe ressaltar que hoje nós temos novas configurações familiares [...] Ontem nós aqui do TJ começamos a ler um livro da Elisabeth Roudinesco, *A família em desordem* [...] Eu acho interessante o que ela diz, a Roudinesco mostra que, na década de 60, já se faziam críticas à instituição família tradicional. Gays e lésbicas passaram a reivindicar o direito à paternidade e maternidade. O movimento organizado por casais homoafetivos tem mostrado que o modelo de família não é mais naquele modelo, papai, mamãe e filhinho. Hoje, há novas configurações, por exemplo, a adoção e filiação de casais homossexuais. Famílias monoparentais, com um dos pais só... Então, eu acho que nós devemos ver os novos modelos de família. Nós precisamos ainda avançar nos estudos de grupos familiares, pois hoje não há mais um modelo de configuração ideal de família. Não há somente o modelo burguês de família, então há possibilidade de acontecerem novos modelos de família via adoção. E eu acho que sim, o ser humano precisa ter um lugar de pertencimento. (Clara – Fórum 2).

As outras participantes, em suas entrevistas, não fazem referência aos novos arranjos familiares e discorrem acerca do modelo ideal de família a partir das questões subjetivas envolvidas no processo de vinculação parental e exercício da parentalidade, ressaltando, igualmente, uma concepção de família que abrange principalmente o sentimento de pertencimento. Essas Assistentes Técnicas Judiciárias parecem estar atentas a esse aspecto, em função de não terem interiorizado o modelo heteronormativo tradicional, permitindo-lhes focar mais no sofrimento da criança, por sentir-se abandonada, e na importância de inseri-la em uma família substituta, seja qual for o seu arranjo.

A respeito do processo de vinculação parental e exercício da parentalidade, Beatriz salienta que a família serve como referência inicial para a vida da criança e deve ocupar o lugar de “porto seguro”, sendo as pessoas às quais se pode recorrer, em qualquer momento. A participante também afirma que a família é responsável por inserir o indivíduo em uma história, que dá sentido à sua vida.

Ter uma família é saber que você tem com quem sempre contar, é ter companhia tanto nos momentos alegres quanto nos momentos mais difíceis. Acho que ter uma família representa que você não está sozinho no mundo. Também é ter uma história, é fazer parte de um processo, mesmo em uma família adotiva, independente de como ela é composta. [...] Independente dos pais ou mães, ter uma família é fazer parte de uma história que vai se compondo. (Beatriz – Fórum 1).

Acredita-se que seu trabalho anterior em abrigos e, atualmente, com famílias “carentes” em

processos de adoção, trouxe-lhe uma visão mais ampliada da importância de uma criança sentir-se pertencendo a um grupo familiar. Em acréscimo, Beatriz acha que o exercício parental deve basear-se no respeito à individualidade da criança, fornecendo o apoio inicial para a socialização e promovendo seu crescimento e desenvolvimento saudável.

Amanda, em seu relato, reforça a relevância de a família ter estrutura emocional para cuidar da criança, estando atenta às suas necessidades. Para ela, a família ideal não depende necessariamente das condições socioeconômicas, mas da disponibilidade afetiva desses cuidadores, que necessitam se fazer presentes na história dessa criança, tomando os cuidados básicos à criação dos filhos, como a introdução dos limites.

A família ideal não depende das condições econômicas. Existem muitas crianças de menores condições econômicas que são muito felizes... A situação socioeconômica é o que menos nos preocupa aqui. Procuramos por pretendentes à adoção interessados por ter filhos, por pessoas mais afetivas. Eu tenho visto que as pessoas mais simples têm uma preocupação com o papel de ser pai e mãe... Família é família, seja ela adotiva ou não. O fato de a criança ser adotiva é uma condição da história dela, mas ele é filho. É lógico, como qualquer pai que exerce os cuidados com seus filhos, é necessário dar a eles o limite, tem que ser presente, dar atenção. (Amanda – Fórum 1).

Clara enfatiza que a adoção é um processo de vinculação e que esta não é uma experiência possível a todos, uma vez que a adoção compreende mais do que o cuidado a uma criança, significando um processo de tornar-se pai e mãe e propiciar a essa criança a possibilidade de tornar-se filho, favorecendo o sentimento de pertencimento ao grupo familiar. Acredita, ainda, ser preciso que esses pais se responsabilizarem pelo filho adotivo, sem negar sua origem, respeitando sua história na família de origem, bem como garantindo à criança o acesso a essa história. Percebe-se que seu trabalho anterior com menores infratores propiciou à participante uma visão a respeito da importância de respeitar a subjetividade da criança, a sua história, considerando-a em sua totalidade.

Sobre o exercício parental, Manuela afirma a importância dos pais fornecerem referências fixas às crianças, sublinhando que a inconstância dos pais ou a ambiguidade na relação são sentidas como “violência” por parte da criança. Em sua opinião, a criança deve ser investida e acolhida pelos pais, que, além de despender investimento afetivo, precisam dar continência à mesma, propiciando seu desenvolvimento. Acrescenta a participante:

Família é ter alguém que dê carinho, que dê um norte, que dê aporte. Que me diga o que possa ou não fazer. Ter referências que muitas vezes estas crianças não têm... Toda criança precisa ter uma referência, seja pela gravidez ou pelo projeto de adoção. É saber que há alguém que me aceite, ter alguém que acolha, ter alguém que doe a continência e, quando necessário, o limite. No meu

trabalho, há a possibilidade de ver em uma criança o quanto é tranquilizador para ela ter alguém que lhe dê continência, ou que possa lhe dizer não. Eu acho que isto é uma família. (Manuela – Fórum 2).

Sueli também fala sobre a necessidade de os pais darem continência a criança, porém, enfatiza a importância de assumirem os cuidados do filho adotivo, garantindo seus direitos, como o direito à não violência. Assevera que a disponibilidade para o exercício parental está vinculada à possibilidade de se colocar no lugar da criança, observando suas necessidades e fornecendo uma referência fixa para seu desenvolvimento.

A adoção é tornar uma criança ou adolescente um filho. Escolher ser pai ou mãe de alguém, não necessariamente só com a medida judicial, mas principalmente com o desejo parental. É cuidar, colocar o outro em um lugar muito específico, o lugar de filho, escolher aquele que eu quero cuidar, aquele que eu me responsabilizo como adulto de referência... O amor parental não é qualquer amor, é a capacidade de investir em alguém. (Sueli – Fórum 3).

Helena, por sua vez, dá ênfase à necessidade dos pais adotivos estarem dispostos a cuidar e amar uma criança. Aponta que a disponibilidade parental é fundamental para o exercício da parentalidade, assim como para “dar conta” da educação, amor e cuidado do filho. Para a participante, a família tem que estar disponível a essa criança: é preciso que os pais compreendam a criança em sua totalidade, como sujeito, respeitando seu desenvolvimento. Helena destaca, igualmente, que o exercício parental depende intrinsecamente do investimento afetivo e de cuidados para com a criança, que precisam, necessariamente, se diferenciar da “boa vontade” ou “caridade”. É fundamental que esses pais reconheçam a criança adotiva como filho:

As crianças que serão adotadas ou acolhidas precisam de alguém que lhes diga: “Você é meu/minha filho(a)!”... Tem que ter uma disponibilidade de cuidados, um manejo dos fatos e como a criança irá se apresentar... Cuidar é procurar compreender a criança em sua totalidade, desenvolvimento, gênio etc. A família tem que estar disponível para o que irá aparecer, ao longo da relação familiar... Uma família não ideal é aquela que não sabe e não reconhece o filho como parte do grupo familiar. (Helena – Fórum 3).

A análise das entrevistas permitiu observar que a compreensão das participantes a respeito do exercício parental, dentro da família adotiva, não difere dos dados apresentados na literatura, bem como dos dados referentes ao exercício da parentalidade em famílias com filhos biológicos. As Assistentes Técnicas Judiciárias aqui entrevistadas entendem que a família adotiva deve, acima de tudo, propiciar à criança um lugar de pertencimento, assumindo os cuidados por ela. Enfatizam também ser importante que os pais

servam de referência fixa aos filhos, dando continência e limite, quando necessário. Essa tarefa só se faz possível, quando os pais adotivos estão atentos às necessidades da criança e conseguem se colocar no lugar dela.

Assim, o processo de parentalidade adotiva é o processo de tornar-se pai e tornar-se mãe, mas também de possibilitar a essa criança tornar-se filho nessa família. Esse processo necessita de disponibilidade afetiva e emocional, por parte dos pais, juntamente com respeito à individualidade da criança, compreendendo-a em sua totalidade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se aqui fazer uma reflexão acerca do desenvolvimento da pesquisa e da elaboração desta Dissertação, buscando ponderar seus alcances e possibilidades. A investigação teve como objetivo conhecer os critérios e estratégias que são utilizados pelos profissionais Assistentes Técnicos Judiciários de Psicologia da cidade de São Paulo, na avaliação e seleção de pretendentes aptos ou não à adoção, considerando-se a inclusão dos novos modelos familiares nesse processo de avaliação, com o intuito de pensar sobre os fatores que influenciam essa decisão, em um processo complexo e que interfere diretamente na vida dos pretendentes e das crianças. Entretanto, os resultados apresentaram alguns achados que não faziam parte dos objetivos, permitindo uma reflexão a propósito do exercício profissional das Assistentes Técnicas Judiciárias Psicólogas, bem como do processo de formação acadêmica dessas profissionais.

O emprego da metodologia de pesquisa clínico-qualitativa permitiu não só o contato direto com o material pesquisado, a respeito do processo de avaliação dos pretendentes, mas também um recorte da experiência subjetiva das participantes sobre o exercício profissional. O uso da entrevista semidirigida e a transferência estabelecida entre as participantes e a pesquisadora possibilitaram o livre discurso e a riqueza de dados do material coletado. Ademais, esta experiência de entrevista propiciou às profissionais um espaço de retomada de suas histórias e do exercício profissional, a qual, acompanhada pela presença e escuta da pesquisadora, configurou um caráter terapêutico, expresso por elas ao final dos encontros.

Da análise das entrevistas observa-se que os critérios e estratégias descritos pelas participantes vão ao encontro dos apresentados na literatura, sendo priorizados por cada participante de maneira distinta, levando-se em conta as experiências pessoais e o aprendizado adquirido na prática profissional. As entrevistadas priorizam, em suas avaliações, a qualidade do vínculo estabelecido entre os pretendentes e a criança, independentemente da configuração familiar. A concepção de família abrange principalmente o sentimento de pertencimento, com foco na importância de inserir a criança em uma família substituta, seja qual for seu arranjo, contemplando configurações diferenciadas de família, incluindo a família estrangeira, o casal homoafetivo e pessoas solteiras.

O exercício profissional, conforme relatado pelas Assistentes Técnicas Judiciárias Psicólogas, é marcado pela falta de recursos e infraestrutura adequada, assim como pela hierarquização do Sistema Judiciário, que valoriza a obediência à Lei, produzindo uma prevalência à norma e não aos fenômenos sociais, psicológicos e subjetivos. Essa configuração provoca desgaste emocional e um sentimento de

desvalorização profissional, que influencia diretamente a prática profissional e interfere na produção de pareceres acerca do melhor encaminhamento para cada caso. Diante desse panorama, considera-se importante o investimento, por parte das profissionais, em um espaço que favoreça a reflexão sobre os entraves encontrados no exercício profissional, os quais são resultado do sistema judiciário no qual estão inseridas. Esse espaço pode ser possível, em um processo de análise e/ou supervisão de casos.

O discurso das participantes evidenciou o sentimento de abandono e desamparo vivenciado no exercício da profissão, provocando questionamentos a propósito do papel profissional e influenciando diretamente na construção da identidade profissional. As participantes apresentam uma identidade profissional enfraquecida, o que mobiliza angústia e sofrimento psíquico, na atuação. Essa insegurança na identidade profissional ocorre em função da inexistência de critérios específicos para o exercício do trabalho, que exige uma decisão objetiva a respeito de um processo subjetivo e significativo na vida dos pretendentes à adoção e das crianças. Em acréscimo, a dificuldade na construção de uma identidade profissional se faz presente, devido à ausência de uma escolha genuína a respeito da atuação como Assistente Técnica Judiciária Psicóloga e à não existência de experiências profissionais anteriores e formação acadêmica voltada para a prática jurídica.

Por fim, a realização desta pesquisa propiciou uma reflexão acerca da estruturação dos cursos universitários de Psicologia, que, até há bem pouco tempo, não contemplavam disciplinas ou outras atividades acadêmicas voltadas para a área jurídica, em suas grades curriculares. Essa lacuna provoca o despreparo na formação do profissional Psicólogo. Dessa forma, sublinhamos, com esta Dissertação, a importância de um olhar mais acurado para a formação profissional do Psicólogo, na qual as instituições de ensino devem incluir, em suas grades curriculares, disciplinas relacionadas à área jurídica. Por fim, é imperioso apontar a necessidade de oferta de cursos de especialização que efetivem a formação de profissionais, preparando-os para tal prática.

REFERÊNCIAS

ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa). Disponível em: <<http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=301>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

Agence Française de l'Adoption dans les pays d'origine. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/CarteOAA_cle87e331.pdf> Acesso em: 14 jul. 2013.

ALMEIDA, M. R. Adoção por homossexuais: um caminho para o exercício da parentalidade. In: _____. **Adoção: um direito de todos e todas**. Conselho Federal de Psicologia: Brasília, 2008.

ALTOÉ, S. E. **Sujeito do Direito, sujeito do desejo** - Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

_____. Atualidade da psicologia jurídica. **Psibrasil Revista de Pesquisadores da Psicologia no Brasil**, 2001. Disponível <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/psicologia_juridica.pdf> Acesso em: 20 out 2012.

BENGHOZI, P. **Malhagem e filiação**. Psicanálise dos vínculos: Casal, família, grupo, instituição e campo social. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2010.

BION, W. R. **Experiências com grupos**: os fundamentos da psicoterapia de grupo. Trad. de W. I. Oliveira. Imago: Rio de Janeiro, 1975.

BLEGER, José. **Temas de Psicologia** - Entrevistas e Grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAGAGLIA, M. **A diversidade como condição promissora na formação do Conselheiro Tutelar como órgão de proteção**. Disponível em: <<http://www.interscienceplace.org/interscienceplace/article/view/52/57>> Acesso em: 14 set. 2013.

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> (1940). Acesso em: jun. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: IMESP, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: jan. 2013.

_____. SÃO PAULO (Estado). **Ministério Público de São Paulo**. O que faz o Promotor de Justiça da Infância e Juventude? Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/home/interna/infancia_juventude#resp1> Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. **Portaria nº 224/ms, de 29 de janeiro de 1992**. Item 4.2 alterado por: Portaria nº 147, de 25 de agosto de 1994. Disponível em: <<http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/conteudo/cao/ccf/quadro%20sinotico%20sus/portaria%20sas-ms%20n%C2%BA%20224-92%20-%20diretrizes%20e%20normas%20saude%20mental.pdf>> Acesso em: 18 dez 2013.

_____. **Lei 12.317**. Dispõe sobre a duração do trabalho do Assistente Social (PL 1890/07). 2007.

Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm> (2010b). Acesso em: 10 dez. 2013

_____. **Lei 12.010/09.** Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm> Acesso em: 10 dez. 2010.

_____. **Novas regras para adoção 2009.** Disponível em: <http://www.amb.com.br/docs/noticias/2009/adocao_comentado.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2009.

_____. **Diretrizes para organização das redes de atenção à saúde do SUS.** (2010). Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2b_221210.pdf> Acesso em: 16 set. 2013.

_____. **Lei Complementar nº 1.210.** Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2013/lei.complementar-1210-24.09.2013.html>> Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. **Lei Complementar nº 1.111/10.** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=159606> Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Lei 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18625.htm> Acesso em: 12 de dez. 2013.

_____. **Lei 12.696/12.** Altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112696.htm> Acesso em: 13 de dez. 2013.

_____. **PL 6583/13.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>> Acesso em: 2 de abr. 2014.

BRITO, W. B. A Justiça Federal: Análise da imagem institucional. In: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Centro de Estudos Jurídicos. **A Justiça Federal: análise da imagem institucional.** Brasília: CJF, 1995.

BRUSCATO, W. L et al. O trabalho em equipe multiprofissional na saúde. In: BRUSCATO, W. L.; BENEDETTI, C.; LOPES, S. R. A. **A Prática da Psicologia Hospitalar na Santa Casa de São Paulo: novas páginas em uma antiga história.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

BUSS, P. M.; PELEGRINI FILHO, A. **A Saúde e seus Determinantes Sociais** (2007). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf>> Acesso em: 02 set. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Parâmetro para atuação de assistente social e psicólogos(as) na Política de Assistência Social.** Brasília: CFP/CEFESE, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas/os em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas/** Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – SP. **Psicólogos do Judiciário nas questões de família.** (Caderno Temático 10). Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/10/frames/Psic_Judic_Quest_Fam.pdf> Acesso em: fev. 2011.

DALLARI, D. A. **O poder dos Juízes.** Saraiva: São Paulo, 1996.

DIMOULIS, Dimitri. **Positivismo jurídico.** São Paulo: Método, 2006.

DINIZ, João Seabra. O Afeto, a Lei e a Realidade Social: a intervenção da autoridade judicial. In: FREIRE, Fernando (Org.). **Abandono e Adoção:** contribuições para uma cultura da adoção. 20. ed. Curitiba: Associação Brasileira Terra dos Homens, 2001. p. 291.

DOLTO, F. **Le Séminaire de psychanalyse.** Paris: Seuil, 1985 (Essais:).

_____. **Seminário de Psicanálise de crianças.** Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

EIGUER, A. **O parentesco fantasmático:** transferência e contratransferência em terapia familiar psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

FARIAS, M.; MAIA, A. C. **Adoção por homossexuais:** a família homoparental sob o olhar da Psicologia. Curitiba: Juruá, 2009.

FIGUEIRA, S. A. **Uma Nova Família?** 1975O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FONSECA, C. **Caminhos da adoção.** São Paulo: Cortez, 1995.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 2001.

FRANCE. **Ministère de la Justice.** Disponível em: <<http://www.vos-droits.justice.gouv.fr/adoption-11956/>> Acesso em: 14 jul. 2013.

FRANCO, A. A. P.; MELÃO, M. J. R. (Org.). **Diálogos interdisciplinares:** a psicologia e o serviço social nas práticas judiciais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

FREUD, S. **A dinâmica da transferência.** Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1912 (v.12).

_____. **Sobre o narcisismo: uma introdução.** Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1914 (v.14).

GHESTI-GALVÃO, Ivânia. **Intervenções psicossociais e jurídicas no percurso da adoção:** a mediação entre o afeto e a lei. Orientador Noberto Abreu e Silva Neto. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GHIRARDI, M. L. A. M. **A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica da Psicanálise:** reedição de histórias de abandono. Orientadora Ana Maria Loffredo. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia

da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GIDDENS, A. **Mundo em Descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, I. C. **O sintoma da criança e a dinâmica do casal**. São Paulo: Zagodoni, 2011.

_____. Famílias Reconstituídas: um Novo Desafio para a clínica contemporânea. In: GOMES, I. C. (Org.). **Clínica Psicanalítica de Casal e Família**: a interface com os estudos psicossociais. São Paulo: Santos, 2009. p. 33-39.

_____; LEVY, L. O mal-estar e a complexidade da parentalidade contemporânea. **Cadernos de Psicanálise**, Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro. v. 25, n. 28, 2009.

GROENINGA, G. C. **Direito de família e Psicanálise**: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

HAMAD, N; DOLTO, F. **Destinos de Crianças – Adoção – Famílias – Trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

_____. **Adoção e parentalidade**: questões atuais. Porto Alegre: CMC, 2010.

LAGO, Vivian de Medeiros et al . Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas , v. 26, n. 4, dez. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000400009&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400009>. Acesso em: 18 set. 2013.

LEVINZON, G. K. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MALDONADO, M. T. **Os caminhos do coração**: pais e filhos adotivos. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO TÉCNICO: atuação dos profissionais de Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça de São Paulo (2007). Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/pdf/manual_de_procedimentos.pdf>. Acesso em: 24 set. 2011.

MELCHIOR, A. P. **O Juiz e a prova**: o sintoma político do processo penal. Curitiba: Juruá, 2013.

MIRANDA, H. C. Psicologia e justiça: A psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça. **Psicol. cienc. prof.** [online], vol.18, n.1, p. 28-37, 1998.

MORALES, A. T. **Os predicados da parentalidade adotiva**. In: Solis-Ponton L. (org). Ser pai, ser mãe – parentalidade: Um desafio do terceiro milênio. São Paulo: Casa do Psicólogo, 200. p. 195-201.

NAKAGAKI, C. C. **Reflexões sobre a adoção unilateral**, 2004. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/319/309>>. Acesso em: 21 out. 2012.

NASCIMENTO, Maria Lívia do; SCHEINVAR, Estela. De como as práticas do conselho tutelar vêm se tornando jurisdicionais. **Aletheia**, Canoas, n. 25, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942007000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2013.

NINA, M. D. Equipe de Trabalho Interdisciplinar no Âmbito Hospitalar. In: Oliveira, M. F. P.; ISMAEL, S. M. C. **Rumos a Psicologia Hospitalar em Cardiologia**. Campinas: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, Débora Silva de; SCHWARTZ, Eda Regina Doederlein. The new Adoption Law: legal and psychological aspects. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 30, n. 3, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000300014&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000300014>. Acesso em: 10 dez. 2013.

OLIVEIRA, R. R. **Relatório final de estágio supervisionado em Psicologia Comunitária**. Supervisora: Profª Doutoranda Márcia Regina da Silva. Curso de Psicologia. Universidade Cruzeiro do Sul, 2009.

PAIVA, L. D. **Adoção**: significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

_____. O psicólogo judiciário e as “avaliações” nos casos de adoção. In: SHINE, S. **Avaliação psicológica e lei**: adoção vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 73-111.

PIERRE, L. S.; MARINOPOULOS, S. Abandono e adoção: interações psíquicas da filiação numa perspectiva histórica e clínica. In: TRINDADE-SALAVETT, I. **Os novos desafios da adoção**: interações psíquicas, familiares e sociais. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010. p. 80-107.

PRADO, L. R. A. Neutralidade e imparcialidade dos juízes. In: GROENINHGA, G. C.; PEREIRA, R. **Direito de família e Psicanálise**: Rumo a uma Nova Epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 301-309.

RAPOPORT, A; PICCININI, C. A. **A escolha do cuidado alternativo para o bebê e a criança pequena** (2004). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v9n3/a12v09n3.pdf>>. Acesso em: out. 2012.

REIS, H. T.; JUDD, C. M. **Handbook of reserche methods in social and personality Psychology**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

RIOS, M. G. **Casais sem filhos por opção**: análise psicanalítica através de entrevistas e TAT. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIOS-LIMA, M. G. **Um estudo sobre o adiamento da maternidade em mulheres**

contemporâneas. Orientadora: Isabel Cristina Gomes. São Paulo, 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RIZZINI, I. (Org.) **A arte de governar crianças - a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: EDUSU/AMAI, 2000.

ROUDINESCO, E. **A Família em Desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SADEK, M. T; ARANTES, R. B. A Crise do Judiciário e a visão dos Juízes. **Revista USP - Dossiê Judiciário.** nº 21. São Paulo, 1994.

SALDANHA, A. **Estatuto da criança e do adolescente:** esquematizado. Lei 8.069/90, atualizado conforme a Lei Nacional da adoção 12.010/09. Rio de Janeiro: Ferreira, 2010.

SHEINVAR, E. Tensões, rupturas e produções na relação entre o conselheiro tutelar e a escola. In: SCHEINVAR, E.; ALGEBAILLE, E. (Org.). **Conselhos participativos e escola.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SHETTINI FILHO, Luiz. **Compreendendo o filho adotivo.** Recife: Bagaço, 1998.

SHINE, S. **A Atuação do Psicólogo no Poder Judiciário: Interfaces entre a Psicologia e o Direito.** Disponível em:
http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/10/frames/fr_aatuacao.aspx.
 Acesso em: 10 out. 2010.

_____. **Andando no fio da navalha:** riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a justiça. 2009. Orientadora: Audrey Setton Lopes de Souza. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SUANNES, C. **A sombra da mãe:** Psicanálise e Vara de Família. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

TAVARES, D. S. **O sofrimento no trabalho entre servidores públicos:** uma análise psicossocial do contexto de trabalho em um Tribunal de Justiça Federal. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TEIXEIRA, S. M. **Família Na Política De Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar** (2009). Disponível em:
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/19/5>> Acesso em: 12 set. 2013.

TRIVINOS, A. N.; MOLINA NETO, V. **A pesquisa qualitativa na educação:** alternativas metodológicas. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2003.

TURATO, E. R. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa:** construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

UZIÉL, A. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VALBUSA, A. **Fattori Predittivi di una buona genitorialità adottiva attraverso l'utilizzo di un modello multidimensionale**: Rocharch, Adult Attachment Interview, Five Minutes Sample Speech e Differenziale Semantico. Padova: Facoltà di Psicologia dell'Università degli Studi di Padova, 2004.

VECINA, T. C. C.; CAIS, A. C. F. S. Infância e adolescência: uma realidade que precisa de intervenção. In: FERRARI, Dalka C.A. **O Fim do Silêncio na Violência Familiar**. São Paulo: Ágora, 2002.

VIEIRA, Joice Melo. **Os filhos que escolhemos**: discursos e práticas da adoção em camadas médias. 2004. 673 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004.

WEBER, L. N. D. **Crêterios de seleçã de pais adotivos**: em discussã. (2007). Disponível em: <http://www.nac.ufpr.br/artigos_do_site/1997_Criterios_de_selecao_de_pais_adotivos_em_discussao.pdf> Acesso em: ago. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABEL, Marcos Chedid. O insight na Psicanálise. **Psicol. cienc. prof.** [online]. vol.23, n.4, p. 22-31, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Portugal Edições, 1977.

BARROS, R. O. (Org.). **Contanto "causo"**: Psicanálise e Direito: A Clínica em Extensão. Vol. I. Belo Horizonte: Del Rei, 2001.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD N. A. **Fundamentos de Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BELLUSCI, S. M. **Envelhecimento e condições de trabalho em servidores de uma instituição judiciária - Tribunal Regional Federal da 3º região**. 1998. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOARINI, Maria Lúcia. Refletindo sobre a nova e velha família. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 8, n. spe, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 dez. 2009.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOWLBY, J. **Cuidados Maternos e Saúde Mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Formação e rompimentos de laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Perda: Tristeza e depressão**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 01 jun. 2009.

_____. **Código Civil**, 2002. Disponível

em:<http://www.dji.com.br/codigos/2002_lei_010406_cc/010406_2002_cc_1728_a_1734.htm>
Acesso em: 01 dez. 2009.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/planonacional.pdf>> Acesso em: 11 out. 2009.

BRITO, L. M. T. **Separando um estudo sobre a atuação do Psicólogo nas Varas de Família.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará; UERJ, 1993.

CAMPOS, N. M. V. **A família nos estudos psicossociais:** uma experiência na Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

CARNEIRO, T. F. **Casamento e família:** do social à clínica. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DO GOVERNO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CEAG). **Plano individual de atendimento (PIA).** Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/data/files/D7/B5/32/F0/904B8310D9451883180808FF/Modulo_VII.pdf> Acesso em: 12 set. 2013.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). **Carta aberta aos candidatos à Presidência da República.** Setembro de 2006. Disponível em: <www.determinantes.fiocruz.br> Acesso em: 02 set.2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 010/05.** Código de ética do profissional de psicologia. Brasília: CFP, agosto de 2005.

DUCATTI, M. **Diálogos sobre adoção.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DWORKIN, R. **Levando os direitos a sério.** Trad. Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FÉRES-CARNEIRO, T. Transmissão psíquica geracional: um estudo de caso. In: _____. (Org.). **Família e casal** – saúde, trabalho e modos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

FREUD, S. **Romances familiares.** Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1908 (v.9).

GOMES, Isabel Cristina. **Uma clínica específica com casais:** contribuições teóricas e técnicas. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2007.

ITÁLIA. **Centros di Psicologia Legal.** Disponível em: < <http://www.psicologialegale.it/famiglia-diritto/>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

_____. **La procedura per la tutela e difesa dele madri esposte a rischi lavorativi.** Disponível em: <<http://www.psicologialegale.it/tutela-difesa-madri-rischi-lavorativi/2010/01/21/>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

KÄES, R. **Um pacto de resistência intergeracional ao luto.** In: COREA, O. B. R. (Org.). **Os**

avatares da transmissão psíquica. São Paulo: Escuta, 2000. p. 45-61.

_____. **Transmissão da vida psíquica entre gerações.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KISTEMANN, F. A. **Adoção internacional:** uma possibilidade de inclusão familiar. 2008. 165 p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LAGO, Vivian de Medeiros et al . Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas, v. 26, n. 4, dez. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2009000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 out. 2012.

MARC, N.; ANNUNZIATA, J. **Tudo sobre adoção.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MATTOS, S. S. F. **Um estudo sobre o sentido da devolução de crianças no processo de adoção:** a visão do profissional. 2007. Trabalho de conclusão de curso – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MIRANDA, S. Novas dinâmicas de grupos: A aparência do conviver. In: _____. **Perdas e danos.** Campinas-SP: Papirus, 2002.

MENDES, C. L. P. C. **Vínculos e rupturas na adoção:** do abrigo para a família adotiva. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Adoção: esquadrinhando o instituto à luz do sistema vigente. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo (Org.). **Questões controvertidas no Novo Código Civil.** 1. ed. São Paulo: Método, 2003, v. 1, p. 331-354.

MOTTA, M. A. **Mães abandonadas:** a entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, R. R.; SILVA, M. R.; PEDROSA, P. I. Atuação do Psicólogo como agente mediador no grupo de pretendentes a adoção. **Boletim de Psicologia.** São Paulo, Unicsul, 13. ed., julho ano II, 2009.

_____. Livro digital UNA de Psicologia: Singularidade e Direitos Humanos. In: _____. **Atuação do Psicólogo como agente mediador no grupo de pretendentes a adoção.** Belo Horizonte, 2009.

OLIVEIRA, R. R.; SILVA, M. R.; PEDROSA, P. I. CARVALHO, T.; GRACIA, G. M.; TOLEDO, R. M. ; CRISTINA F.; PALMIERE, V. **Jornal Psi:** Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. VII CNP: A nova fase da Psicologia. Nº 163. – dez/jan – 2009/2010. Disponível em: <http://www.crp.org.br/crp/midia/jornal_crp/163/frames/fr_premiacao.aspx> Acesso: jan. 2010.

OLIVEIRA, T.M. **Atenção Materna Primária e Consulta Terapêutica:** uma proposta de prevenção comunitária. 2008. 137 f. Tese (Doutorado). Orientador: J. Tolentino Rosa – Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ORIONTE, Ivana; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. O significado do abandono para crianças

institucionalizadas. **Psicol. rev.** (Belo Horizonte). [online]. vol.11, nº 17, p.29-46, jun. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1611682005000100003&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1677-1168. Acesso em: 19 jul. 2009.

PAIVA, M.L.S.C.; GOMES, I.C. A transmissão da vida psíquica familiar. In: GOMES, I. C. (Coord.). **Família: Diagnóstica e Abordagens terapêuticas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2008. p. 17-21.

PARREIRA, S. M. de C. P.; JUSTO, J. S. A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n.2. p. 175-180, mai./ago. 2005.

PEREIRA. **Análise de dados qualitativos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

RIVIÈRE, P. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RIZZINI, I. Crianças, adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais. In: SOUZA, S. M. G.; RIZZINI, I. (Org.). **Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais**. Goiânia: Cànone, 2001. p. 23-44.

ROVINSKI, S. L. R. **A perícia psicológica**. São Paulo: Aletheia, 1998.

_____. A avaliação do dano psíquico em mulheres vítimas de violência. In: SHINE, S. **Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 175-189.

SOUZA, S. M. G.; PERES, V. L. A. Família de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos. In: RIZZINI, I.; BARKER, G.; ZAMORA, M. H. (Org.). Crianças, adolescentes, famílias e políticas públicas: para além do faz-de-conta. **Revista do Departamento do Serviço Social da PUC-RJ**, 2002. (mimeo).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA. – CE. **Adoção de crianças maiores: uma reflexão sobre os desafios e as recompensas**. Fortaleza: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – CEJAI-CE, 2009.

WEBER, L. N. D. Critérios de seleção de famílias adotivas: em discussão. **Interação**, 1 (1), 123-137, 2007. Disponível em: <http://www.nac.ufpr.br/artigos_do_site/1997_Criterios_de_selecao_de_pais_adotivos_em_discusao.pdf> Acesso em: ago. 2013.

_____. **O psicólogo e as práticas de adoção**. In: GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. **Psicologia jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau, 2004. p. 99-140.

_____. **Laços de ternura: Pesquisas e histórias sobre adoção**. Curitiba: Juruá, 1999.

WERNET, M.; ÂNGELO, M. Mobilizando-se para a família: dando um novo sentido à família e ao cuidar. **Rev Esc Enferm USP**. 37(1): 19-25, 2003.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Anexo A – COEP (Comitê de Ética em Pesquisa)

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – COEP

Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo

OF.COEP/364/11

17 de outubro de 2011.

Prezadas pesquisadora e orientadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em sua **8.ª/11 Sessão Ordinária**, realizada em **07/10/2011**, analisou de acordo com a Resolução n.º 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, o protocolo de pesquisa n.º 2293, intitulado **“OS TÉCNICOS JUDICIÁRIOS FRENTE À AVALIAÇÃO DE PRETENDENTES A ADOÇÃO: CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA.”**, do grupo III, sob responsabilidade da pesquisadora **Rosilene Ribeiro de Oliveira** e orientação da Professora **Isabel Cristina Gomes**, considerando-o **APROVADO**.

Cabe lembrar que, de acordo com a Res. CNS 196/96, são deveres do(a) pesquisador(a): 1) Comunicar de imediato qualquer alteração no projeto e aguardar manifestação deste Comitê de Ética em Pesquisa para dar continuidade à pesquisa; 2) Manter sob sua guarda e em local seguro, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo COEP, no caso eventual auditoria; 3) Comunicar formalmente a este Comitê por ocasião do encerramento da pesquisa; 4) Elaborar e apresentar relatórios parciais e final; 5) Justificar perante o COEP interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Atenciosamente,

Prof. Tit. Cláudio Leone

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa – FSP/USP

Anexo B - Cadastramento de Pretendentes à Adoção

CADASTRAMENTO DE PRETENDENTES A ADOÇÃO

(MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE TJ/SP, 2007, p. 166).

Apêndice A – Entrevista semidirigida

Idade: _____ Profissão: *Técnica(o) Judiciária(o)* e _____
Tempo de trabalho no Tribunal de Justiça: _____
A quantos casos de adoção você já atendeu? (Dado aproximado): _____
Casada: () Solteira: () Outros: _____
Filhos (as): _____
Religião: _____

- Conte-me sobre a sua atuação profissional e por que escolheu essa profissão.
- O que é adoção, para você?
- O que você considera fundamental para a destituição do poder familiar?
- A adoção é sempre a melhor solução para as crianças?
- Toda criança precisa estar inserida numa família, seja ela a de origem, seja adotiva?
- Qual a função da família, não importando sua caracterização (biológica ou adotiva)?
- Você acha que existe uma família ideal?
- O que não é uma família ideal?
- O que você considera fundamental para habilitar pretendentes à adoção?
- O que você considera ser uma relação conjugal? E parental?
- Gostaria que você me relatasse, na sua experiência (ou vivência), um caso de adoção.
- Quais as dificuldades que você encontra, no processo de adoção?
- Existe algum caso que a(o) mobilizou? Como você se sentiu frente a esse caso?
- Como você imagina que a família adotiva deve exercer os cuidados de seu(s) filho(s)?
- Na sua experiência, aparecem devoluções de crianças? O que você acha do índice de devolução de crianças? O que você considera importante para diminuir o índice de devolução de crianças?
- Se você fosse criar um sistema de atendimento para adoção, o que você faria?
- A Psicologia pode subsidiar os Técnicos Judiciários? Como?
- Quais foram/são as maiores dificuldades nessa profissão?
- O que você considera necessário para auxiliar o Trabalho do Técnico Judiciário Psicólogo?

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa de Mestrado da Universidade de São Paulo. A pesquisa tem como objetivo compreender a concepção de família apresentada pelos Técnicos Judiciários, frente à avaliação de pretendentes no processo de adoção. A sua participação será através de entrevista realizada com a pesquisadora, que poderá acontecer em até dois encontros, se necessário, com no máximo duas horas de duração cada.

As entrevistas serão gravadas mediante sua autorização, através deste termo. Informamos que a participação não é obrigatória, não haverá qualquer despesa para participar desta pesquisa, o consentimento poderá ser retirado a qualquer momento e você possui a liberdade de se recusar a responder qualquer pergunta que o(a) desagrade.

Gostaria de ressaltar que o consentimento de participação para esta pesquisa fornecerá informações importantes para o avanço no campo das ciências em Psicologia.

Declara-se, ainda, o nosso compromisso com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, assegurando que os dados coletados serão mantidos em sigilo, ou seja, a publicação não incluirá informações que permitam qualquer identificação do sujeito entrevistado, bem como dados pessoais ou telefone de contato.

Poderá não haver benefícios diretos ou imediatos enquanto entrevistado(a) deste estudo, além de eventuais ganhos altruísticos e emocionais de poder falar sobre o assunto em pauta. Poderá também não haver benefícios diretos e imediatos para suas atividades profissionais ou para a instituição onde você trabalha.

Estará garantida a não invasão de sua privacidade. A pesquisadora fará análise da transcrição da fala e do material coletado. Diante de qualquer dificuldade mobilizada em função da pesquisa ou se o procedimento lhe causar algum tipo de dano e /ou desconforto, você poderá procurar a pesquisadora para notificação dos acontecimentos. Receberá orientação, encaminhamento e/ ou atendimento¹³, se necessário.

Em caso de dúvidas, você poderá solicitar informações com a responsável pela pesquisa – Rosilene Ribeiro de Oliveira – a qualquer momento, pelo endereço eletrônico rosilene_psico@yahoo.com.br. Telefone para contato: (11) 98664-9014 ou através do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, localizado na Av. Prof. Mello Moraes, 1721, bloco F, CEP 05508-030, Cidade Universitária, São Paulo – Telefone: (11) 3091-4173.

Respeitando, portanto, o procedimento de padrão ético em pesquisa, pedimos que autorize sua participação, assinando este termo de consentimento.

São Paulo, ____ de _____ de 20 ____.

Eu, _____,

RG: _____ autorizo a utilização de todos os dados fornecidos para esta pesquisa.

Assinatura: _____

Eu, pesquisadora, *Rosilene Ribeiro de Oliveira*, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao(à) participante. _____ Data: ____/____/____.

¹³ NEAP – (Núcleo de Atendimento Psicológico) – Programa de Adoção. Procurar pela pesquisadora. NEAP • São Miguel (11) 2037-5853 - NEAP • Anália Franco (11) 2268-0867.